

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
CASA DE OSWALDO CRUZ**

***LAURO JURANDIR DE CASTRO LEÃO***  
**(Entrevista)**

## Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil

Entrevistado – Lauro Jurandir de Castro Leão (LL)

Entrevistadores – Luiz Octávio Coimbra (LO), Marcos Chor Maio (MC), Nilson Moraes (NM)

Data – 24/07/1986

Local – Rio de Janeiro, RJ

Duração – 5h39min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

LEÃO, Lauro Jurandir de Castro. *Lauro Jurandir de Castro Leão. Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil*, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2022. 87p.

Data: 24/07/1986

### **Fita 1 – Lado A**

MC - Senhor Leão, espero que o senhor me permita chamá-lo de senhor Leão...

LL - Pois não, pode me chamar à vontade.

MC - Vamos começar mesmo do início. Eu gostaria de saber onde o senhor nasceu?

LL - Eu nasci em Belém, capital do estado do Pará, a 1º de janeiro de 1917.

MC - E a família do senhor, os seus pais o que faziam?

LL - O meu pai, de origem pobre, era Comandante, comandante fluvial do Rio Amazonas, e trabalhava numa antiga companhia inglesa, *Amazonas River*, vocês devem ter ouvido falar; e minha mãe, companheira muito boa, dona de casa - prendas do lar - nos ajudou muito. Éramos sete filhos, de forma que era o que eu tinha a dizer com relação à minha origem.

MC - O senhor é o mais velho?

LL - Não, acima de mim tinha - já morreram todos - tinham mais três, já falecidos.

MC - Sim. E o senhor é o do meio?

LL - É, acima de mim tinham três, isso mesmo. Não é o caso de citar nomes, não é?

MC - Sei. Se o senhor quiser, tudo bem, esteja à vontade. E os três mais jovens, ainda estão vivos?

LL - Vivos têm somente dois com idade mais nova que eu, todos os outros já faleceram. Têm dois: um mora aqui em Marechal Hermes, é sub-oficial da Aeronáutica, já da reserva remunerada; e uma irmã casada, que mora em Brasília.

MC - O senhor estava dizendo que seu pai era comandante, de origem pobre. O senhor poderia me dizer o que é isso comandante da...

LL - Agora a situação mudou muito mas, naquela época, o meu pai, o que ele ganhava? Trezentos mil réis, quer dizer, não deixava de ser um salário relativamente bom mas, com a família numerosa, já naquela época a gente lutava com dificuldade, não havia a inflação que nós atravessamos aí durante muito tempo. E pobre, pobre, paupérrimo não é o caso mas, vamos dizer assim, um pouco abaixo da classe média, não é?

MC - Que dificuldade o senhor se lembra de ter passado quando era criança?

LL - Bom, a dificuldade, por exemplo, de estudos. Por exemplo, nós estudamos todos na escola pública. Agora, daí para frente, as coisas se tornavam difíceis. Coursar um ginásio, a coisa não era fácil assim pra uma família numerosa.

NM - Como era viver em Belém, no início dos anos [19]20?

LL - Bom, eu nasci em 1917. Olha, a vida, que eu me lembre, que eu me lembre ainda, era bem diferente de uma província, uma capital lá no Norte, não é, com todas as dificuldades. Mas, eu ainda me recordo do tempo áureo da borracha, não é? Veio a guerra, conseguiram levar mudas da borracha. Dizem que os ingleses levaram mudas da borracha, que era o nosso ouro negro na época - dava mais renda do que o café, na época - e aos poucos eles plantaram, se não me engano na Malásia, por ali, não é?

NM - E a sua vida de menino?

LL - A minha vida de menino foi uma vida tranqüila, não é? Como todos os garotos da época, eu brincava. Agora, nunca joguei bola na rua, hoje se pratica aqui com tanta frequência, e nós sabemos que é contravenção penal, não é? E é o caminho da criminalidade, porque hoje em dia o sujeito que está na rua, ele está sujeito a aprender tudo de ruim que pode acontecer, se ele não tiver os pais assim com uma força moral muito grande para estar sempre tomando conta, e orientando, o que é hoje difícil, porque às vezes pai e mãe trabalham, não é? Mas, eu me lembro, eu joguei muita bola, empinei muito papagaio, na minha terra chamava-se papagaio, aqui é pipa, não é? Mas, brincava em clube, na escola, no grupo escolar que tinha uma praça de esportes. Naquela época, havia uma diferença muito grande. A educação hoje, na minha opinião, daquele tempo para hoje, a diferença é como da água para o vinho. Eu me lembro que as meninas usavam o uniforme que hoje ainda usam, a saiazinha azul e a blusa branca, mas os meninos eram uniformizados como escoteiros, uniforme cáqui, aquele lenço azul ou vermelho. E não tinha tempo para brincar, para ir para rua, essas coisas, não, tinha o estudo depois das aulas. Sábado, domingo e feriado tinha acampamento, tinham marchas, tinham aulas de civismo, de educação moral e cívica, e isso tudo orientava muito a formação dos jovens, do próprio futuro do cidadão, quer dizer, ele aprendia diferente. Hoje em dia a coisa muda completamente. Hoje em dia, pela situação que existe mesmo no país dos tempos modernos, hoje em dia os pais constituem família, se casam, têm filhos - eu não estou generalizando- e os jogam na rua! Não querem filho dentro de casa, não, é para rua. Então na rua ele vai conviver com gente de toda a espécie; pode aprender o que é bom, mas é muito mais certo que ele aprenda o que não deve. Vai aprender palavras de baixo calão, daí surge o vício, e daí até a maconha, que nós sabemos que isso existe. A minha mocidade foi assim, eu comecei a trabalhar com 16 anos de idade, para poder ajudar a me manter, ajudar em casa. E meu primeiro emprego, eu me lembro muito bem, foi numa sapataria, compreendeu? De lá, eu tinha um primo que era político, tinha muita influência, chegou até a ser prefeito de Belém, e por intermédio dele eu consegui ir para um navio como praticante de piloto.

NM - Com que idade?

LL - Eu devia ter meus 16 anos, por aí assim, mas ou menos. Fiquei perto de um ano praticando para piloto, quer dizer, seguindo a mesma profissão do meu pai, naqueles navios que hoje não existem mais. Não sei se vocês sabem, antigamente a navegação era o único meio de transporte que tinha na Amazônia, e os navios eram adquiridos na

Inglaterra, em Glasgow, Liverpool, aqueles navios de ferro. Hoje em dia já acabou isso tudo, o governo nunca mais se interessou por aquilo, começaram a surgir estradas etc. E a navegação era uma coisa muito importante no Amazonas, transportava borracha e castanha, que eram os produtos principais. Borracha, castanha, madeira, vinham nesses navios. Hoje, vocês devem ter lido notícias aí, que constantemente há um naufrágio, bate numa pedra ou num toco de árvore, sei lá, e vai a pique, gente morre, tudo feito de madeira, quer dizer, feito com a indústria local. Hoje, parece até que o governo está interessado em mudar a sistemática. Então, eu fiquei lá treinando, fiquei conhecendo aquilo tudo, aqueles buracos todos por ali, me lembro perfeitamente bem, foi uma experiência. Mas não fiquei lá, porque depois a empresa em que eu trabalhava, que era do estado, navegação do estado, ela teve que parar, fechar, quer dizer, cessou o convênio que tinha com aqueles navios. Eu deixei a pilotagem e sentei praça no Exército para fazer carreira, não é? Vim para o Sul, e aqui estou até hoje.

NM - O senhor veio para o Sul quando?

LL - Em dezembro de 1933.

NM - [19]33?

LL - É.

MC - Seu Leão, o senhor disse também que iria seguir a carreira do seu pai?

LL - Mas não foi possível, não foi possível...

MC - O senhor se lembra de alguns relatos, comentários de seu pai sobre o trabalho dele?

LL - Muito pouco, o trabalho dele, ora ele comandava, ora ia como imediato. Aquilo não era só um navio, era uma companhia inglesa muito grande; ora ele era designado para ir num navio, na qualidade de comandante, outras vezes ia na qualidade de imediato, compreendeu? E o que eu me lembro é que ele trazia muita coisa para casa, porque ganhava até, naqueles portos do interior. Pirarucu, por exemplo, que é o bacalhau brasileiro, lá do Amazonas, pirarucu salgado. Ele trazia castanha, frutas, aquilo ajudava muito a gente lá em casa, a família. Quer dizer que ele vivia para o trabalho, não tinha tempo de mais nada, não é? Vinha, chegava em casa, ficava 15 dias, mais ou menos, então, tinha que partir para outra viagem, compreendeu?

MC - E o senhor se lembra, dele comentar com o senhor qualquer tipo de mobilização, atuação dos marítimos, nessa época, greves...

LL - Não, naquela época em Belém já existiam os marítimos, os marítimos já eram organizados. Inclusive lá em Belém já existia, já no final, quando eu já estava saindo de Belém, já existia o IAPM, estava no início, não é? Eles tinham um hospitalzinho muito bom, lá.

MC - Isso em que ano?

LL - Já mais ou menos nessa época, entre 1933 e 1934 - eu saí de lá em 1933 - já existia. Já existia sindicato de fogueira, sindicato de taifeiros, aquelas áreas marítimas, já tinham

vários sindicatos da área, e o porto de Belém era um porto muito movimentado. Mas, voltando atrás um pouquinho, eu queria, agora eu estou me lembrando, a minha mãe e as minhas duas tias foram educadas na França e em Portugal, porque naquela época o dinheiro sobrava lá, entende? E um dos maridos de uma tia minha, que era um português, era dono de seringal, como eles chamavam, que é onde eles colhiam a borracha, faziam, preparavam a borracha. Elas foram para Portugal e para França, onde tiveram uma boa educação, ainda solteiras, compreendeu? Isso é o que eu me lembro. Naquela época, houve um detalhe que eu queria até contar para vocês aqui, que aqueles donos de seringais mais poderosos financeiramente, eles acendiam charuto com notas de 500 mil réis, acendiam charuto, por incrível que pareça mas, era uma verdade, havia esses fatos. Os ternos desse senhor, que era até meu padrinho, que é casado com uma irmã de minha mãe, uma tia minha, os ternos dele eram feitos na Inglaterra, vinham de lá, encomendados sob medida. Naquela época, o tecido inglês era o que mais se usava, foi uma coisa. Belém, que era um porto muito movimentado, caiu tremendamente, passou uma crise muito grande. E não só atingiu o Pará, como o Amazonas, Manaus. Ainda hoje você vê, vocês devem ter ouvido falar que Manaus tem um suntuoso teatro. Vinham empresas líricas, companhias líricas, artísticas, para ali se exhibir, não somente em Manaus, como em Belém, no Teatro da Paz, no famoso Teatro da Paz, não sei se vocês já ouviram falar. Mas, o teto desses teatros, não só em Belém como em Manaus, recebeu um o trabalho artístico de um famoso pintor, De Angelus, um teto todo trabalhado, pintado, não é?

MC - O senhor esteve em algum concerto?

LL - Não, não me lembro. Eu nasci em 1917, foi justamente nessa época do apogeu?

LO - O senhor se lembra do Hospital dos Marítimos? O senhor chegou a ter oportunidade de conhecer o Hospital dos Marítimos?

LL - Por fora, só. Por fora, só, porque justamente já estava na época em que eu estava vindo aqui para o Sul. Mas era um hospitalzinho bem montado, que atendia satisfatoriamente bem, compreendeu?

LO - Na sua família, em nenhum momento alguém precisou do hospital? O senhor não teve a oportunidade de ir ao hospital, nem ouvir comentários sobre ele?

LL - O meu pai foi uma vez. Uma vez, se não me engano, ele utilizou os serviços desse hospital, lá, que era - eu não sei bem se já era o IAPM ou se era uma organização já caminhando para o...

NM - Seria alguma Caixa já?

LL - Talvez, eu não me recordo bem assim, porque... Eu não sei bem, porque os Marítimos, foi criado, o IAPM foi criado mais ou menos nessa época, por aí. Não, ele foi criado depois, foi em 1933 por aí assim 1933 para 1934. Eu não sei se já era o IAPM ou se já era uma Caixa que eles tinham, que os marítimos sempre foram muito organizados, não é? E depois aquilo foi encampado, já passando tudo para o instituto deles, que era o IAPM, não é?

NM - O senhor era aluno de escola pública, em Belém?

LL - Em Belém.

NM - E o senhor começou a trabalhar com 16 anos?

LL - Não, eu cursei, eu fiz um curso, naquela época chamava-se guarda livro, eu cheguei a fazer um curso, compreendeu? Na Fenes Cachoeiral Paraense, era o nome. Fenes Cachoeiral Paraense, era um ensino assim, naquela época era um ensino superior, já, não era a nível de universidade, mas formava. Hoje em dia já está tão diversificado, não é? É economista, contabilista e contador, sei lá. Naquela época o nome que se dava, o sujeito fazia o curso - que hoje chama-se contador - era o curso de guarda-livros, quer dizer, fazia a contabilidade, a escrita contábil das empresas comerciais.

NM - O senhor trabalhava de dia e estudava à noite?

LL - À noite.

NM - E como é que o senhor conciliava isso?

LL - Não. Isso quando acabou o curso primário, que chamava-se na época, não é? Então, eu passei, era um curso muito baratinho, inclusive eu mesmo pagava, porque eu trabalhava. Quando eu estava na pilotagem, não é, porque eu estava viajando, compreendeu?

NM - O que motivou o senhor a vir para o Rio de Janeiro em 1933?

LL - Em busca de um futuro melhor, porque em Belém, com a crise, essa coisa toda que havia, a coisa caiu muito. E naquela época o comércio em Belém, ele era totalmente dominado pelos portugueses. Então, quando se dava uma vaga numa casa comercial em Belém, já estava de viagem um portuguesinho, jovenzinho, Antonio, Manuel, de 15 anos, 16, já estava encomendado para vir aqui, quer dizer, era assim. Depois é que veio a lei dos dois terços, do Getúlio, depois de 1930, que acabou com isso, não é? Mas era assim, era muito difícil. Então, eu vim para cá para o Sul, sentei praça aqui.

MC - Mas o senhor veio para seguir carreira no Exército?

LL - Eu sentei praça para fazer carreira. Mas isso aqui já é mais recente, se vocês quiserem eu relato rapidamente. Por exemplo, eu sentei praça, vim para cá em dezembro de 1933, com destino a Mato Grosso, mas fiquei em São Paulo. Lá, logo que passei a pronto - vocês sabem o que se chama passar a pronto? Quando deixa de ser recruta chama-se passou a pronto, prestou o juramento à bandeira. Então, eu fiz um curso de cabo, fui promovido, a seguir fui transferido para o Vale do Paraíba, para uma cidadezinha, o nome é Pindamonhangaba, tinha lá uma unidade, eu servi lá, lá eu fiz o curso de sargento. Nessa altura eu fui excluído por questões políticas, em 1936, em março de 1936.

NM - Isso é uma das coisas que eu gostaria de perguntar.

LL - É, eu falo.

NM - Em 1935, a Intentona Comunista chegou a ter algum efeito?

LL - Não, em São Paulo não. Em São Paulo, não houve movimento nenhum, houve apenas prontidão, e aqueles cuidados que naturalmente eles tiveram, mas, não. Houve no Norte e aqui no Sul. Agora, a minha conclusão não está relacionada com o movimento, com a Intentona, a chamada Intentona Comunista, não. A minha exclusão foi porque eu participei de uma reunião política, não tem nada a ver com comunismo, com nada. Era uma reunião promovida pela Ação Integralista Brasileira, que naquela época estava tomando um vulto muito grande, e o comandante da minha companhia, onde eu servia, dizem, eu não sei, que ele era integralista. Então, houve uma reunião lá, e ele convidou a gente para comparecer, convidou quem ele conhecia, geralmente os graduados, e eu fui um dos que compareci. Quer dizer, então, eu não podia, porque eu compareci fardado. Essas coisas da mocidade que a gente, compreendeu? Eu não tinha nenhum vínculo com aquele movimento político. Então, por esse motivo, o comandante da unidade, sabedor disso, abriu um inquérito lá, um IPM, e exclui todo mundo.

MC - Excluiu, não foi punido. Excluiu direto?

LL - Não, excluiu, prendeu, baixou uma ordem lá interna me excluindo. Quer dizer, não foi mais perseguição, porque não havia necessidade. O que eles podiam fazer, no mínimo ia dar uns quinze dias de cadeia, ou punição, e "morria" ali. Mas não, ele foi muito severo, violento, compreendeu? Foi isso que aconteceu. Então aí, de lá eu parti, ainda trabalhei alguns meses em São Paulo, no comércio etc. Depois vim aqui para o Rio, e por intermédio desse primo meu, que já estava aqui na qualidade de Senador - Abelardo Conduru, nessa oportunidade ele era Senador pelo Pará, aqui. Então, por intermédio dele, eu arranjei uma carta de apresentação e ingressei na carreira bancária.

NM - Isso foi em 1937?

LL - Aí foi em 1937, eu fui excluído em 1936.

NM - Agora, esse momento marcado pelo integralismo, pela Aliança Nacional Liberal, isso lhe empolgava?

LL - Eu sempre fui nacionalista, sempre defendi e sempre tive idéias socialistas. Isso eu não nego, até hoje eu acho que a solução para o Brasil ainda é o regime socialista. Está aqui o exemplo, nós estamos vendo aqui no Brasil. Nós sabemos o atual governo do Presidente Sarney, que eu conheço pessoalmente, ele está amarrado pelo regime, não é? A gente sente isso. Por exemplo, temos aí o problema da carne, está faltando carne, estão sonegando, está faltando leite. Por que? Porque os indivíduos que lidam com esse ramo de negócio não querem abrir mão dos seus privilégios. Mas num regime socialista, isso não ocorreria, porque o dono dessa história toda e o povo e pelo próprio governo, o governo seria o patrão, seria o empregador. Então, ele não ia sonegar a carne, não é verdade? Mas, como eu ia dizendo, eu sempre tive idéias nacionalistas. Depois eu ingressei na Ação Integralista Brasileira mesmo, porque com o problema da minha exclusão, eu fiquei desempregado, dormi até na rua, em São Paulo, uma, duas ou três vezes. E foram os integralistas que nos ampararam, naquela emergência. Claro que eles queriam ganhar adeptos, mas eu não vou aqui discutir o sistema e tal. Mas no fundo o sistema deles, a ideologia deles era nacionalista também, num outro ramo, mas era. É a maneira fascista e tal, não é, mas tinha. E de forma que eu entrei, ingressei na Ação Integralista Brasileira, mas, deixei logo. Quando eu comecei a trabalhar no banco, eu deixei porque veio aquela Revolução de 1937. Eu achei aquilo um absurdo, achei que o



Plínio Salgado ali, ele não assumiu a responsabilidade, jogou tudo para cima do Belmiro Valverde, não é? Vocês devem estar lembrados.

MC - O senhor está falando de 1938?

LL - Não estou... Foi ... não sei se foi em 1937...

MC - Não, em 1937 foi o Estado Novo. Em 1938 houve uma tentativa integralista de golpe.

LL - Foi essa, foi essa. Então, naquela altura eu deixei. Me afastei porque achei que aquilo não estava correto, não estava certo. Ele devia assumir a responsabilidade, porque se vingasse a tal revolução - aqueles que tentaram tomar o palácio da Guanabara - se vingasse, naturalmente ele iria assumir a presidência, não é? Compreendeu?

NM - E os integralistas eram muito fortes nesse momento?

LL - Naquela época eram.

NM - Inclusive no sistema bancário?

LL - Não, não era, não. O integralismo se expandiu principalmente em São Paulo, não é? Com aquelas idéias, mas tinha pessoas honestas, por exemplo, eu conheci aquele que era diretor do Museu Histórico, Barroso.

MC - Gustavo Barroso?

LL - Gustavo Barroso. Gustavo Barroso era uma sumidade aquele homem, era um homem honesto, correto.

MC - O senhor gostava dele?

LL - Gostava, apreciava, porque inclusive eu li um livro de autoria dele, que era Brasil, Colônia de Banqueiros.

MC - Brasil, Colônia de Banqueiros. O senhor gostou desse livro?

LL - Gostei, gostei. Mas saí, deixei, e continuei trabalhando no banco. E desde o dia em que eu ingressei no banco, a primeira coisa que eu fiz foi ingressar no Sindicato dos Bancários. Eu me tornei sindicalizado, me sindicalizei logo, imediatamente, até hoje.

NM - Em 1937 o senhor começou a trabalhar no banco. Em que banco?

LL - Banco Borges. Era um Banco português que aqui representava o Banco Borges & Irmãos. Depois o banco foi encampado pelo Nacional, e eu continuei, só tive esse emprego a vida toda. De lá eu fui representar os bancários no IAPB. Ai é outra história, não é? Depois voltei, porque veio a Revolução de 1964 eu voltei ao banco, aí já como Banco Nacional, que havia encampado, entendeu? E politicamente, a seguir, eu ingressei no Partido Comunista, quando ele estava funcionando legalmente.

NM - Em 1945?

LL - É, foi naquela época que veio a redemocratização, acabou a guerra, aquela coisa toda. No que foi pouco tempo, porque também depois veio a cassação, e eu me afastei completamente, passei a trabalhar exclusivamente no sindicato mesmo, sem qualquer vínculo partidário. Mas eu ingressei sim, fiz parte no tempo em que o partido era registrado. Não só eu, como muitos outros colegas. Ainda hoje estão por aqui, os que ainda estão vivos, não é?

MC - Eu queria voltar um pouco. O senhor fez parte do integralismo durante mais ou menos quanto tempo?

LL - Um ano e pouco.

MC - E o senhor disse que teve grande simpatia pelo Gustavo Barroso e leu o livro o Brasil, Colônia dos Banqueiros, onde ele faz uma série de acusações ao capitalismo internacional.

LL - Fazia, fazia.

MC - E principalmente aos judeus, não é?

LL - Também.

MC - Eu gostaria que o senhor me respondesse o seguinte. Na época em que o senhor fazia parte do integralismo, essa questão - esse anti-judaísmo - era forte, na época em que o senhor militava na Ação Integralista?

LL - Olha, eu não me recordo.

MC - O senhor não se lembra?

LL - Não, não me recordo muito, não, porque o que eu apreciava e que me interessava assim de pronto era o nacionalismo, era o regime mais justo socialmente falando; era o que sempre me interessou; foi isso. Eu notava, desde aquela época e até hoje, que o Brasil atravessa essas dificuldades todas justamente por causa do regime, que é um regime ruim, é um regime que não ajuda mesmo, a não ser meia dúzia que manda aí.

MC - O senhor não se lembra das reuniões, das bases assim, uma discussão sobre judeus?

LL - Não, não. Eu nunca..., eu não tinha assim participação efetiva, não. Minha atuação na Ação Integralista Brasileira era mais ligada à administração. Eu fazia parte da - como é meu Deus, o nome que eles davam lá - era até o Dr. Marcos de Souza Dantas, que era o chefe lá, era até da Câmara dos Quarenta, era um alto funcionário do Banco do Brasil, Dr. Marcos de Souza Dantas. E ele então dirigia esse departamento, Departamento de Finanças. Eu trabalhava lá, aqui na Rua do Carmo.

## **Fita 1 - Lado B**

LL - Era o Departamento contábil, lá se fazia todo o serviço de contabilidade. Eu era auxiliar do Dr. Marcos de Souza Dantas.

LO - Da Ação Integralista.

LL - Da Ação Integralista Brasileira. E o meu vínculo era exclusivamente esse. Não participava de reunião, nunca participei de reuniões políticas assim e tal. Quer dizer, eu me aproximei por mera casualidade, porque eles me estenderam a mão. Então, me julguei no dever de ajudar naquilo que eu podia. Mas, como disse, me afastei quando houve aquele movimento que foi um fracasso, que vocês devem todos estar lembrados, não é?

MC - O senhor não era de usar aquele uniforme verde, não? Não tinha uniforme...

LL - Usei. A camisa? Usei, porque nós tínhamos de usar; à noite lá no departamento a gente usava.

MC - O signo?

LL - Também o signo no braço.

MC - O senhor não guardou o uniforme, não?

LL - Não, não. Eu me afastei, porque como eu disse, eu achei que a posição que o Plínio Salgado - que era o chefe, não é, era o chefe nacional, como eles diziam - ele cometeu uma leviandade tremenda. Ele jamais assumiria um papel, como Prestes assumiu na Revolução de 1935: "Fui eu que fiz, eu assumo, e está acabado!" Quer dizer, então, você vê a diferença de um homem para o outro. Ele foi um covarde, disse: "Não tenho nada a ver com isso". E o Dr. Belmiro Valverde é que foi parar na prisão, parece que até morreu, sei lá. Abandonei por causa disso, porque fiquei inconformado com essa atitude dele, achei que ele não merecia chefiar coisa nenhuma, não é?

MC - Mas o senhor era a favor do golpe integralista?

LL - Não, não. Eu nunca fui a favor, nunca! Eu achei que aquilo foi uma leviandade. Tanto que não tive nenhuma participação, me afastei logo.

MC - Sr. Leão, eu queria voltar um pouco ao seu pai. O senhor não se lembra de nenhum movimento assim no Pará ou no Amazonas, do pessoal ligado à Marinha Mercante?

LL - Não.

MC - Não se lembra de greves...

LL - Sinceramente não me lembro, não. Talvez aqui no sul houvesse, mas em Belém a repercussão eu acho era quase que nenhuma. Não havia ainda, assim, movimento assim

de trabalhadores, compreendeu? Lá, pelo menos em Belém, eu não me recordo, não. Aqui no sul houve os primeiros movimentos, nós sabemos disso, não é? Mas em Belém eu não me lembro, não.

MC - O senhor disse que o primeiro trabalho como bancário foi no Banco Borges.

LL - Borges, é.

MC - Que banco era? Era de capital nacional ou capital estrangeiro?

LL - Ele, antes de ser transformado em Banco Nacional, ele era Casa Bancária Borges e Irmão, representava aqui um grupo poderoso que tinha em Portugal, ainda hoje tem, Banco Borges e Irmão. Inclusive eles trabalham também com vinhos. E aqui existia uma filial, era uma casa bancária. Posteriormente se transformou em banco, Banco Nacional, maior capital o Banco Nacional, mas o maior número de ações continuou a pertencer a esse grupo financeiro lá de Portugal, Borges e Irmão, compreendeu?

MC - Na época em que o senhor entrou já era um grande banco ou um banco médio?

LL - Era um banco médio. Na época, banco grande mesmo só tinha o Banco do Brasil e os bancos estrangeiros: Citibank, o Banco Francês e Italiano, o Banco Alemão Transatlântico, que hoje ainda tem sede que agora é da prefeitura, não é? Mas a maioria era toda de bancos.

NM - O senhor disse que assim que entrou nesse banco, o senhor se sindicalizou.

LL - Imediatamente. Eu entrei em abril de 1937.

NM - E por que o senhor quis entrar de imediato para o sindicato?

LL - Porque eu sempre tive a idéia - socialmente falando -de que a união é que faz a força. Então, o dever de todo trabalhador é se sindicalizar, é procurar o seu sindicato. Juntos a coisa fica mais fácil, não é? Por isso.

LO - O senhor tinha alguma influência intelectual, alguma idéia, leitura, que o levava a esse tipo de opção, participação política?

LL - Não, não, não tinha, não. Eu freqüentava muito o sindicato, participava das assembléias. Tanto que depois eu fui eleito várias vezes como diretor aqui do sindicato, eu exerci aqui quatro mandatos.

NM - O seu primeiro mandato foi quando?

LL - Deixa eu ver. O último terminou em 1962, oito anos atrás, 1976, não é? Um mandato naquela época era de dois anos. Eu exerci quatro mandatos, um seguido do outro. Eu fui procurador, diretor-procurador. Primeiro eu fui diretor-secretário, depois eu fui diretor-procurador, depois eu fui procurador outra vez, e por fim fui presidente do Conselho Fiscal. Foram quatro mandatos, oito anos, certo, seguidos. Agora, antes desses mandatos, eu fiz parte de uma junta governativa de bancários. Houve uma intervenção no sindicato.

NM - Quando foi isso?

LL - Deixa eu ver... Foi uns dois anos depois da greve de 1946, uns dois ou quatro anos. Não, não, foi em 1952, parece. Aqui havia uma Junta Governativa, que era presidida por um bancário, houve uma intervenção.

NM - Por que essa intervenção?

LL - Alegação de subversão. Naquela época, todo trabalhador que fazia movimento era considerado comunista, não é? Vocês devem estar lembrados 1937, 1938, 1939 depois do Estado Novo, aquela coisa toda. Quer dizer, então, havia uma junta governativa, eu não me recordo o ano, o presidente era um funcionário do Banco do Brasil, um colega nosso, João Gonçalves, o apelido dele era João Veludo, que ele era, diziam que ele era veado, entende? Então, esse cidadão junto com outros fez uma campanha salarial. Tiveram de fazer, assinar o acordo. Mas, por questões políticas, ideológicas, ele, para prejudicar, se sentiu ofendido ou prejudicado ou qualquer coisa porque chamavam ele de pelego - e era pelego mesmo, não é? (risos) Então, ele pegou e renunciou, abandonou o sindicato, na ocasião em que ninguém podia fazer isso, que tinha que ter a representação para assinar o acordo salarial com os banqueiros. E o sindicato ficou sem ter administradores. Então, um colega meu, que era o Aires Barroso, foi um dos fundadores do sindicato; hoje ele já é falecido. Ele foi chamado pelo governo, pelo Ministro do Trabalho - era o professor Honório Monteiro, professor de São Paulo, se não me falha a memória - foi chamado, porque ele tinha assim um passado de luta, de representação, fundador. Então, o ministro o chamou, convidou para ele assumir a presidência de uma junta governativa. Aí tinha que compor essa junta. Nessa altura eu tinha vida sindical muito ativa. Então, ele foi no banco me convidar pra compor a junta, na qualidade de secretário.

NM - Como era o Sindicato dos Bancários, quando o senhor chegou? Qual era a capacidade de mobilização da categoria, a força política do sindicato?

LL - Olha, nós bancários sempre tivemos um passado muito ativo de lutas. E vai chegar a ocasião da gente conversar a esse respeito. Naquela altura nós passamos por um período, tinha o Estado Novo, que os sindicatos foram todos perseguidos e atarrachados. E quase que não havia uma movimentação de massa assim muito grande, muito influente. Mas os bancários sempre tiveram uma atividade muito grande no campo sindical, não é? Basta dizer que em 1934, foi através de uma greve que nós conseguimos o IAPB e a estabilidade aos dois anos. Quer dizer, a única classe que tinha estabilidade aos dois anos era a dos bancários. Depois veio a CLT - se não me engano em 1943 - e passou para dez anos, e nós tivemos que nos conformar, porque foi para todos os trabalhadores. Aí não podia querer exceção, não é? Ou todos lutavam pra dois anos ou ficava em dez mesmo, compreendeu? Tinha essa atuação. Mas, logo depois que terminou a Segunda Guerra, o sindicato passou a ter uma atividade - muito grande aqui, os nossos, muito grande. Aí fizemos inclusive uma greve em 1946, uma greve nacional, não é?

NM - Além dessa greve de 1933 que...

LL - 1934.

NM - 1934 não é, que favorece a organização do IAPB. Que outros movimentos marcaram os bancários?

LL - Assim no campo da Previdência?

NM - No campo das lutas sociais, da previdência, das reivindicações salariais...

LL - Bom, no campo da Previdência, depois que foi restaurada a democracia, quer dizer, que acabou o Estado Novo, o sindicato passou a ter uma atividade normal, muito grande. E participamos de congressos, houve vários congressos de bancários, outras campanhas salariais. Nós, inclusive, conseguimos, por exemplo, a Lei Orgânica da Previdência Social, que foi em 1960, teve a nossa participação, não é, teve a nossa participação. Nós, inclusive, demos a nossa colaboração, junto com os demais trabalhadores, para que essa lei fosse sancionada. Fizemos sugestões e tal, compreendeu?

MC - Sr. Leão, o senhor disse que o Instituto dos Bancários foi criado a partir de uma greve. Eu queria que o senhor me relatasse mais sobre essa greve de 1934. Ela começou a partir do quê? O que mobilizou a categoria para essa greve?

LL - Naquela época, começaram a surgir os primeiros institutos; eram seis, não é? Então, naturalmente, havia aquela sede de assistência social, de previdência. Os bancários não tinham, quer dizer; tinha uns poucos bancos oficiais. Tinha o Banco do Brasil, já naquela época tinha a sua caixinha, com deficiências, mas tinha. Mas os bancos particulares não tinham, não é? Inclusive os estrangeiros também não tinham. Então, havia aquela necessidade. A direção do sindicato, então, mobilizou a classe para a conquista do IAPB, mas juntando a ela a estabilidade, para haver um chamariz, para haver uma maior sensibilidade na organização talvez mais difícil, porque geralmente os jovens não se interessam muito pelo futuro no que concerne à Previdência Social. E o que acontece hoje, essa mocidade que está aí hoje, se deixar de descontar a Previdência, para eles é um maná do céu, para eles está tudo bem, eles não se lembram que amanhã vão ficar de cabeça branca, vão precisar de uma aposentadoria, entendeu? Mas houve uma conjugação de esforços no sentido de se levar a campanha. Eu, naquela época, não era bancário ainda. Eu entrei em 1937, mas eu conheço a história por alto, assim. E conjugaram-se esforços no sentido de abrir uma frente de luta pela questão do IAPB ou estabilidade. E o argumento era a estabilidade, para que haja estabilidade financeira da nova instituição. Porque os banqueiros, se não tem estabilidade põe na rua. Então não adianta, põe na rua e admite outro com salário inferior. Porque naquela época não se fazia o que se faz hoje; fazia sim, mas não com tanta espoliação como fazem hoje, não é? Quer dizer, foi esse o motivo.

MC - Essa greve teve como pontos principais essas duas reivindicações?

LL - Esses dois pontos.

MC - E ela teve caráter nacional?

LL - Teve caráter nacional. E a greve teve pleno êxito, porque já quando o General Dutra assumiu a Presidência da República, nós já estávamos em greve. Então, o governo foi obrigado a decretar três moratórias - eu me lembro bem. Não, não minto. Aí estou, me desculpem, aí eu já estou me referindo a 1946.

NM - 1946.

LL - É. Não, aí, não. Houve como, eu disse, esse movimento, e foi criado! O Oswaldo Aranha, que era Ministro da Fazenda na época, veio à Rua Primeiro de Março assumir o compromisso de que os bancários voltassem, que no dia seguinte seria assinado o decreto e tal. E ele cumpriu, saiu a estabilidade e saiu o IAPB.

MC - Mas, o que havia na Rua Primeiro de Março?

LL - A greve, movimento de rua, passeatas, aquelas coisas todas que os bancários faziam nas portas dos bancos, aqueles comícios, aquelas coisas. Explicavam à população porque os bancários estavam em greve; porque queriam ter uma previdência social, queriam ter estabilidade, foi isso.

MC - E houve repressão à greve, o senhor se lembra?

LL - Houve, houve alguma. Depois que o Ministro Oswaldo Aranha entrou em cena, aí a coisa já melhorou, compreendeu? Vocês podiam também procurar até o Aristides Lisboa, que ele é daquela época, ele foi o presidente do sindicato, não é? Vocês tem o nome dele? O Aristides Lisboa, ele pode relatar esses fatos com mais detalhes, porque ele viveu aquela época; eu ainda não era bancário.

LO - O senhor se lembra de alguns outros nomes que tenham participado desse início do IAPB?

MC - Joaquim Cardoso o senhor não conhece?

LL - Não, o Joaquim Cardoso já foi mais recente. Joaquim Inácio Cardoso é o irmão do senador, não é?

MC - É um que tem por volta de 80 anos hoje em dia. Será que ele não pegou essa época, não?

LL - Não me lembro dele, não.

LO - O senhor conheceu algum outro que tenha participado da fundação do IAPB?

LL - Não, me lembro assim do Aristides Lisboa e não... Existe outros, mas eu não me recordo, não é? Porque é o que eu disse, naquela época eu não era bancário ainda; eu ingressei na profissão bancária em 1937, abril de 1937.

MC - Senhor Leão, me diga uma coisa: o senhor poderia relatar mais detalhadamente o que era participar do Sindicato dos Bancários no Estado Novo, na época do Estado Novo? O senhor entrou, o senhor se sindicalizou na época do Estado Novo, em 1937, não é? Um pouco antes, talvez.

LL - Foi.

MC - Antes do Golpe de 1937. O que era atuar no Sindicato dos Bancários nessa época? O senhor participou desses movimentos?

LL - Alguns. Era difícil, não é? Não era fácil, não. Mas fazia-se reuniões, compreendeu? A polícia estava sempre presente, não é, através de espiões. Sempre tinha aí representante observando. Mas não me lembro assim com detalhes...

MC - O senhor chegou a ir a São Januário, para participar das comemorações do Primeiro de maio?

LL - Não, foi em 1934, eu não estava aqui ainda. Em 1934 eu não era bancário.

NM - Não. Anualmente, o Getúlio Vargas fazia concentrações dos trabalhadores.

LL - Não, eu nunca fui.

MC - O senhor não tinha simpatia por essas...

LL - Não, eu nunca tive. Eu, para ser franco, eu nunca participei. Primeiro de Maio, assim de comparecer ao campo, não é, àqueles comícios, eu nunca participei.

MC - "Trabalhadores do Brasil..."

LL - É, não, nunca participei, não. Aqui, às vezes tinha uma reunião do sindicato, eu comparecia aqui. Mas, com relação àquelas manifestações políticas do Getúlio, não.

NM - Mas o senhor não comparecia por quê?

LL - Porque não tinha interesse. Não é porque não admirasse o Getúlio, porque eu o admirava. Aliás todo o trabalhador brasileiro, numa maneira geral, batia palmas (risos) para o Getúlio. Que batia, batia. Havia um grupo que não batia, mas a maioria batia, não é? Mas eu nunca participei assim de movimento de massa, de apoio, compreendeu?

MC - Além dessas reivindicações para a criação do IAPB e da estabilidade aos dois anos de serviço, quais eram as outras reivindicações que os bancários tinham nessa época, nesse período, que foi mais ou menos o período de mobilização?

LL - Tinham outras reivindicações assim, mas de caráter mais modesto. Falava-se muito, por exemplo, já naquela época, em quadro de carreira, mas morria ali mesmo, morria. Isso só surgiu depois, em 1946, não é? Conversava-se muito, criava-se comissões, compreendeu? O que se pretendia mesmo era adquirir uma sede própria - que nós não tínhamos - para o sindicato, e falava-se muito em aumento. Porque naquela época também, não havia praticamente a inflação desenfreada que ocorreu depois da guerra para cá, que ela veio se acentuando. Então, falava-se muito em conseguir um salário profissional, carreira, quadro - se você der o exemplo do Banco do Brasil, serve. Mas isso só se tornou mesmo efetivo, começou-se a lutar mais em 1945. Quando acabou o Estado Novo, que veio a redemocratização do país e os sindicatos foram liberados, aí sim a gente começou a se organizar mais. Então, aí surgiu a campanha. Foi quando veio a eleição da diretoria, foi eleito para presidente do sindicato o Antonio Barcelar Couto, vocês devem ter ouvido falar no nome dele, já falecido - o Secretário era o Olívio, que até deu o nome aqui do salão, Olívio de quê, meu Deus, Olívio Fernandes, não é? E naquela época então começou a mobilização, e a luta começou, teve seu início pelo salário profissional e



quadros de carreira. Quer dizer, era o importante, naquela época. Não sei se vocês querem que eu prossiga agora ou se querem fazer algumas perguntas anteriores.

MC - Queria perguntar uma coisa antes.

LL - Pois não.

MC - O senhor disse que as duas reivindicações centrais, para criação do IAPB e a estabilidade...

LL - Foi vitoriosa.

MC - Foi vitoriosa a estabilidade e a questão da criação do próprio IAPB.

LL - Certo.

MC - A questão da estabilidade o senhor colocou que foi muito mais para sensibilizar alguns setores bancários...

LL - Não, na minha opinião.

MC - Na sua opinião, ah, sim.

LL - Opinião pessoal. Foi uma das maneiras da gente conseguir sensibilizar a categoria pra fazer o movimento.

MC - Eu gostaria de que o senhor falasse um pouco sobre a Caixa do Banco do Brasil.

LL - Eu conheço muito pouco, porque eu não era funcionário do Banco do Brasil, não tenho assim autoridade para falar. Havia uma "Caixinha" lá, uma caixa lá. Com a criação do IAPB, alterou-se o panorama dessa situação do pessoal do Banco do Brasil, alterou-se.

MC - Mas como?

LL - Porque havia os que podiam escolher, ficar na Caixa ou passar para o IAPB. Agora, esse detalhe quem pode falar muito bem é o pessoal do Banco do Brasil, que conhecem, não é?

MC - Sei. E o senhor se lembra de que nessa opção entre ficar na caixa e entrar para o IAPB, o que...

LL - Não, muita gente passou para o IAPB, outros ficaram lá. Mas isso já foi alterado totalmente, isso praticamente já acabou, não é?

MC - E o que o senhor ouvia falar, o senhor não ouvia falar sobre comentarem se era boa a Caixa, se era ruim a administração, os benefícios.

LL - Pelo que eu sei, havia os que defendiam e havia os que não defendiam. Por exemplo, os companheiros do sindicato, todos eles, aqueles com o espírito socialista, eram contra, achavam que o melhor era o IAPB.

MC - Mas, isso por uma questão política ou por uma questão...

LL - Não, me parece que por uma questão mais política, por uma questão de solidariedade com os demais trabalhadores, não é? Me parece que esse foi o principal. Havia o grupo que ficou na caixa.

MC - E qual era o argumento desse pessoal?

LL - As vantagens. Naturalmente devia ter algumas vantagens, eu não sei, eu desconheço. Agora, o grupo sindicalista, os bancários do Banco do Brasil, sindicalistas, aqueles com idéias mais para o campo social, esses todos optaram pelo IAPB por uma questão de solidariedade, porque se tratava da defesa dos trabalhadores de uma maneira geral.

MC - "Seu" Leão, o senhor está falando dos sindicalistas do Banco do Brasil. Parece que é uma tradição a liderança dos bancários ser do Banco do Brasil.

LL - Sempre houve isso, sempre houve. Mudou muito recentemente. Tanto que agora, atualmente, por exemplo, o presidente do sindicato é o Barata, é do BANERJ. Mas sempre houve uma preponderância sim, mesmo porque o Banco do Brasil é o maior estabelecimento, não é, é o maior estabelecimento do país. Então, havia aquela constante da gente dar a presidência por uma questão de - como é que eu direi? - de gentileza, de respeito àqueles companheiros, à tradição do banco etc. Mas isso não foi sempre assim, não. Por exemplo, no período de 1945, o Aristides não era do Banco do Brasil; num outro período mais na frente, é que os companheiros do Banco do Brasil eram sempre os escolhidos para presidir.

LO - O senhor teria alguma outra explicação para a maior parte da vanguarda do movimento bancário ter origem no Banco do Brasil? Só porque era maior?

LL - Não, não. É porque o banco - sem nenhuma desconsideração para com os companheiros dos bancos particulares - mas o Banco do Brasil sempre teve uma... Como é que direi? A seleção do pessoal do Banco do Brasil sempre foi uma coisa muito mais fina, muito mais séria, sempre houve uma seleção em instrução, em cultura, e tudo. De forma que havia essa predominância, quer dizer, uns companheiros mais preparados, mais cultos. Naquela época - não sei se hoje ainda é assim - naquela época para entrar para o Banco do Brasil era um concurso durão. Então, sempre tinha uns companheiros mais preparados, talvez esse fosse o motivo. E mesmo porque dentro do Banco do Brasil também havia uma corrente - justamente por serem mais preparados, mais bem instruídos, sem nenhum menosprezo para com os outros, porque os outros bancos também, mas, naturalmente num nível bem menor -então, lá havia um grupo que tinha como bandeira, vamos dizer assim, o socialismo, não é? Na época do integralismo, também lá era um foco muito grande de integralistas, não sei se vocês sabem disso.

MC - Entre os bancários havia muitos integralistas?

LL - Não, no Banco do Brasil havia um grupo grande, mas sempre houve um grupo grande também socialista, sempre houve. Depois que os bancos foram se expandindo e se tornando grandes organizações como é hoje - como tem o Bradesco, tem os bancos oficiais dos estados, como tem o BANERJ - essa coisa se transferiu também para esses bancos. Eu vou repetir novamente: hoje o presidente do sindicato é um funcionário do BANERJ, é o Barata.

LO - Senhor Leão, como é que o senhor entrou no Banco Borges? Quer dizer, havia concurso?

LL - Houve, mas um concurso simples, não é? Uma prova de datilografia, eles davam uns cálculos de câmbio, de juros para a gente fazer, e pronto, era só isso.

LO - E o que levou o senhor a fazer esse concurso na área bancária?

LL - Ah, porque eu precisava trabalhar, queria um emprego, queria começar uma vida nova já que eu não caminhei bem lá no Exército, onde eu desejava continuar. De forma que me veio essa oportunidade e eu aproveitei, é esse o motivo.

MC - Essa opção que o senhor teve pelo Exército foi por quê? Por que razão o senhor quis seguir a carreira militar?

LL - Eu quis. Aliás, toda a minha família sempre foi, os irmãos todos serviram. Por exemplo, os três irmãos - porque o quarto morreu pequenino ainda - mas os três homens, todos seguiram a carreira militar.

## **Fita 2 – Lado A**

MC - Por que razão o senhor, a família do senhor tem essa tradição de entrar para o Exército?

LL - Não, não é bem tradição. O meu pai era da Marinha Mercante, quer dizer, não deixava de ser uma área assim ligada à Marinha, talvez fosse isso. E mais porque as dificuldades de estudar, de seguir uma outra carreira, como eu já falei, não é, problema financeiro. Então, era mais fácil você verificar a praça e ingressar. Mas eu me lembro bem, quando eu era menino, era garoto lá em Belém, a Marinha pegava moleque na rua a laço, sabia? Pegava.

NM - A laço, como?

LL - A laço! Pegava na rua a laço e levava para Escola de Aprendiz de Marinheiro, para ser marinheiro e trabalhar, e pintar navio, casco de navio. Era assim. Garoto, moleque na rua na malandragem, não existia esse fato; pelo menos em Belém não havia isso, porque pegava mesmo, porque ninguém queria. Na Marinha não é sopa não, na Marinha o negócio era sério, havia castigo, havia essas coisas todas, compreendeu? No Exército o

sujeito servia quando chegava a época que era chamado para prestar serviço militar. Eu fui voluntariamente, eu nem tinha idade ainda.

MC - Mas havia essa mentalidade, na época, de que seguir a carreira militar seria a possibilidade de ascensão social?

LL - Perfeito! Exato.

MC - Havia essa idéia?

LL - Havia, havia. Infelizmente isso não aconteceu comigo, porque eu tive a minha carreira cortada, como já falei.

MC - Isso marcou muito o senhor?

LL - Não, não marcou, não.

MC - O senhor fala assim, com uma certa tristeza.

LL - Não, porque já falando mais recentemente - já que vocês estão indagando a minha vida - já em 1964, quando eu ocupava o cargo de diretor lá do IAPB, veio a chamada revolução. E eu fui exonerado, arbitrariamente. Fui preso, passei 71 dias na cadeia, compreendeu porque tinha um cargo de representação do sindicato, esse foi o motivo. Então, tudo cheirava a subversão, corrupção, subversão. E eu estava preso, quando um amigo meu, que eu já citei aí, o Aires de Barros, que era do Banco da Província do Rio Grande do Sul, foi me visitar - na época eu já estava recebendo visitas - e me levou o *Diário Oficial* de uma anistia, de que eu fui premiado, digamos assim, assinado pelo General Costa e Silva, que era o Ministro da Guerra na época. Eu fui anistiado, então eu voltei ao Exército na mesma posição de 1936. Hoje eu sou militar reformado, vou lá todo mês receber o meu dinheirinho, compreendeu? Deixa eu explicar: em 1961 saiu uma lei delegada, Decreto Legislativo número 18 anistiando aquele pessoal da Intentona Comunista, integralista, todo mundo, compreendeu? Como eu tinha sido excluído por motivos políticos, eu requeri os benefícios dessa lei. Foi indeferido em 1961 e eu larguei para lá. Mas eu estava preso em 1964, e eu sem querer, sem pleitear, sem coisa nenhuma, não sei como, tanto que eu estava preso quando recebi, o Aires levou para mim...

LO - Tinha sido anistiado...

LL - O *Diário Oficial*, com a publicação, compreendeu?

MC - Mas, o senhor não acha uma coisa curiosa, o senhor estar preso por ser bancário, e ser anistiado por ser militar?

LL - Não, não. A minha única suposição é a seguinte: na época eu era um dirigente sindical, nós todos éramos muito manjados. Naturalmente os homens que assumiram o governo de 1964 encontraram essa documentação lá, através do serviço secreto deles lá, sei lá - "Olha, esse aqui é um que a gente pode ter na mão. Anistia esse, que esse aqui a gente enquadra logo cedo". Quer dizer, isso é uma impressão que eu tenho, eu não sei se foi esse o motivo, a maneira fácil. Porque o militar, mesmo na reserva ou reformado, ele está subordinado ao que eles chamam de RDE, que é o regimento disciplinar deles lá, não

é? Acho que é esse o motivo, porque caiu do céu o negócio, assim, uma espécie de compensação pelos prejuízos que eu sofri.

NM - O senhor foi anistiado em que posto?

LL - Cabo. Eu era cabo, na época, e eu estava esperando promoção para sargento, quando fui excluído. Mas eles me anistaram na mesma graduação quando da minha exclusão. Você vê que há uma incoerência muito grande: agora mesmo a Lei Complementar número 26, que criou a Constituinte, que convocou a Constituinte, ampliou a anistia do Figueiredo, de 1979. Nessa anistia, que é a continuação daquela de 1961 - que de anos em anos vem emendando, pegando o último de lá - deu promoção a todo mundo, todo aquele pessoal, aquela greve dos marinheiros, aquele sargento lá de Brasília, aquela confusão toda, todo mundo sendo promovido aí. Essa é a informação que eu tenho. Já a minha, a que eu fui, não. Tanto que por um amigo comum aqui, eu fiz um projeto de lei, e esse amigo comum levou para um senador, amigo dele, que ficou de apresentar lá. Quer dizer, por uma questão de isonomia dar aos anistiados dessa lei, dessa que eu fui anistiado - porque eu fui anistiado pela lei de 1961, que estava em vigor, apesar de estar em 1964 - então dar o mesmo direito de, se por acaso isso for avante, aí eu talvez seja beneficiado e tal.

MC - Que senador é esse?

LL - É o Jamil Haddad, Senador Jamil Haddad.

MC - Então, quer dizer que o senhor ficou feliz de ter voltado ao Exército?

LL - Não, voltar é o modo de falar, porque eu hoje estou de pijama. Eu me aposentei como bancário mas são mais alguns trocados que eu estou recebendo. Ajuda, quem é que não quer, não é?

MC - Senhor Leão, além dessa questão da ascensão social, que parece foi uma coisa importante para a sua opção pela carreira militar, qual é a imagem que o senhor tem do Exército?

LL - Ótima, ótimo, eu acho o seguinte: estou falando sem isenção, porque não tenho qualquer ligação com pessoas lá de dentro, eu só vou todo mês lá apanhar o meu contrachequinho, e quando me chamam, me convocam lá, eu vou lá para provar que estou vivo e tal. Mas o Exército sempre teve um papel preponderante na vida nacional. A pessoa, a gente tem que examinar a coisa por esse aspecto. É claro que tem os safados lá dentro, os que se aproveitam de situações para vender o Brasil, para comprometer o país, que existe. Não fizeram a Revolução de 1964? Não tem os DOI-CODI que sobraram aí, que massacraram? Mas também tem os que reagiram. Eu tenho um caso, não sei se vocês gostariam de registrar, do Marechal Lott que foi soltar o sobrinho dele, vocês conhecem esse fato?

MC - Não.

LL - O sobrinho do marechal, sobrinho? acho que é sobrinho. Ele era estudante, era ligado à UNE, e ele foi preso espancado, ali na Tijuca, na PE, Polícia do Exército. E o Lott, nessa altura, já estava em casa, foi em pleno regime revolucionário. E o Lott se fardou, foi lá e

chamou o oficial do dia para soltar o sobrinho dele, queria o sobrinho dele fora. E o oficial do dia que o recebeu, deu uma gargalhada: "Você não manda nada aqui, o senhor está de pijama". E ele puxou o 45 e matou o cara, não é?

MC - Matou?

LL - Matou, matou. Isso não veio a público, mas ele matou o oficial na hora e levou o sobrinho dele. Quer dizer, ele foi desfeiteado, ele estava uniformizado, ele era um marechal, e ele não conversou. Quer dizer, é um cara 100% - que ninguém pode dizer que o Marechal Lott foi um sujeito ruim, não. Ele era um sujeito de alma boa. Politicamente ele era um cara mais arejado do que tantos outros que nós conhecemos – o próprio Luiz Carlos Prestes era capitão, não era? E foi expulso, não é? Nós não tivemos aquele Capitão Lamarca, que ele saiu do quartel, desertou com um caminhão cheio de armas e foi treinar guerrilheiros aqui na Serra de Caparaó, e foi assassinado friamente pelo... esse Cerqueira.

NM - Nilton Cerqueira.

LL - Não é esse que está aí, é um que era do Exército; esse atual é o Cerqueira, mas ele é da polícia. Antes desse Cerqueira, era um Cerqueira também...

NM - É o Nilton Cerqueira.

LL - Que é do Exército. Esse cara é que foi prender ele lá quando ele fracassou, o problema lá dele das guerrilhas, e ele estava sozinho - isso é o que se comenta - e o cara apontou a arma para ele: "O senhor está preso!" Levantou a mão. Quer dizer, quando ele levantou a mão fuzilaram ele. Quer dizer: o homem foi assassinado, porque se ele levantou a mão, está entregue, devia estar entregue à justiça, para ser julgado pelos seus atos. Então, existe fatos assim, e tantos outros aí, Siqueira Campos, e oficiais que tomaram posição aí. A própria Revolução de 1930, dos tenentes inconformados com aquela situação. Eu vou dar uma opinião pessoal minha, que não tem nada a ver aqui com a nossa entrevista, mas eu acho que o Exército é uma escola, quer dizer, de todas as Forças Armadas que existe aí, é a organização mais democrática que tem é o Exército, ao contrário da Marinha, onde (risos) o negócio lá não é sopa, não.

LO - Senhor Leão, o senhor podia dar brevemente para nós um roteiro dos principais cargos e funções que o senhor ocupou ao longo da sua carreira no banco?

LL - Olha, eu entrei como praticante - que era comum nos bancos entrar como praticante - e lá havia um quadro de carreira. É uma maneira deles, que não tinha valor nenhum, não era legal, mas eles seguiam aquilo direitinho. Eu fui a quinto escriturário, fui a quarto, a terceiro, fui a primeiro escriturário e cheguei a ser chefe de seção, já em 1963, já no fim.

NM - E a sua trajetória no sindicato?

LL - A minha trajetória no sindicato, eu sempre estive aqui no sindicato, sempre.

NM - Quer dizer que o senhor só ocupou cargo de liderança entre 1962...

LL - Não, não. Desde 1954 que eu exerço cargo de direção do sindicato. Eu estive oito anos com mandato consecutivo, quatro mandatos consecutivos, aqui. E agora mesmo,

agora mesmo já pela terceira, já pela quarta vez, se não me engano, que eu estou ocupando o cargo aqui da executiva do departamento. Nós temos uma executiva aqui, e eu faço parte como secretário de previdência.

NM - E no IAPB, qual foi a sua trajetória?

LL - Aí foi o seguinte: Lá, como eu sempre tive assim uma, vamos dizer assim, uma queda mais para assuntos ligados à previdência, o sindicato aqui, porque quando eu fui secretário aqui, procurador, era comum eu sair daqui em diligências, para defender bancário numa casa de saúde, compreendeu? Defendia, fazia críticas às falhas que o IAPB tinha. Então, por esse motivo, quando surgiu a possibilidade de colocarmos bancários na direção do IAPB, o meu nome foi sugerido pela direção, pela diretoria do sindicato, e eu fui indicado. Fez-se uma eleição, houve eleição...

NM - Isso foi em...

LL - Isso foi em 1956, se não me engano, [19]56. Houve uma eleição, concorreram vários candidatos, não me lembro agora, e eu venci. Então, eu fui nomeado para o cargo de delegado do IAPB, aqui no antigo Distrito Federal. Naquela época era Distrito Federal. Lá eu fiquei cinco anos.

NM - Quando o senhor entrou para o Banco Borges, em 1937, naquela época ser bancário dava prestígio?

LL - Não, acredito que não. Era um serviço mais limpo, quer dizer, apenas naquela época ainda se trabalhava oito horas, mas, depois veio a lei de seis horas, quer dizer, isso então ajudava muito. Sempre foi um emprego preferido pelos estudantes, por causa do horário, por ser um serviço mais limpo, quer dizer, serviço de escritório. Eu não tenho essas imagens assim de carreira, não é bem assim, mas havia naquela época havia mais segurança do emprego. Hoje não, hoje a rotatividade está aí tomando conta.

MC - O que o senhor chama de "um serviço mais limpo"?

LL - Limpo no sentido do sujeito andar bem vestidinho, de gravata; naquela época era obrigado. Quer dizer, um serviço assim mais burocrático, de escritório, que exigia qualidades, o sujeito tivesse assim um grau de educação um pouco melhor, não é? É diferente, por exemplo, de você trabalhar no comércio, como num balcão, num botequim, numa sapataria, sei lá.

MC - Havia muitos negros, nessa época nos bancos?

LL - Como?

MC - É.

LL - Não, não havia, não. Existia muito pouco, pelo menos lá no banco em que eu trabalhava. Mas era mais assim como servente, contínuo etc.

NM - E as mulheres?

LL - Não, não havia. Naquela época era difícil uma mulher entrar num banco. Hoje não, hoje está generalizado. Naquela época, no banco, não tinha uma mulher. Já agora no final, depois de 1961 para cá, aí começou, no banco em que eu trabalhava, a ingressar moças lá. Quando eu fui preso, quando eu voltei para o banco, tive que me apresentar no emprego, que eu estava licenciado, então, tinha talvez umas seis ou mais, talvez umas dez moças trabalhavam.

MC - Isso num universo de quantas pessoas?

LL - Bom, o banco tinha mais de 100 funcionários, mais ou menos, mas outros bancos tinham muito mais. No meu era assim.

LO - O senhor voltou ocupando que função?

LL - Eu voltei como primeiro escriturário, e logo a seguir fui promovido. Aí é outra história. Eu estava falando que... você perguntou o cargo que eu ocupei, de delegado. Quando foi em 1962, se não me engano, eu fui exonerado da função de Delegado, e por indicação da CONTEC\*, da Confederação Nacional - aí já por eleição indireta, porque na CONTEC é eleição indireta, porque ela representa todos os sindicatos dos bancários. Então, eu fui nomeado para exercer o cargo de diretor da Arrecadação e Fiscalização do IAPB, onde eu fiquei dois anos, e de lá saí exonerado e preso. Não fui preso logo imediatamente, tive tempo de voltar ao banco mas, quatro dias depois, quando acabaram aqueles feriados - houve uns quatro feriados, fecharam os bancos - quando eu voltei a trabalhar a polícia estava me esperando. Aí eu fui preso, passei 71 dias preso, entrei e venci. Agora, no cargo, por exemplo, de delegado, para mim foi uma experiência muito boa, porque o IAPB, apesar de ser o melhor instituto na época, ele tinha falhas, essas coisas. Então, a ida de um bancário para administrar, para dirigir a delegacia é importante. E eu consegui com o meu esforço, com a colaboração dos que trabalhavam lá também, e sobretudo com o apoio do sindicato, porque o sindicato tinha uma força muito grande. O sindicato, naquela oportunidade, politicamente tinha muita força.

MC - O senhor está falando que o sindicato tinha muita força, não é? O senhor poderia colocar o que foi a greve de 1946, essa greve de bancários de 1946?

LL - A greve de 1946 surgiu em 1945, quando acabou a ditadura, o Estado Novo, e a democracia voltou a imperar no Brasil, e veio a liberdade, relativa liberdade. Aí já existia a CLT, com todas as suas distorções. Então, fez-se eleição, colocou-se uma diretoria eleita, compreendeu? E surgiu a questão do problema da profissão, quer dizer, oficializar a profissão do bancário: quadro de carreira e salário profissional, não é? Já nessa altura não existia mais a estabilidade aos dois anos, porque em 1943 acabou, de 10 anos. Mas, não se falou nisso. Então, a direção do sindicato partiu para a organização da classe para conseguir. Em 1945, então, como as tais negociações estavam muito demoradas, então veio um abono em cascata assim: até tanto 45%, tanto a tanto, 35% tanto a tanto até diminuindo, entende? Quem ganhava mais diminuía. Quando o pessoal recebeu esse abono, começaram as discussões, a luta, a organização, as comissões de banco, a criação das comissões, para a mobilização certa, para partir para uma campanha mais séria.

---

\* CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Crédito.



NM - Como é que era o processo de organização dos bancários, era por agências, em dada agência havia representante?

LL - Naquela época havia poucas agências, a maioria dos bancos era aqui no Centro, era mais fácil, e esse negócio de agência, isso surgiu muito depois. Então, era mais fácil a mobilização. Estruturou-se o movimento com base nesse trabalho, e começou-se a pressionar os banqueiros. Em dado momento, não tinha apelação mais nenhuma, partiu-se para a greve, fez-se a greve por causa disso, porque os banqueiros vinham prolongando os debates, como sempre acontece. Sempre negando e os dias vão se passando. Então, fez-se a greve. Começou em fins de 1945, durou 19 dias e terminou nos primeiros dias de 1946. Terminou como? A greve foi um sucesso, eu já falei, não é? Havia o homem-sanduíche, o cara saía na rua com uma tabuleta aqui assim, com slogans aqui escritos das nossas reivindicações, outra tabuleta atrás, quer dizer, conscientizando para ganhar o público. Havia campanha, houve solidariedade de outras categorias... ajudando, compreendeu? A gente saía com a bandeira brasileira carregada por quatro, seis, o povo jogava dinheiro ali dentro, para sustentar. Foi um sucesso. Essa greve, ela acabou através de um acordo, quer dizer, os bancários voltavam com aumento geral para todo mundo, de 300 mil réis. Eu não sei se era mil réis ou já era cruzeiro, eu não me lembro mais, isso é fácil ver, se era cruzeiros antigos, eu não me lembro mais. Então, você vê, esses 300, com os 45 anteriores, foi o maior aumento que a nossa categoria já teve naquela época; passou de 100%. Houve caso em que sujeito teve 120% de aumento, dobrou o salário em pouco mais até. Efetivou-se aquele abono e colocou-se mais 300, indistintamente, para todo mundo. Aí foi criada uma comissão partidária, composta de banqueiros, por bancários e representantes do Ministério do Trabalho. Essa comissão iria estudar o quadro de carreira, quer dizer, o salário profissional e quadro de carreira. Os banqueiros chegaram até a publicar no jornal - no meio da greve, quando eles não davam jeito de acabar com ela - chegaram a publicar como matéria paga no jornal, um projeto deles, de salários profissional e quadro de carreira para os bancários. Mas, os bancários, a categoria... Não, naquela época nós chamávamos, não era categoria, era outro termo. A classe bancária, quer dizer, a assembléia não aceitou, no apogeu da vitória. Greve 100%! Aquela coisa que hoje se repete, com esses rapazes novos agora. São sonhadores, como nós também éramos. A gente devia ter aceito. Na minha opinião, a gente devia ter aceito, porque hoje existiria uma lei de quadro de carreira, salário. Então, a gente ia lutar mais tarde para conseguir fazer mudar, até chegar aonde a gente queria. Mas, nós não aceitamos. Ou tudo ou nada, e tal! Mas, eles chegaram a publicar.

NM - Esse movimento era puxado pelos setores de esquerda?

LL - Era, sem dúvida nenhuma. Quer dizer, aqui no sindicato nós nunca olhamos a cor política do companheiro. Eu nunca cheguei junto do Olímpio: "Oh, Olímpio, você é comuna?" Nunca nós fizemos isso. Mas nós conhecemos pelas lutas lá fora. No sindicato não, mas lá fora a gente sabia pelas posições, pelos documentos que o sujeito assinava, pelos documentos políticos. Não tem nada a ver com o sindicato. Nós sabíamos que dominava a esquerda, os companheiros de esquerda é que dominavam, sempre dominaram aqui.

MC - Quando o senhor fala "os companheiros de esquerda", está falando o quê? Dos comunistas?

LL - Sim, comunistas, socialistas. Nós tínhamos aqui gente de todas as cores políticas, mas nunca ninguém perguntou.

LO - O senhor participava do Partido Comunista em 1946, durante a greve?

LL - Não, eu me filiei ao Partido Comunista quando ele estava na legalidade, eu não me lembro a época, foi em 1946, 1947, não sei. Depois é que ele foi fechado, foi cassado, até o Prestes foi cassado, que era senador, aí, pronto.

LO - Mas, durante a greve o senhor não estava ligado ao Partido Comunista.

LL - Não, não estava, não. Mas me deixa concluir. Então, fez-se essa comissão paritária. Para você ter uma idéia, essa comissão paritária fez algumas reuniões, mas o banqueiro começou a amarrar, amarrar, amarrar. Então, nós começamos, a comissão começou a dar duro. Um belo dia o ministro, me esqueço o nome, era até um oficial do Exército que era o ministro, me esqueço o nome dele. Então, o Ministro fez a intervenção no sindicato, prendeu a liderança coisa de horas, mas prendeu, e acabou com a comissão. Quer dizer, ele tinha empenhado a palavra dele como ministro, e faltou a esse compromisso. Então, foi tudo por água abaixo, voltou tudo à estaca zero. Aí veio a intervenção, tal e tal. Depois, mais outros anos de intervenção no sindicato. Foi no fim de 1946, foi assim. Nós ficamos só mesmo com o aumento, porque nós fomos traídos, os bancários foram enganados pelo governo do Dutra.

LL - Essa é a história do sindicato, que eu relatei para vocês, que eu me lembro. Agora, depois que eu fui para o instituto aí eu vinha constantemente ao sindicato, porque vinha prestar contas. Quer dizer, toda semana eu estava aqui, em reunião, prestando contas do que a gente fazia lá. Mas aí já não tinha mais atividade de diretor, porque eu acumulei, até 1962, o cargo de diretor com o de lá.

MC - Senhor Leão, que outras greves o senhor se lembra que foram importantes para a categoria dos bancários?

LL - Olha, se não me engano, em 1962, por aí houve outra também. Uma greve bem sucedida. Mas aí eu estava mais ligado ao instituto, eu já não tive uma participação mais direta, compreendeu? Mas houve outras greves, poucas, houve umas duas mais ou menos.

MC - Duas importantes?

LL - É, importantes, e que trouxe a lei de seis horas. Aí só quem pode falar com vocês é quem viveu aquela época mais ativamente aqui dentro. Teve a lei das seis horas; veio o negócio dos contínuos, também houve qualquer coisa aí para os contínuos, não me lembro bem o que foi, que também foi uma outra conquista.

LO - Eu queria que o senhor falasse um pouco da rotina dentro do sindicato. Quer dizer, como é que se dava a participação dos trabalhadores no sindicato dos bancos? Como se compunha o sindicato? Se você pudesse descrever...

LL - A vida do sindicato se baseava, principalmente, nas organizações de base, geralmente, quem mais freqüentava, estava sempre dentro do sindicato, eram as comissões de banco. Qual era o nome que eles davam lá? comissões sindicais! Na época

nós chamávamos as comissões sindicais. E todos os bancos tinham uma Comissão Sindical, os representantes. Esses representantes estavam permanentemente aqui no sindicato ou eram convocados. Agora, fora disso só quando havia uma assembléia clube, ou era na Associação dos Empregados do Comércio, que aqui não dava, não é?

MC - E havia discussão dentro dos bancos?

LL - Não, qualquer reivindicação que a gente fazia junto aos bancos, era por intermédio dessas comissões, porque essas comissões sindicais, praticamente, representavam o pensamento da diretoria dentro dos bancos, seguiam a orientação aqui da diretoria do sindicato. Era assim que se fazia.

LO - Senhor Leão, eu gostaria de saber se o senhor freqüentou algum curso de especialização, ou trabalhos com relação ao serviço bancário, ou também com relação à atuação sindical?

LL - Fiz vários cursos. Eu fiz, por exemplo, estatística, fiz chefia e administração pública, fiz taquigrafia, na antiga Escola Remington, que tinha ali na Rua Sete de Setembro, agora acho que nem existe mais. Fiz um aqui no sindicato também, quem dirigia era o Roland Corbusier. Como era o nome do curso? *Problema Sócio-Econômico Brasileiro*, uma coisa assim; um curso que se fez aqui também, muito bom, uma freqüência grande.

LO - Em que época isso?

LL - Naquela época mesmo, que época que ele...?

MC - Cinquenta e tantos?

LL - É, por aí assim, 1954.

MC - Época do ISEB\*, não?

LL - ISEB. Certo, naquela época.

LO - E a freqüência de bancários?

## **Fita 2 - Lado B**

LO - O senhor estava falando que fez um curso no IAPB.

LL - É.

LO - De chefia, não é?

---

\* ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiro.

LL - Chefia e administração. Mas, como eu estava dizendo, a nossa atuação lá, como delegado, foi muito útil para nós, porque a gente lá, o IAPB era realmente o melhor instituto, principalmente no que diz respeito à assistência médica. Nós vivemos um período muito bom lá, e nós tivemos oportunidade de mudar muita coisa, de acordo com as necessidades e os desejos dos bancários. Por exemplo, lá nós, por incrível que pareça, nós conseguimos botar em todas as clínicas médicas um quadro de horário para os médicos, coisa que você não vê. Em lugar nenhum aqui no Brasil, você não vê, nós conseguimos. Quer dizer, em cada clínica, na porta nós colocamos um quadrozinho de vidro, com o nome do médico e o horário, o dia de atendimento, e o horário dele; embaixo, a minha assinatura e a assinatura do médico-chefe. E eles obedeciam, cumpriam.

LO - O delegado sindical, então, tinha função executiva também dentro do IAPB?

LL - Não, delegado é aquele que administrava o instituto. Por exemplo, os médicos, eles eram subordinados ao delegado administrativamente, eles eram subordinados. Quer dizer, eu não podia dar palpites, por exemplo, no exame de uma radiografia, que eu não entendo. Mas, ele era subordinado a mim diretamente, compreendeu? Eu, inclusive, tinha autoridade para mandar descontar o dinheiro dele, para chamar a atenção dele, punir até, para representar contra ele. Quer dizer, havia essa situação. Mas, havia uma coisa que em nenhum outro instituto existia, que era a colaboração deles; eram noventa e tantos médicos, o IAPB tinha aqui no Rio de Janeiro noventa e tantos médicos naquela época, e todos eles cumpriam rigorosamente a obrigação deles.

LO - O senhor poderia descrever melhor essas funções do delegado sindical?

LL - Do delegado do IAPB, que você diz?

LO - Exato, delegado sindical do IAPB.

LL - Ah, perfeito. Toda a parte administrativa do Rio de Janeiro, no caso aqui do Rio, era de competência do delegado. Ele é que era o responsável por toda a delegacia. Hoje esse cargo é ocupado pelo superintendente do INPS, superintendente do INAMPS, superintendente do IAPAS. Entendeu? Era assim.

MC - Senhor Leão, não está claro para mim o que esse delegado era, como é que ele era eleito?

LL - Eu fui eleito aqui pelo sindicato, na época. Olha, o seguinte: mesmo antes da Lei Orgânica, nós conquistamos - politicamente falando - o direito de colocar no IAPB o presidente e os principais delegados. Foi uma conquista, não existia lei nenhuma que determinasse isso mas, por força política nossa, nós impusemos isso ao governo, e o governo Getúlio aceitou; e depois os outros governos também aceitaram. Então, a gente apenas apresentava uma lista tríplice; três nomes.

NM - Isso começou quando, em que governo?

LL - Ah, eu acho que muito antes da morte do Getúlio. Em 1952, por aí assim ou antes, muito antes, quando não era assim. Quando foi criado o IAPB, o funcionalismo do IAPB saía do sindicato, era indicado até parente de bancário, e botava lá. Então, era como se fosse uma família só, entendeu? O pessoal lá de dentro tinha ligação até de grau de

parentesco com o bancário. Quer dizer, fazia-se isso justamente para manter esse vínculo. Agora, posteriormente, quando a coisa foi evoluindo, e os políticos começaram a meter a mão, como hoje acontece, hoje é comum. O superintendente do INAMPS, em São Paulo, quem botou? Foi o PMDB, foi o PT, foi sei lá quem indicou. Não é assim que estão fazendo? Naquela época não, nós indicávamos três nomes. Agora, esses três nomes eram indicados, digamos assim, numa convenção de sindicatos de bancários: "Olha, vamos indicar fulano, fulano e tal. Vocês estão de acordo?" E levava o nome. Então, o Presidente da República tinha liberdade de tirar um daqueles três e colocar lá. Foi assim que nós botamos, por exemplo, o Sadock de Sá, que era do Banco do Brasil. Depois foi eleito presidente, e como presidente, tinha autoridade para nomear, para indicar os cargos em comissão; ele botava os delegados indicados. Em São Paulo, foi o Dalmonte, no Rio fui eu, mas através de eleições. O sindicato fazia eleição, abria inscrição, como se faz comumente para a diretoria do sindicato; fazia essas chapas, indicava, e levava o nome para ele...

NM - O senhor não concorreu sozinho?

LL - Não, eram, parece, que três candidatos. Foram três candidatos aqui no Rio.

NM - Por que três candidatos?

LL - Porque existia outras correntes políticas sindicais. A nossa era a Unidade Democrática, a mais antiga. Mas havia o pessoal da Liga Católica, por exemplo, que era o De Biasi, não sei se você já ouviu falar; aliás parece que até já faleceu.

NM - Além da Liga Católica e da Unidade, quais eram os outros grupos?

LL - Não, só eram esses dois grupos, surgiu um terceiro grupo aí, um terceiro eu não sei porque. Mas, os principais mesmo eram a Unidade Democrática, a ala de esquerda socialista, que sempre predominou, e o outro grupo, que inclusive tinha base na própria UDN, a ala católica da UDN, aquela ala que achava que devia conquistar o sindicato para impedir que os comunistas dominassem. Hoje já não existe tanto assim, parece que mudou muito.

NM - E os pelegos?

LL - Os pelegos, nós tivemos pelegos aqui. Quer dizer, eu citei anteriormente o João Gonçalves, que era o chamado João Veludo.

MC - Ele além de veludo, era pelego também?

LL - Ele era um pelego, porque ele estava aqui representando o governo, não era nem uma junta governativa formada no próprio sindicato, indicado por bancários...

NM - Mas ele foi eleito?

LL - Não, ele foi indicado pelo ministro; foi intervenção no duro mesmo. E antes tivemos intervenção ministerial mesmo, de funcionário do ministério, como aconteceu em 1964.

MC - Senhor Leão, o senhor foi delegado do IAPB no Rio de Janeiro. Então, o senhor era o elemento de maior poder dentro do IAPB do Rio de Janeiro?

LL - É, autoridade máxima do estado.

MC - No estado?

LL - É. Nas cidades do interior era um representante, tinha um representante. Por exemplo: Petrópolis, Campos, Nova Friburgo tinham um representante.

MC - Então, tanto o presidente como os delegados eram indicados pela categoria dos bancários, através do sindicato?

LL - No começo, foi só o presidente- nos principais estados: Rio e São Paulo. Depois, mais tarde, nós conquistamos todos os estados, botava um delegado em cada estado. Bancário eleito e indicado pelo sindicato. Era assim.

LO - Senhor Leão, o senhor poderia fazer uma comparação entre as responsabilidades da direção do IAPB e a responsabilidade dos delegados sindicais? Quer dizer, a administração era centralizada na mão da direção ou era descentralizada? Quero que o senhor compare para mim, por favor.

LL - Relativamente não era, não havia essa descentralização total; isso veio depois, com a Lei Orgânica da Previdência Social, em agosto de 1960. Quando veio o sistema colegiado, aí houve a descentralização total. Antes não, antes a autoridade máxima era o presidente que delegava, dava uma delegação de poderes aos delegados. Então, os delegados administravam dentro daquela delegação de poderes. No nosso caso aqui, aqui no Rio e em São Paulo, nós geralmente passávamos por cima um pouco dessa delegação, porque nós tínhamos o apoio do sindicato; o sindicato politicamente tinha força. Então, a gente até passava por cima, a gente até exercia atividades acima daquela que era delegada, e o presidente respeitado, porque o presidente era bancário (risos).

NM - Como é que era feita a escolha do presidente do IAPB?

LL - Uma lista tríplice, eu falei. Dava uma lista tríplice, fazia-se a indicação. Por exemplo, hoje são 150 sindicatos de bancários. Mas naquela época fazia-se isso nas capitais dos estados. Chamava aqueles principais, reunia, fazia-se uma convenção, e dali tirava-se por um consenso, tirava-se os três nomes.

LO - Agora, e para o preenchimento dos cargos em geral no IAPB? Quer dizer, quem conseguia colocar os parentes, quem decidia quais eram os parentes de quem entraria?

LL - No começo, logo quando foi da criação do Instituto, logo de estalo, de saída, foram todos indicados pelo sindicato, a maioria foi toda indicada.

LO - Pela direção do sindicato?

LL - Sim senhor, mas isso sem qualquer vínculo com politicagem. Indicava-se assim, pela competência, pelo trabalho prestado à classe. Médico, por exemplo. Médico não é

bancário, então, um número enorme de médicos foram indicados pelo sindicato. Muitos deles ainda hoje estão lá, velhos, já de cabeça branca, estão lá trabalhando.

LO - Mas tinha de ser, no mínimo, amigo do presidente do sindicato?

LL - Não, não se fazia isso. Posso lhe garantir, não se fazia isso. Ia-se buscar, ia-se tomar informações; às vezes era um médico competente, um cara amigo, dedicado - além de profissional, era amigo - estava ligado à classe por relações de amizade, ligados à sua própria atividade profissional. Então, indicava-se, mas, nunca houve assim esse interesse político, nunca houve isso, não.

NM - Ideologicamente, esse médico deveria ter algum tipo de postura?

LL - Alguns eram socialistas. Eu posso citar. Aníbal Gouveia, por exemplo, que era comuna, Dr. Aníbal nunca escondeu. O Dr. Tomé, por exemplo, que era psiquiatra, ele entrava no instituto com *Tribuna*, como era o nome daquele jornal?

MC - *Tribuna Popular*.

LL - *Tribuna da Imprensa* ou *Tribuna... Tribuna Popular*: Ele entrava lá, ele não escondia, mas a maioria não era, não. Mas tinha aí, tinha médicos lá que eram, médicos, enfermeiros...

MC - *A Imprensa Popular*.

LL - *Imprensa Popular* é o nome. Até o tio do Viegas era diretor. O Viegas, o tio do Viegas, que é o Dr... me esqueço o nome dele, é dermatologista, compreendeu? Todo mundo sabe, ele era comunista, ele nunca escondeu, era médico do IAPB. Mas não quer dizer que isso fosse a maioria, não era.

LO - Tio do Dr. Luiz Viegas da Mota Lima?

LL - É, o tio do Viegas, nosso companheiro Viegas aqui, que integra a Executiva. Vocês vão ouvir ele, não vão também?

LO - Vamos.

LL - O tio dele é médico dermatologista, era do IAPB, hoje está aposentado, já.

NM - E os políticos tentaram meter a mão dentro dos IAPs?

LL - Sempre tentaram, sempre tentaram.

NM - Inclusive no IAPB?

LL - Inclusive no IAPB. E conseguiram; numa época do Estado Novo eles conseguiram, compreendeu? Não com tanta ênfase como nos outros, mas conseguiram, porque os bancários, a estrutura sempre foi muito boa. Quer dizer, sempre houve um impedimento para isso, para ser assim às claras. Mas foi só nesse período, depois para cá, não.

NM - E como é que os bancários conseguiram conter essa...

LL - É porque a gente tinha a nossa gente lá dentro, amigos e parentes, que a gente fazia onda, gritava. Tudo que saía errado lá; a gente tomava conhecimento e botava a boca no mundo através do sindicato. A gente gritava, e sempre alguém ouvia. Então, eles mordiam, mas mordiam de leve, está entendendo?

LO - A época do Estado Novo era uma época de atuação política muito restrita. Como é que se dava essa politicagem dentro do IAPB? Como é que os políticos interviam no IAPB, nessa época do Estado Novo?

LL - A intervenção dos políticos, por exemplo, era mais no sentido assim de dar um emprego, compreendeu? Nomear um delegado, compreendeu? Houve uma época em que não tinha delegado bancário lá, não tinha o presidente indicado pelos bancários. Então, era o político. Por exemplo, eu me lembro bem que o Dr. Aderbal Novaes, que foi presidente do instituto durante muitos anos, é um político de Pernambuco.

MC - Aderbal?

LL - Aderbal Novaes foi um presidente do Instituto, indicado na época, parece, que pelo PS não sei se existia o PSB lá, na época. É por um partido...

MC - Foi indicado por quem? Pelo Agamenon?

LL - É, essa gente de lá, essa gente de lá.

MC - Sim. Isso em que período, no período do Estado Novo?

LL - Sim, no período do Estado Novo, sim. Naquela época em que os sindicatos foram, vamos dizer assim, quase que subjugados - intervenções - e tiveram que restringir a sua atuação face a política do governo, não é?

MC - Senhor Leão, por que o IAPB não fazia concurso?

LL - Não, havia concurso.

MC - Para médico? Tinha concurso para médico?

LL - Não me lembro, não; sinceramente não me lembro. Ah, porque quando nós chegamos, quando por exemplo, eu fui para lá já existia uma máquina montada, não é? Então, o IAPB era um instituto pequeno, não havia assim necessidade de ficar nomeando todo dia médico, esse tipo de profissão. Tinha um quadro já organizado, existia o quadro já organizado de médicos. Quer dizer, então, o progresso, vamos dizer, a necessidade de aumentar esse quadro limitado de acordo com os segurados que o instituto tinha.

MC - Então, o senhor considera que a ausência de concurso era porque o quadro dos segurados era pequeno, não havia necessidade de ficar aumentando.



LL - Não, concurso havia. O sujeito apresentava a sua documentação, o seu currículo, sei lá, o seu diploma, a coisa era assim.

LO - Tinha uma votação também, não tinha? Sistema de votação?

LL - Para quê? Para ele, não sei esse detalhe, eu não posso esclarecer a vocês porque é como eu disse: na época em que eu estive lá, eu atuei lá durante sete anos - cinco como delegado e dois como diretor - mas, como delegado que lidava diretamente com o médico, enfermeiras, atendente, além de procuradores. Quer dizer, toda a categoria de funcionários. Houve uma época em que havia proibição de nomeações. Então, eles usavam muito, era comum o sujeito entrar como prestação de serviços, não tinha vínculo empregatício, era uma maneira de passar por cima da proibição. Às vezes havia necessidade de botar um servente lá. Então, o sujeito arranjava o cara aí, o sujeito, no fim do mês, apresentava um recibo. Isso era comum, ainda hoje se faz isso. "Recebi do Ministério da Fazenda", "recebi do INPS a importância X por serviços prestados durante o mês tal", assinado, pronto é isso. Isso, pela justiça tem vínculo empregatício mas, como é repartição pública, ninguém fala. Mas, isso é comum, isso se faz. E de vez em quando, eu me lembro bem que na época do Jango tinha um número grande de pessoas assim, que foram todas efetivadas, esse pessoal foi todo efetivado pela CLT, e anos depois da CLT passaram todos a ser estatutários, sei lá, uma lei aí, entende? Havia essas coisas.

MC - O senhor não acha que isso aí levava muito favorecimento, mesmo quando os bancários indicavam pessoas, não era uma coisa assim meio, não tinha pessoas que tinham privilégios? Parentes, amigos...

LL - Mas isso, houve uma época, por exemplo, na época do Sadock, que foi um bancário que presidiu o Instituto, aconteceram fatos assim.

MC - E foi em que ano?

LL - E foi por isso que nós tiramos o nosso apoio, o sindicato tirou o apoio.

MC - Ah, o Sadock?

LL - Tirou, houve uma época, no começo tudo bem. Mas ele começou a atender, por pressões naturalmente políticas, a atender aqui e ali. Então, houve uma espécie de dissociação dele com o sindicato. Tanto que quando veio a Lei Orgânica da Previdência Social, ele não ficou, ele saiu, ele teve que sair porque aí foi eleito o colegiado, aí nós já jogamos ele fora, ele foi afastado por causa disso. Ele podia ser aproveitado no colegiado, mas não foi. Naquela época o regime era de presidente, presidencialista. O regime dentro das autarquias de previdência era o regime presidencialista; o presidente era nomeado pelo Presidente da República. Ele tinha poderes, mas as nomeações ele levava, ele preparava e levava para o Presidente autorizar, o Presidente da República é que autorizava. Aí vinha o jogo político. Mas ele começou a se desmandar, não por esse motivo, porque aí foi muito pouca coisa, mas, por outros. Começou a dar mais atenção à política, começou a querer crescer muito, compreendeu? E aí o sindicato...

NM - Quais foram os mais importantes líderes dos bancários que o senhor conheceu?

LL - Que eu conheci, na ativa, foi o Olímpio; o Couto; o Trajano - Francisco Trajano de Oliveira - e muitos outros assim que eu não me recordo. Assim, de estar à testa do sindicato, são esses. O Paliano, mais recentemente, que foi assassinado na revolução. E outros que hoje ainda aparecem aí companheiros da época que se reúnem aí, anistiados do Banco do Brasil, que também fizeram parte da diretoria do sindicato.

LO - O senhor foi diretor do IAPB em que período?

LL - Foi de 1957 a 1962; sete anos.

LO - Diretor do IAPB?

LL - Não, dois de diretor e cinco de delegado.

LO - Mas, de diretor foi o quê? Foram os últimos anos? 1962, 1964...

LL - Foi 1962, 1963 e 1964, se não me engano foi em fins de 1962, eu saí em março de 1964 quando veio a Revolução, dois anos.

MC - Então, o senhor pegou esse período da direção colegiada?

LL - Peguei, e foi um período muito bom.

NM - O senhor participou da luta pela criação da LOPS?

LL - Participei também, participei aqui no sindicato; havia uma comissão de companheiros que trabalhavam. Todo sindicato fez isso, pelo menos os principais. Quer dizer, nós apresentamos sugestões.

LO - Senhor Leão, havia alguma resistência dos bancários à aprovação da LOPS?

LL - Não, nunca houve; que eu me recorde, nunca houve. Pois melhorou, foi para melhorar. Quer dizer, a LOPS, a Lei Orgânica da Previdência Social, o principal era justamente a administração colegiada. Quer dizer, isso é importante para nós, tinha o nosso representante, compreendeu? Eram três, no caso do IAPB eram três, só. Institutos como o IAPI, por exemplo, eram mais; era de acordo com o número de segurados. No IAPB eram três: um do governo, um das empresas e um nosso, eram três. Tinha o Conselho Fiscal também, composto, também igualitário, números iguais. Tripartite, igualitária, era assim.

LO - E o senhor acredita que havia uma resistência com relação à unificação, especificamente do IAPB, resistência dos bancários?

LL - Não, não porque pela Lei Orgânica da Previdência - se você for lá verificar a lei, apanhar lá hoje e ler, você vai ver. Lá estava prevista a comunidade de serviço, compreendeu? Por exemplo, numa cidadezinha do interior: Tremembé. Você já ouviu falar em Tremembé? É uma cidadezinha que tem aqui no Vale do Paraíba, próximo a Pindamonhangaba; uma cidade pequenininha, mas lá tem comerciante, tem bancário, tem motorista, tem industriários, tem não sei o quê, mas não tem condições. Pelo número pequeno, não tem condições de ter um ambulatório, muito menos um hospital. Então, a

Lei Orgânica prevê, se você for hoje lá ver, você vê. Então, a comunidade de serviços, os institutos todos podiam se juntar e, em convênio, montar um ambulatório para atender à coletividade dos segurados naquele local. Ou, no nosso caso, por exemplo, nós bancários tínhamos um plano de botar um hospital em São Paulo. O hospital do Rio, que era o da Lagoa, chama Hospital dos Bancários, o da Lagoa; um no Sul e um no Norte; quatro para poder atender. O da Lagoa aqui, vinha doente de Manaus de avião, era preferível, ficava mais barato, trazia dentro de avião, se tinha condições. E era tratado aqui, depois voltava. Só tinha um!

LO - O senhor me permite imaginar um pouco: o caso de um bancário que tinha o seu atendimento médico garantido num bom hospital. De certa forma a unificação não seria uma ameaça para ele, em termos de diminuição da qualidade do atendimento?

LL - Ah, sem dúvida. Quer dizer, a unificação da maneira como foi feita, foi errado. Porque eu como disse há pouco, estava prevista a comunidade. Naquela época em que se fez a Lei Orgânica, nós tínhamos discutido o problema da unificação. Mas, havia várias coisas que impediam que se fizesse essa unificação. Isso ia depender de um trabalho mais longo, com mais cuidado. Quer dizer, eles padronizaram por baixo, de cima para baixo. Havia o melhor, eles achataram todo mundo e igualaram ao pior, isso foi o erro deles. Nós nunca fomos contra a unificação. Agora, da maneira como ela foi feita, foi um desastre; para nós, bancários, foi um desastre.

LO - O senhor está falando da LOPS ou já do INPS?

LL - Não, já do INPS.

LO - Do INPS, a unificação.

LL - O senhor falou em unificação. A LOPS não unificou, a LOPS unificou o sistema de arrecadação, o sistema de benefícios, o tipo de aposentadoria, os benefícios, assistência médica, unificou. Mas os institutos continuaram separados, a LOPS foi assim.

LO - Em um sentido será que nós podemos dizer que os bancários e o Instituto dos Bancários seria um dos fatores de oposição à implementação da unificação?

LL - Não, eu não digo oposição, não, apenas nós iríamos argumentar que tinha que fazer essa unificação sem prejudicar o que a gente já tinha.

LO - Mas ela foi feita com prejuízo?

LL - Foi feita, é evidente. Nós tínhamos a melhor assistência médica! O exemplo está aqui no Rio de Janeiro, o Hospital hoje da Lagoa - a primeira coisa que eles fizeram foi trocar o nome. Foi comprado esse hospital; na ocasião parece que tinha 150 leitos. Depois eles aumentaram, botaram mais uma cama e tal, aumentaram então. Então, esse hospital, na época era o mais moderno da América Latina. A Sul América fez e não conseguiu botar em funcionamento, aí pôs à venda, nós compramos o hospital, e lá foi implantado o sistema, então. E não é só, não foi só o problema do hospital. Hoje, se você for na Lagoa, o hospital ainda é o melhor do INAMPS; mas caiu 40%. Hoje tem até parede rachada, lá. Eles arrancaram os telefones dos quartos, ar refrigerado nos quartos eles tiraram, compreendeu? Tinha um sistema de comunicação por tubulação a ar, eles mudaram tudo,

tiraram, acabaram com a cozinha. Não sei se voltou, mas passaram a fazer essas quentinhas, que era uma droga, o pessoal reclamava. Tinha uma cozinha fabulosa, lá. Onze salas de cirurgia montadas; do mais insignificante ao mais complicado instrumental cirúrgico tinha lá, compreendeu? Até móveis, até louça, até roupa de cama eles meteram a mão, roubaram com a unificação, aquela "zorra", aquela desordem, então, quem pode se aproveitar... A lavanderia era um estouro. Olha, tem um exemplo, só para você ter uma idéia: na época, o lixo do hospital quando chegava no depósito cá embaixo, ele era refrigerado, ele virava gelo para não dar mal cheiro e não criar bicho etc e tal. Era o único aqui no Brasil, era esse. Eu não sei se está funcionando ainda. Hoje, o hospital não é mais o que era, ainda é o melhor do INAMPS, era um dos melhores. Hoje se faz cirurgia de coração lá, sabia? Aqui no Rio de Janeiro são três lugares que fazem: é lá e aí no Silvestre, e o Pedro Ernesto. O Barata outro dia fez até no Pedro Ernesto, botou ponte de safena. Então, nós nunca fomos contra a unificação, apenas nós achávamos que não podia ser feito assim de afogadilho, da maneira como foi feito. Eles fizeram a unificação para salvar uns dois ou três institutos que estavam falidos, essa que é a verdade. Eles meteram a mão no IAPB. O IAPB, quando deu-se a unificação, tinha nove bilhões de cruzeiros em caixa, depositado no Banco do Brasil. Aquele dinheiro, naquela época, dava para pagar toda a dívida de toda essa raça que deve à Previdência; ainda sobrava dinheiro... Havia outros institutos aí, que não tinham nem para pagar o funcionalismo no mês. Então, houve assim uma medida de afogadilho, pegar aqui para salvar os outros; e foi o que fizeram. Então não tiveram cuidado de resguardar o direito dos outros, porque você já está acostumado a ter uma coisa, e de repente perde, não tem sentido. Aconteceram coisas incríveis, eu vou contar a você: Por exemplo, o Sanatório Cardoso Fontes, vocês ouviram falar? A doença que mais atingia os bancários, na década de [19]40, [19]50, era a tuberculose, por causa da própria atividade profissional do bancário.

### **Fita 3 – Lado A**

LL - Mas eu queria concluir o que eu estava falando sobre o Sanatório Cardoso Fontes.

MC - O senhor falou que a tuberculose era uma doença muito freqüente entre os bancários?

LL - Era.

MC - Por que?

LL - Pela própria atividade profissional dos bancários. Na época, não havia a mecanização que há hoje. Esse sistema de informática, essas máquinas modernas. Então o bancário trabalhava em mesas altas, curvado, naquela posição, o salário baixo! Naquela época, os bancos mantinham os verdadeiros palácios que existem hoje, com limpeza, com tudo muito bonito. Então, havia uma tendência, não sei por que motivo que se atribui à própria atividade profissional. Então a tuberculose é uma doença que mais grassava no meio bancário. O Instituto construiu quatro sanatórios de tuberculose: construiu um em São Paulo, um no Rio, um em Belo Horizonte e um no Ceará, para atender o Norte. Aqui no Rio, que é o que interessa a gente falar, era o Sanatório Cardoso Fontes, que ficava na

estrada de Três Rios, em Jacarepaguá. Quando um bancário - eu vou até fazer uma brincadeira, uma aqui - quando um bancário pensava em ficar tuberculoso tinha uma cama já esperando por ele lá. Quer dizer, isso era fabuloso. Era o oitavo de mundo em recuperação de doentes. O primeiro diretor dele foi o Dr. Aníbal Gouveia, um sujeito delicadíssimo, um fisiologista, e outros vieram, e inclusive existe um aqui que ainda está vivo, que é o Dr..., meu Deus é um que trabalha lá no Hospital da Lagoa...

MC - Eli Baia.

LL - Dr. Eli Baia. Vocês podem até entrevistar ele porque ele vai falar sobre o sanatório. Procure ouvir a opinião dele sobre o Sanatório Cardoso Fontes. Era o oitavo do mundo em recuperação, 150 leitos. Esse sanatório, aconteceu o seguinte: quando veio a unificação dos institutos, todo mundo correu para a assistência médica dos bancários. Vinha gente até de Queimados, não sei da onde, longe, inclusive para o sanatório. Então, sabe qual foi a solução que eles deram? Os tecnocratas lá do INPS - na época não tinha INAMPS - destruíram o sanatório. Simplesmente, deram alta a todo mundo, quem podia ter alta; quem não podia, eles transferiram para Curicica, não é? Não sei se é Curicica o nome - é um hospital lá do governo aí. E meteram o trator no sanatório, destruíram o sanatório! Aproveitaram algumas paredes para alicerce e lá construíram aquele hospital de clínicas, num clima de montanha, lá em cima em Jacarepaguá. Ali é bom para ser sanatório, não para ser hospital de clínicas. E está lá. Fizeram isso.

LO - Hoje é o Hospital de Clínicas Cardoso Fontes.

LL - Com o mesmo nome: Cardoso Fontes. Três Rios. Mas aquilo não é local de construir hospital de clínicas, não é? Na minha opinião, não é, num clima de montanha, lá na serra. (risos) Então, o mesmo aconteceu a outros setores. Nós tínhamos um ambulatório na Treze de Maio, que era eficiente, bem montado, limpinho, então correu todo mundo para lá, porque os outros não tinham, ou se tinham, tinham em precárias condições. Foi para lá, então avacalhou. Você chegava no ambulatório daqui da Treze de Maio, sentava, tinha uma sala de espera, móveis, cadeiras de ferro, bonitinha, pintadinha, mesinha com jarro de flores, revistas, como em qualquer clínica particular. Um balcão aqui, com um atendente de branco, direitinho, para atender. De um lado, uma sala com um médico, do outro, outra sala. O sujeito vinha: "Eu queria falar com o Dr. Abóbora?", "Faça o favor de esperar a vez, senta aí". Isso acabou! Acabou! Botaram uns bancos nos corredores, uns bancos imundos. Começou a aparecer escarro no chão. O sujeito vinha com o vidro de exame de urina, jogava lá na latrina. Vem gente de toda qualidade social. O problema é o seguinte: todos nós somos iguais, mas uns têm mais educação, outros menos; uns são mais civilizados, outros menos. Então, como é que você quer misturar essa gente toda assim, sem um preparo, sem uma educação, sem uma orientação? Então, é o fim, é um desastre! Você que está acostumado a um tipo de atendimento, passa a ter aquele de pior espécie. Então, quem quiser saber disso, vai ali em Bonsucesso ver como é que funciona aquele hospital lá, era do antigo IAPTEC, não é? Vai lá ver como é o negócio. Aqui, os melhores são o IAPB, depois o IAPC. O IAPC tem um hospital bom aqui em Ipanema, se não me engano. Então, foi isso que aconteceu. Por isso você falou, levantou o problema da unificação. Então, nós fomos contra! Nós apenas achávamos que devia haver um estudo muito mais sério, muito mais cuidadoso, de maneira a não criar essa situação. Pelo menos respeitar os direitos dos outros cidadãos. (risos)

LO - Mas, pelo que o senhor falou, pelo menos o senso comum dos bancários estava insatisfeito com a unificação, da forma com que ela foi implantada?

LL - Ah, todo mundo foi contra. Porque aí o sujeito não olha a coisa sob o aspecto técnico-social, o sujeito olha o aspecto "estão tirando uma coisa que eu tenho! E eu não quero! Não quero que tire, eu quero continuar a ter essa mordomia". Não é mordomia, não, mas vamos dizer que fosse. "Não, a minha mordomia ninguém tira não". Mas vem um cara lá, não sei de onde, que não sabe nem entrar numa sala, e vai me prejudicar. Em vez de eu ser atendido, ele é que vai. Essas coisas que em qualquer sociedade existe. Eu podia citar até o caso do metrô de Moscou, não é? Que o companheiro Olímpio esteve lá, escreveu até um livro. Ele, inadvertidamente, jogou uma ponta de cigarro; o guarda chamou ele e mandou ele apanhar. Mas o pessoal foi educado para aquilo, mas no começo deviam jogar mesmo! E deve ter havido muita pancadaria, muita prisão. Até o sujeito aprender, não é? (risos) Hoje, eu sei, eu nunca estive lá, mas pelo que eu li, fotografias que eu vi, o metrô de Moscou é uma suntuosidade, é uma obra de arte, cheio de lustres e estátuas por toda a parte, chão de mármore. Então, o sujeito chega e joga uma ponta de cigarro no chão, mandou apanhar! E ele apanhou! (risos) Eu estou citando esse argumento para você ver. Quer dizer, o sujeito apanha, mas apanha até aprender a disciplina. Então essa unificação, da maneira como ela foi feita, foi um desastre!

NM - A unificação beneficiou quem?

LL - Não beneficiou ninguém! Igualou tudo ao pior. Então, não beneficiou ninguém!

NM - Mas não existiam IAPs que estavam vivendo momentos de crise?

LL - Não, existiam uns dois ou três. Mas e daí? Compete ao Governo consertar, o governo metia a mão! Era um empreguismo, era corrupção! Tiravam o dinheiro que tinha lá, não pagavam o que devia! Naquela época já se fazia isso! Mesmo no tempo do Getúlio, nunca se pagou o Instituto! Pelo contrário, ele tirava era o dinheiro, como ainda hoje estão fazendo. Não estão tirando o dinheiro, mas também não estão pagando a obrigação que o governo tem. Então, isso é que levou esses institutos àquela situação. Não aconteceu nos bancários porque nos bancários não havia sonegação. Porque banqueiro, para não perder o crédito, a confiança, não podia dever a um instituto. Senão isso vinha a público, era um desastre, não é? Você já pensou um banco, um banqueiro que não recolheu a cota dele ao IAPB? Isso vinha a público, era um desastre! Então, apesar do governo não pagar a parte dele, o Instituto nadava em dinheiro, era um instituto rico, funcionava, entendeu?

NM - Quais eram os IAPs que estavam em crise?

LL - Olha, me parece que era o IAPETC e o IAPI, se não me engano.

NM - Mas o IAPI era muito grande!

LL - Era muito grande, mas e as falências? E as concordatas? Depois de 1964, com a Revolução, foi um desastre aí, não é? Não é mole, não. O IAPI é um caso à parte. O IAPI, que foi o último instituto que foi criado, quando ele foi criado, fez-se um concurso muito sério - isso é o que nós sabemos, também não posso afirmar - fez-se um concurso, todo funcionário que entrava para lá era concursado, era gente competente, mas eles não foram para lá com o propósito de servir ao trabalhador, ao segurado, ao dono. Eles se

organizaram lá dentro, pensando que aquilo era deles. Organizaram o IAPI. Os tecnocratas organizaram o IAPI para eles, não para o trabalhador. Para o funcionalismo, aquilo funcionava que era uma maravilha! Agora, para o trabalhador, nunca funcionou. Foi um desastre! Todo mundo reclamava. Era jogado ali de qualquer maneira, compreendeu? Basta dizer, para citar um exemplo, basta dizer que foi lá que criaram a patronal. Sabe qual era a patronal?

MC - Que é patronal?

LL - A patronal é o seguinte: O funcionário do Instituto, do IAPI, se ele precisar de assistência médica, ele não vai para a fila como vão os outros trabalhadores, não. Ele vai no departamento competente, o tal setor, departamento da patronal, e diz: "Olha, eu quero ir a um cardiologista. Minha mulher está passando mal..." "O senhor escolhe aqui a lista, o convênio. O senhor escolhe o Dr. Fulano, o Dr. Fulano, o Dr. Fulano". Então vai lá na Cinelândia, no Méier, não sei aonde, recebe o titulozinho, vai lá e é atendido com toda solicitude, como se estivesse pagando, porque a patronal está pagando. Com a unificação, então, esse privilégio foi estendido a todos os outros institutos. Para não acabar com o do IAPI, então, estendeu-se a todo mundo. Eu não sou contra, não. Eu acho que todo mundo que tem alguma coisa boa, deve permanecer tendo. Eu falei há pouco que a nossa assistência médica aqui era boa, e nós achamos ruim porque ela caiu. Então, a mesma coisa é a patronal! Só que é um privilégio face ao tratamento que é dado aos donos da Previdência, que é o trabalhador. Só isso, patronal é isso. Quer dizer, uma organização que era só do IAPI, mas com a unificação estendeu-se a todos os previdenciários, todo o pessoal dos outros institutos é a patronal. Então, poxa, que negócio é esse? Eu fico assim... Olha, em Belo Horizonte, eu assisti, por exemplo, no ambulatório da Gameleira, que é o maior ambulatório do antigo INPS, antes do INAMPS, que a gente ia para lá de noite, numa fila. Dormia na fila para poder, sete horas, oito horas da manhã do dia seguinte receber uma ficha, conforme fosse a clínica que ele queria para ser atendido naquele daí; daí a um mês, daí a dez dias etc. A oftalmologia, por exemplo, é seis meses, quatro meses. Tinha nego lá que pagava dez cruzeiros, na época, àqueles moleques, os garotos, para dormir na fila para o velhinho lá, o doente lá... O negócio é esse. Agora, que contraste o funcionário de dentro, que foi contratado para trabalhar, para servir ao segurado, ter uma patronal. Quer dizer, é um negócio que me parece meio injusto, é um privilégio, não deixa de ser. Não é que eu seja contra; é como uma história da renda mensal vitalícia que o Geisel inventou aí, em 1976 ou [19]77. Quer dizer, todo velhinho com mais de 70 anos, provando que não tem renda nenhuma, que não tem dinheiro nenhum, então ele vai e requer, e o instituto dá uma aposentadoria a ele, sem ele nunca ter contribuído, entendeu? Meio salário mínimo. Sabe o que representa isso para nós? É um rombo no IAPB. O ano passado foi oitocentos bilhões de cruzeiros. Um milhão, seiscentos e setenta e poucos mil velhinhos que são beneficiados na renda mensal vitalícia. Tudo bem! Eu não sou contra. Mas, quais os recursos? O governo criou, mas não deu; os recursos estão saindo do contribuinte, porque é o senhor que paga a Previdência. Isso já foi feito atuarialmente correto para dar aquilo que o Instituto vem dando, mas meteu-se mais essa novidade aí. Sem custeio, atuarialmente negativo. Eu acho que aí falamos sobre a unificação, não é?

LO - Senhor Leão, o senhor quando, enquanto diretor do IAPB,(TI) logo após a LOPS, o senhor teve oportunidade de assistir à implantação de alguma comunidade de serviço que tenha ficado sob a responsabilidade do IAPB?

LL - Comunidade de serviço, como?

LO - As comunidade de serviço, nós sabemos que elas eram implantadas, reunindo diversos institutos, servindo a diversas categorias profissionais, mas ficavam sob a administração de um determinado instituto, ou não?

LL - Não, não. Não me recordo disso, não. A lei, como eu falei há pouco, a lei previa essa comunidade, mas não chegou a ser implantada. Que eu saiba, não!

LO - Com o IAPB não chegou a ser implantada nenhuma?

LL - Não. Não, não chegou, não. Que eu saiba, não!

MC - O exemplo que o senhor deu daquela cidade...

LL - Tremembé?

MC - É.

LL - É, seria o caso de implantar lá, mas não chegou a ser implantado, não.

MC - Não houve nenhuma...

LL - Não, porque, que eu saiba, a Lei Orgânica da Previdência durou exatamente três anos. Quer dizer, muito pouco tempo para se implantar um negócio assim, desse tipo. Quer dizer, estava nas cogitações, no caso do IAPB muita coisa se fez. Comprou esse hospital aqui, estava se cogitando em comprar um em Porto Alegre; um em São Paulo. Mas não chegou, veio a Revolução e acabou. E veio a unificação e não se falou mais. Entendeu?

MC - E esse ambulatório que o senhor falou? Esse exemplo do ambulatório da Gameleira, esse ambulatório era do IAPI?

LL - Bom, na época em que eu estive lá, já não existia mais o IAPI; já era o INPS antigo, antes do INAMPS. E hoje o serviço médico está a cargo do INAMPS, não é? Mas naquela época não tinha, era o INPS.

MC - Já era o INPS?

LL - Era o INPS.

MC - Outra coisa: isso que o senhor chamou de patronal só era para os funcionários?

LL - Era, só para os funcionários e os seus dependentes.

MC - Os segurados não tinham...

LL - Não! Não! Então, era como eu disse, não deixa de ser uma discriminação. Então, por que não se faz uma patronal para todos, não é? (risos)



MC - Senhor Leão, quais eram as reclamações que o senhor ouvia, ou que o senhor anunciava na época, em relação ao IAPI, o atendimento que o IAPI dava aos seus segurados? Quais eram as reclamações constantes?

LL - Bom, nós nunca constatamos nada, porque nós nunca fomos lá ver. Nós estávamos satisfeitos com o nosso. Agora, ouvi dizer...

MC - Era o quê?

LL - Era o pior possível. Era como os outros institutos, as filas, enormes. Era o maltrato, o funcionário grosseiro que não trata bem o segurado, que está pagando, essa coisa toda! Sempre foi assim. E se faz uma ressalva apenas com o IAPB, o IAPC também, onde havia... o tratamento sempre foi melhor. Mas, IAPETC, IAPI, pelo menos é o que consta, nós nunca fomos constatar isso porque, afinal de contas, não é o nosso papel, não é?

MC - E o Hospital dos Marítimos?

LL - O Hospital dos Marítimos, naquela época, funcionava muito bem. Naquela época.

MC - Que época?

LL - Em 1934, 1935, 1933, por aí assim. Eu não sei porque, eu nem tinha entendimento da vida ainda, eu tinha meus 15 anos, 14 anos, uma coisa assim. Mas meu pai nunca reclamou.

NM - E o Hospital do Andaraí?

LL - É bom! Era bom, agora não sei. Lá era os Marítimos, não é?

MC - Marítimos.

LL - Lá era bom! Na época era bom! Na época funcionava.

NM - Nunca houve nenhum tipo de contato entre o IAPB e os Marítimos?

LL - Não, nós tínhamos, antes de comprarmos o hospital, nós tínhamos dois andares lá. Nós fizemos um convênio. O IAPM precisava de recursos, de dinheiro, e nós precisávamos nos livrar de umas certas casas de saúde que tinham aí. Então, na época do Sadock, fez-se um convênio com o hospital, e nos cedeu dois andares.

LO - O senhor falou uma coisa interessante, o senhor precisava se livrar de algumas casas de saúde?

LL - Perfeitamente, porque, olha, para começo de conversa, esses convênios com essas instituições médicas privadas são a pior coisa que já fizeram no Brasil. São a pior coisa. Porque a Previdência Social, durante esses 20 anos de arbítrio, se ela fosse bem administrada, eles tinham tempo suficiente para criar a sua rede própria hospitalar, a sua rede própria ambulatorial para atender à tremenda demanda. Mas não preferiram fazer convênio. Se você sair pelo Rio de Janeiro anotando as casas de saúde que têm por aí,

você fica maluco! Tem umas oitenta ou cem por aí, aqui no Rio. São Paulo tem muito mais.

LO - Contratos, não é?

LL - É, são os convênios. Então, o que aconteceu foi o seguinte: logo que foi criado o INPS, sabe o que aconteceu? Eu não quero generalizar, porque eu não quero cometer uma injustiça, mas profissionais médicos de dentro do próprio INPS, na época, conheciam a nomenclatura, como é que funcionava o negócio lá. Porque a Previdência financiava até para se fazer uma casa de saúde, uma clínica. Então, o cara, esse cara daqui ia lá fora com outros colegas médicos que não eram da casa, planejavam, alugavam uma casa dessas velhas que tem em Botafogo, com 30 quartos, aquelas casas do tempo do Império, pintavam e tal, botavam umas camas, compravam um aparelho de raio X, um laboratório, montava tudo, e o Instituto dava o dinheiro, financiava. Aí os caras, para pagar, começavam a mandar gente para lá, para internar. Você tem uma casa de saúde - uma hipótese - com 30 leitos, você gostaria de ficar com quatro, cinco doentes só? Hoje mercantilizaram a Medicina, hoje ela está mercantilizada. Hoje a coisa gira em torno de dinheiro, de lucro, essa é que é a verdade. O sujeito levava um golpezinho no dedo, aí o médico cá de dentro já mandava o cara para casa de saúde, a tal que ele juntou com outro e criou, fez um contrato. E o cara amarrava o cara lá por 15 dias, 10 dias, para poder render.

NM - O IAPB chegou a ter algum tipo de contrato?

LL - Teve! Teve! Nós acabamos.

NM - Acabaram por que?

LL - Porque nós começamos... Naquela época já estava começando essa imoralidade. Eu mesmo fui tirar doente de uma casa de saúde que tinha aqui na Mangueira, que era de ortopedia - a especialidade deles era ortopedia - porque, sabe o que eles estavam fazendo naquela época? Exigiam depósito. O sujeito ia lá para se internar. "Você tem depósito Cr\$ 600,00". "Ah, eu não posso dar agora..." "Então, na hora de dar alta, sua mulher só sai daqui quando o senhor pagar Cr\$ 600,00". Porque não queria esperar o dinheiro que o Instituto ia pagar. Chegou a esse ponto, na época. Não era a imoralidade que é hoje.

NM - Mas o IAPB atrasava os pagamentos?

LL - Não, não atrasava, nunca atrasou. Mas não podia pagar no dia seguinte, não é? Porque aquilo tinha que ser examinado, as contas, para ver se o cara só gastou um pedacinho assim de esparadrapo. Conhece aquele *Programa do Gordo*\*, o sujeito vai fiscalizar: "Escuta, mas três quilômetros de esparadrapo?" (risos) Então tem que ver, não é? Tem que examinar.

NM - Por que? Isso era uma prática comum?

LL - Não, na época estava se tornando abusiva, então nós começamos a cortar.

---

\* Programa de humor da Rede Globo de Televisão com Jô Soares.

LO - O senhor falou que tinha que se livrar de umas casas de saúde, não é? Que casas de saúde eram, e como é que foi esse caso?

LL - No tempo do IAPB? Eram muito poucas, talvez uma meia dúzia delas, não tinha mais do que isso. Talvez, uma...

LO - Estavam com problemas?

LL - Estavam começando a dar. Eu citei o fato. O mais comum era esse, de depósito. O sujeito tem que fazer um depósito para se internar. Ora, o sujeito é segurado, ele está pagando a assistência médica devida a ele, ele não tem que pagar coisa nenhuma. Quem paga é o Instituto. O sujeito recebia do Instituto e queria ainda um depósito. Então, esse foi que começou, começou assim. Mas esse negócio aí é muito complicado, foi entregue à Polícia Federal. Em São Paulo foram descredenciados 33 hospitais, já tem gente preso aí, já tem gente que já fugiu. Deram um prejuízo de bilhões e bilhões de cruzeiros. Agora, eu não culpo eles, não. Eu culpo a Previdência que não teve estrutura, ou não quis, conforme eu falei há pouco. Você não acha que 20 anos de regime, de arbítrio, se a Previdência fosse bem administrada não tinha condições de fazer meia dúzia de hospitais por esse país? Hospitais de gabarito. Na Espanha, por exemplo, a rede hospitalar da Previdência Social é a melhor da Europa Ocidental; é a melhor, com todo o regime do Franco. Até a verdura que o doente come é examinada, é pesada, é dosada. É uma coisa assim. Eu digo porque o assessor que eu tinha lá no IAPB, nós o mandamos fazer um curso de administração hospitalar na Espanha ele fez. Ficou seis meses lá. O cara era um comunista terrível. Não sei se vocês chegaram a conhecer o Maldonado, o nome dele é Maldonado. Ele veio de lá, mandou fotografias, trouxe relatórios, ele ficou abismado de ver como é, pelo menos nessa parte a Espanha era, não sei se ainda é, um sucesso. Então, o problema é esse.

MC - Quer dizer então que um regime arbitrário, mas com boa administração, é suficiente?

LL - Eu acho que sim. Olha, o exemplo está aqui. Você quer ver uma coisa? Já no final do governo, quando começou a aparecer essa confusão na Previdência Social, esse rombo. Depois mudaram o governo, mudou o ministro, veio o senhor Waldir Pires e zerou o déficit. Então, a Previdência Social é perfeitamente viável, disso ninguém pode dizer o contrário. Agora, basta que ela seja bem administrada, com economia, com honestidade, livre da corrupção, do empreguismo, da safadeza, não é, aí funciona. Todo mundo pagando direitinho, inclusive o governo, o governo é o responsável pela despesa do pessoal. Mesmo agora, na Nova República, não está pagando, sabia disso? Não está pagando a parte deles. O Viegas, que está nesse grupo de trabalho a nosso pedido, ele fez um questionário e entregou, porque ele tem autoridade para isso, o decreto lhe dá atribuições. Pedir determinadas informações, um questionário para o ministro responder, vamos ver se ele vai responder. Quando isso chegar às nossas mãos, vale a pena vocês tomarem conhecimento. Quanto ao total que se paga ao pessoal que trabalha no INPS, no INAMPS e no IAPAS, quer sejam estatutários, quer sejam celetistas, quer sejam esses que apresentam recibo - porque também há esses troços escondidos, os que apresentam recibo, não é - qual é o total? Quanto é que o senhor pagou no fim do mês? O governo pagou quanto até agora? No ano de 1985, quando o governo pagou de despesa de pessoal, que é atribuição dele? E quando montou o total que gastou? Aí você vai, cai para trás. Quando o dr. Hélio Beltrão pediu demissão foi por causa disso, porque ele estava

discutindo com o Delfim Neto o repasse que ele não fazia. Naquele exato momento - o Delfim Neto dizia - o governo, a União devia 400 bilhões, sem falar nos anos anteriores. E só tinham entregue 35 bilhões. Então, como é que você quer que a coisa funcione? Então ela é viável. Você vê que agora melhorou, então não acabou, ainda tem muita coisa para se consertar, mas melhorou, e isso só vai acabar quando nós conseguirmos voltar a administrar a Previdência, quando os trabalhos voltarem lá para dentro, para o sistema colegiado, para a gente administrar aquilo que é nosso: o dinheiro do trabalhador. Houve casos aí, impressionante, esse Delegado Romeu Tuma, em São Paulo, ele descobriu uma quadrilha montada em São Paulo que falsificava guia de internação. É uma coisa de doido! Tinha um escritório montado em São Paulo que falsificava as guias médicas, as guias de internação. Então, ele, no meio de milhares, pegou uma. Eu estou dizendo porque li o depoimento dele, eu li o documento do Romeu Tuma da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, onde eu fui depor também. Então, ele pegou aquela ficha, leu: o nome do fulano, número tal, guia número tal, endereço e cidade. Ele foi ver sabe o quê? O fulano não existia e o local era um cemitério de protestantes.

NM - Senhor Leão, eu gostaria de voltar um pouco atrás no tempo: anos [19]50. Em 1953 ocorreu aqui no Rio de Janeiro o I Congresso dos Trabalhadores na Previdência Social. O senhor teve alguma participação?

LL - Não, não, eu não me lembro. Eu participei em 1954, em São Paulo, no Congresso de Bancários.

NM - Como eram esses congressos de bancários?

LL - Eram como os outros são feitos, só que não eram da coletividade trabalhadora toda. Era um congresso específico de bancários, e lá discutiu-se Previdência Social. E eu tive uma atuação lá. Eu me lembro que quando o Getúlio morreu, nós estávamos em pleno congresso. Quando o Getúlio se suicidou, nós estávamos em pleno congresso, em São Paulo.

LO - O senhor lembra as principais teses defendidas no congresso?

LL - O salário profissional, quadro de carreira, estabilidade.

LO - Com relação à Previdência Social.

LL - Previdência Social...

LO - O que se discutia?

LL - Previdência Social era o título, mas se discutia tudo: programa de benefícios, melhoria de benefícios. Naquela época não tinha muito o que reclamar, porque você requeria a sua aposentadoria, o cálculo é feito sobre os 12 últimos meses e a inflação de 12 meses era pequena. Então, não alterava muito e a aposentadoria poderia chegar até a 100%. Agora não. Até o ano passado o negócio era ruim porque agora é 36 meses, eles só corrigem os dois primeiros anos, os 12 últimos meses eles não corrigem e com uma inflação de 200%, então você perde uma porcentagem. Digamos que você tem um salário de seis mil cruzados, você se aposentaria com 4.800, 5.100, perdia dinheiro. É isso.

LO - Bem, nós estamos terminando esse lado da fita. O senhor gostaria de estar lá às sete horas, eu queria saber então como é que a gente faz?

Data: 29/07/1986

### **Fita 3 – Lado B**

LO - Senhor Leão, eu gostaria que o senhor colocasse, situasse um pouco a rotina de um diretor do IAPB. Quer dizer, que tipo de responsabilidade tinha um diretor do IAPB no período em que o senhor exerceu esse cargo?

LL - Como diretor ou como delegado também? Porque o meu primeiro mandato foi como delegado.

LO - Então vamos por partes, o senhor começa como delegado.

LL - Bom, o delegado hoje, se nós fossemos transferir aquela posição para hoje, seria superintendente. Hoje existe o superintendente do INAMPS, em cada estado, o superintendente do IAPAS e do INPS. Pois bem, naquela época, antes de 1960, antes de vir a unificação, havia os delegados regionais que representavam, no regime presidencialista eles representavam o presidente da instituição. Depois, com o colegiado, eles representavam o Conselho de Administração em cada estado. Essa era a função. Atribuição: havia uma delegação de poderes que o presidente e o Conselho de Administração davam a esses representantes. Em suma, eles administravam delegacias em todos os estados, no interior, cidades onde cabia um representante do instituto. Então, esse representante devia obediência, ele estava administrativamente subordinado ao delegado. O que representava isso? Por exemplo, ele tinha os poderes de efetuar pagamentos de benefícios, autorizar os pagamentos do funcionalismo, cuidar da administração de uma maneira geral, requisitar material, fazer compras de material. Naturalmente, subordinando os pedidos; para compra de certo vulto, naturalmente o pedido tinha que ser feito ao auxiliar. Por exemplo: compra de ambulâncias, no setor médico; compra de um aparelho de raio X; reaparelhamento de um laboratório, e assim sucessivamente. Quer dizer, então ele fazia os pedidos e não era ele quem decidia, ouvia os técnicos no assunto. Ele então solicitava. Agora, despesas de pequeno vulto, ele tinha autorização para fazer através dessa delegação, como tinha também o direito até de pedir a promoção. Em suma: a administração toda passava por ele. Agora, dentro de cada delegacia havia uma Junta de Julgamento e Revisão, a chamada JJR. Aí, já no regime do colegiado estabelecido pela Lei Orgânica, pela LOPS.

MC - Senhor Leão, antes da direção colegiada, o presidente do instituto era indicado pelo Presidente da República.

LL - Através de uma lista tríplice.

MC - Através de uma lista tríplice, que era indicada pelo Sindicato dos Bancários, não é?

LL - De todo o Brasil.

MC - Dos principais sindicatos do Brasil. Eu queria saber o seguinte: no período anterior à LOPS, a direção do instituto tinha a participação de representante dos bancários? O Conselho Administrativo tinha representante?

LL - Não, antes não havia Conselho Administrativo. Era o presidente.

MC - Era o presidente, só?

LL - Era o presidente, só. Havia um Conselho Fiscal e o Conselho Fiscal tinha representação nacional.

MC - Era o presidente e o Conselho Fiscal.

LL - É. O regime era o seguinte: antes da LOPS havia o presidente nomeado pelo Presidente da República, era o chamado regime presidencialista. Muito bem, ele exercia a sua atuação de acordo com o regulamento que existia na época. Esse regulamento era padrão. E havia um órgão superior do Ministério do Trabalho, naquela ocasião do Trabalho e Previdência, que era o Departamento Nacional de Previdência Social, que também administrava, fiscalizava etc. Os presidentes, de certa forma, tinham uma certa subordinação a esse órgão. Era um departamento, entendeu? Fiscalizava, administrava também. Agora, tirando essa parte da administração, existia os Conselhos Fiscais, que tinham representação nacional. No caso do IAPB, tinha os representantes dos banqueiros, representantes dos bancários e os representantes do governo, em número igual.

MC - No Conselho Fiscal.

LL - No Conselho Fiscal. Esse Conselho Fiscal tinha poderes, tinha poderes muito grandes. Tudo o que se fazia na administração, os processos, aquilo descia para ser julgado, para ser decidido. Por exemplo: um convênio com um hospital, a compra, de uma casa de saúde, a compra de uma frota de veículos, a compra de uma aparelhagem médica, tudo aquilo ia ao Conselho Fiscal.

MC - O presidente do IAPB era eleito, era escolhido por essa lista tríplice dentro do Instituto dos Bancários. Agora, ele escolhia seus auxiliares, não?

LL - Ah, escolhia. E daí o presidente, então, por indicação dos sindicatos, colocava nas principais delegacias um bancário indicado pelo sindicato. É como eu estava dizendo: nomeado o presidente pelo Presidente da República, saía no Diário Oficial, ele assumia. Então, como ele era bancário, aí começavam a surgir as indicações dos sindicatos. Os cargos de confiança e cargo em comissão não precisavam ser do quadro de funcionários. Então, o que é que fazia o presidente? Ia buscar lá fora. É o que acontece hoje, só que hoje a coisa se inverteu: são os políticos, o governador de um estado lá, não sei onde, faz pressão, através de um determinado partido, junto ao Presidente da República, para colocar o senhor fulano como superintendente do INPS, lá não sei de onde, lá em Aracaju, não é? Já houve um governador de um estado lá daqueles, que fez uma pressão danada e conseguiu botar um superintendente no INAMPS. Na minha opinião, no mau sentido, que é politicagem pura. Problema de área política de prestígio. Mas, com a gente não. Nós bancários, não. A gente impugnava, lutava para colocar um bancário, porque esse bancário estava ligado à classe, ele conhecia os anseios, conhecia os problemas da classe. E ele lá tinha muito mais facilidade, mais condições de resolver e de reivindicar. Por

exemplo, era muito comum antes do colegiado, sair logo o delegado do Rio e de São Paulo, de Belo Horizonte, de Curitiba, dos principais estados. Nos estados menores, a indicação era dos próprios funcionários. Quer dizer, o próprio Presidente indicava os funcionários do quadro de carreira. Mas pessoas ligadas aos bancários conheciam os anseios, as reivindicações. As principais delegacias, essas eram entregues a bancários. E há cinco anos, até diretorias também.

LO - Qual o papel do diretor na Previdência?

LL - O papel do diretor, no caso do IAPB, já no sistema colegiado, nós tínhamos várias diretorias; diretorias de serviços gerais; diretorias da assistência médica; diretoria da arrecadação e fiscalização, e por aí afora, não é? Por exemplo: serviços gerais; o papel do diretor era administração com relação ao pessoal.

LO - Ele era um assessor do superintendente?

LL - Não, não, aí não, aí o diretor não tem nada a ver com a delegacia. Ele pertence à administração central. Então, junto ao colegiado - eu estou falando agora já no Conselho - junto ao colegiado tem o presidente, abaixo do presidente vêm as diretorias, com os seus respectivos diretores. As delegacias estão fora disso. As delegacias são representações autônomas de cada estado, entende? Depois era o diretor dos serviços gerais, era o que cuidava de todo o serviço interno, todo ele: compra de material para o funcionamento, promoções, nomeações, transferências, pagamentos, compreendeu? Já, por exemplo, no chamado DAM - Departamento de Assistência Médica, geralmente era um médico que geria toda uma assistência médica. Ele ditava normas, orientava.

NM - E como é que era escolhido esse médico?

LL - Também pelo Conselho de Administração. No caso, por exemplo, do IAPB, apesar de ser funcionário, era uma pessoa muito ligada aos bancários. O tio do Viegas era o diretor, mas escolhido pelo Conselho de Administração. No caso da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, fui eu o indicado, é o que cuida da arrecadação, toda a arrecadação do IAPB no país e da fiscalização, se o sujeito fez os recolhimentos a tempo, enfim, essa rotina ligada ao sistema. E outras diretorias que eu não me recordo o nome, existiram também com outros bancários e até com funcionários. Por exemplo, o diretor de serviços gerais não era bancário, nem era funcionário do IAPB, era um companheiro de nossa confiança.

MC - Quem era?

LL - Eu me esqueço o nome. Era um estatístico e atuário, quer dizer, uma pessoa certa para o lugar certo, entendeu? Essa era a função das diretorias. Não vamos confundir a chamada direção geral com o presidente e as diretorias, com as delegacias de cada estado. Pela LOPS, as delegacias eram completamente independentes. Havia sim, nas delegacias, por exemplo, a Junta de Julgamento e Revisão, que tinha um representante do governo - que era o delegado - que representava a presidência, não é? Tinha o representante dos banqueiros e um representante dos bancários. Nos outros institutos também tinha. Então, todos os processos de benefícios, concessão de benefícios, iam para essa junta julgar. Julgava e pronto! Às vezes um processo de benefícios que tinha sido indeferido, eles podiam anular e deferir ou vice-versa. E isso tudo era dado ciência à direção geral, que



podia recorrer ao Conselho Superior caso não se conformasse com a decisão da Junta de Julgamento. Era assim.

MC - Senhor Leão, não havia influência dos banqueiros quanto à indicação do Presidente do IAPB?

LL - Não. Nunca houve. Que eu saiba, nunca houve. Eles nunca se meteram, não. A gente escolhia, indicava. Isso antes, quando era a lista tríplice, não é?

MC - É.

LL - Eles nunca se meteram. O sindicato escolhia e entregava ao governo. Se eles faziam, nós ignorávamos, porque geralmente quem era nomeado era sempre aquele que a gente queria.

MC - Em geral era sempre aquele?

LL - Era, geralmente era sempre aquele. Dava-se uma lista tríplice, qualquer daqueles três que fosse nomeado, estava bom. Agora, depois que o sistema passou a ser colegiado, aí não. A coisa aí é feita através de eleições para indicação. O governo não fazia a eleição, o governo indicava quem ele queria. Podia ser até funcionário da casa. Agora, o banqueiro indicava o dele através de eleições e os bancários indicavam também o seu representante no colegiado, através também de eleições. As eleições ali eram indiretas porque eram através das federações, depois surgiu a confederação, porque como é que se ia eleger com cento e tantos sindicatos, não é? O negócio era difícil. Então, havia um consenso. A coisa vinha surgindo das bases até chegar em cima, então escolhia. Era assim.

MC - O senhor acha que a direção colegiada foi um avanço?

LL - Eu acho que sim. Foi uma experiência válida. Foram três anos, mais ou menos. Surgiu em agosto de 1960, até março de 1964. Um pouco mais de três anos.

MC - Uns quatro anos?

LL - Não, não chegou a quatro. Três anos e pouco. Foi uma experiência, que na nossa opinião foi válida e no caso dos bancários ajudou muito.

MC - Por que?

LL - Porque tudo se tornou mais fácil. Já não havia dificuldades financeiras no instituto antes, porque não havia o problema da sonegação. Eu disse na entrevista anterior que não havia praticamente sonegação porque o banqueiro não ia aparecer muito bem perante o público. Já pensou um banqueiro devendo à Previdência? "Ah, não recolheu, ficou com o dinheiro dos trabalhadores". Então o banqueiro, nesse particular, sempre foi correto. As irregularidades que haviam - pouquíssimas - não chegavam nem a 1% da arrecadação e eram relativas à interpretação errada da lei. Por exemplo, eles entendiam que não devia haver incidência sobre horas extras, e tinha. Como ainda hoje tem, incide, tem que pagar. Problema de almoço, problema não sei de quê. Então, havia essas distorções pequenas. Então se discutia, eles nunca deixaram de contribuir corretamente.

MC - O senhor está colocando que o banqueiro não ia deixar de contribuir para a Previdência porque, não era bom porque ia, de certa maneira, manchar a honra, não sei...

LL - Seria um certo princípio de preservar a imagem como banqueiro, como uma instituição financeira, uma empresa de crédito. Os banqueiros sempre, nesse particular, tem sido assim muito sérios em apresentar a sua instituição como uma instituição padrão, honesta, correta, que cumpre a lei.

NM - No entanto, a gente verifica, por exemplo, no caso do IAPI e de outros institutos, que os outros padrões atrasavam o pagamento em relação à Previdência. Por que isso ocorria? Eles não tinham essa preocupação com a imagem deles?

LL - É possível que muitos deles tivessem, e continuam tendo. Mas, existem aqueles que não estão ligados a isso. Você vê, hoje essa situação piorou, e muito mais do que naquela época! Hoje nós temos cerca de 270 mil empresas em todo o Brasil que estão inadimplentes com a Previdência. Algumas por causa da recessão, porque atravessaram fases difíceis, requereram concordatas ou até falência mesmo, como foi o caso, depois de 1964, de milhares de empresas, principalmente em São Paulo, que começaram a lutar com dificuldade. Então, é possível que em muitas delas tivesse ocorrido esse fenômeno mas, muito mais do que isso são os useiros e vezeiros dessa prática! Sabe porque acontecia e continua acontecendo isso hoje? Agora, talvez até mude, porque mudou com esse negócio do pacote, do sistema financeiro, a moeda, o cruzado, não é? É possível até que essa coisa mude, porque sabe o que é que eles faziam? Por lei, todo empregador é obrigado a descontar dos seus empregados aquilo que é devido à Previdência, aquela taxa que ia de zero a 8, depois mudou para 8, 5 a 10, que junta com a dele, que é 10%. Ele tem um prazo para recolher à Previdência esse dinheiro, que é com esse dinheiro que a Previdência vive. Acontece que essas milhares e milhares de empresas -fazendo a ressalva que eu acabei de fazer, como algumas, onde naturalmente podia ocorrer que existissem essas dificuldades mas uma grande maioria não tinha dificuldade nenhuma - faziam aquilo por hábito, não pagavam seguindo o exemplo do próprio governo, que também nunca pagou. Se o governo faz isso, por que nós não podemos fazer? Então, o que eles faziam? Pegavam aquele dinheiro -essa é a nossa suposição, nós não temos provas concludentes para mostrar, mas na prática é isso - pegava aquele dinheiro jogava no *open*, na caderneta, e não recolhia. Ficavam anos a fio fazendo esse movimento. Quando batia por acaso o fiscal da Previdência para fiscalizar essa empresa, o que é muito difícil, porque hoje não chega a 4 mil o número de fiscais da Previdência para mais de 2 milhões de empresas. Então vocês vêem as dificuldades, fazer um levantamento numa empresa grande não é fácil. O sujeito fica um ano lá. Eu fui diretor do Departamento de Arrecadação e Fiscalização do IAPB e sei disso. Fica um ano! Nós tivemos caso do fiscal ficar um ano no banco, como foi o caso do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Ficou um ano fiscalizando aquela papelada, as guias de recolhimento. Então eles faziam isso. Fiscal ia ali, verificava, fazia o levantamento de débito - uma hipótese - então apresentava a conclusão à empresa, compreendeu? A empresa tinha um prazo para poder cumprir aquela coisa. Nesse interregno vinha o governo e decretava uma anistia. A anistia não era propriamente o perdão, mas apenas a facilitação para pagamento. O sujeito faz o levantamento do débito, e você escolhe para pagar, em tantos meses, tanto por mês, com uns juros insignificantes, sei lá. Então eles se acomodavam, eles nunca tiveram prejuízo! Eu podia citar o exemplo: (mostra algum documento) isto aqui foi no *Jornal do Brasil*, do dia 20 de abril de 1985. Uma pequena relação das 170 mil empresas que, naquela época, estavam devendo. Eu vou citar aqui uma no estado do Rio: Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE).

Naquela oportunidade, ela devia vinte bilhões, quatrocentos e dois milhões, cento e noventa e cinco e vai por aí a fora. Isso é dinheiro dos trabalhadores que deixou de ser recolhido. Tem muita gente, inclusive estatais. Essa é uma estatal: A CEDAE é estatal - do estado é estatal também. Olha só, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981, devia mais de 30 milhões de cruzeiros. É um troço de doido, entendeu?

MC - Senhor Leão, em geral se coloca nas entrevistas que temos feito, que o governo não pagava a Previdência, o governo sempre era a parte, dentro da contribuição tripartite, que de certa maneira não cumpria com a sua obrigação. Por que? Quais são as razões que o senhor aponta?

LL - Irresponsabilidade, eu acho que é irresponsabilidade. Por exemplo, no governo Figueiredo, o Delfim deixou de pagar bilhões e bilhões. Quando veio a Lei Orgânica da Previdência Social, em 1960, a lei estabelecia. Já naquela época, o governo fazia a mesma coisa, só que era num percentual bem inferior do que o que se praticou nesses 20 anos. Mas, já se fazia, no tempo de Getúlio já se fazia. Não dava mesmo!

MC - Por que se fazia isso?

LL - Também eu acho que por irresponsabilidade. Porque acho que um governo tem que cumprir as suas obrigações. Ele tinha dificuldade de caixa, de dinheiro, o problema é dele. Ele que estudasse com os técnicos lá uma forma. Ou aumentar os impostos ou deixar de gastar demais, sei lá! Então, acontecia o seguinte naquela época, antes de sair a Lei Orgânica, essa Lei 3807 previa que fosse feito um levantamento no fim do ano, do débito geral do governo para com os IAPs, e o total fosse emitido em letras do Tesouro Nacional para ser pago em tantos anos, com juros e tal. E nunca fez isso! Naquela época o levantamento apontou o senhor Jair Soares. Ele foi chamado em 1981 - quando a crise estava bem no seu apogeu, alta mesmo - foi chamado ao Congresso, à Câmara dos Deputados em Brasília, e ele prestou um depoimento que foi publicado, era coisa pública e notória, saiu no Diário do Congresso. Naquela época esse levantamento montava em 106 bilhões de cruzeiros. Na época! Hoje isso seria uma fortuna. O governo nunca pagou nem emitiu letra nenhuma, e ficou por isso mesmo. Depois que veio a Lei Orgânica e o governo se desobrigou de pagar uma parte igual à que pagava à empresa e ao trabalhador, o governo assumiu por essa lei, a responsabilidade de pagar a despesa de pessoal e administração. Então, continuou a mesma coisa. Aí veio o Juscelino, veio o João Goulart, veio a ditadura e continuou do mesmo jeito. Nunca pagou. E quando paga, quando faz repasse, é bem aquém daquilo que seria obrigação dele pagar. Eu citei anteriormente aqui que o dr. Hélio Beltrão, quando ele se demitiu - tem a carta, vocês devem ter lido esse documento que diz que exatamente naquele dia ele pediu demissão - o governo devia, só naquele ano, 400 bilhões. Sem falar nos anteriores. E só tinha entregue 30 e poucos bilhões. Então, é uma coisa impressionante. Não funciona.

LO - Quando o senhor foi diretor de Contribuição e Fiscalização, o senhor teve algum procedimento, algum tipo de atitude no sentido de cobrar a contribuição do governo?

LL - Não. Nós nunca tomamos nenhuma atitude...

LO - Essa diretoria se referia somente à contribuição particular?

LL - No caso específico do IAPB é claro que a gente reclamava. É claro que nós conseguimos. Inclusive, na época do Dutra, fizemos pressão, e o governo mandou, não dinheiro, mas fez entrega de prédios - aqui mesmo, aqui no Centro nós temos o IAPB, hoje pertence ao IAPAS, não é? - edifícios, terrenos etc. Ele fez não só com os bancários, como também fez com outros institutos. Hoje a Previdência Social é dona de um número enorme de terrenos e prédios e até de cemitérios. Não sei se vocês sabem disso, até de cemitérios. O sujeito foi devendo, devendo, devendo... Umas por doação ao governo, outras porque deviam e não puderam pagar e a Previdência se apossou juridicamente. Quer dizer, de acordo com a lei, tomou conta. Hoje ela possui um patrimônio imenso.

NM - Senhor Leão, a imagem do IAPB era de um instituto rico.

LL - Certo.

NM - Que arrecadava bastante dinheiro...

LL - É porque não havia sonegação, então, apesar do governo não pagar a sua parte, nunca fez falta. Então, é por isso que eu queria acrescentar aqui: mesmo o governo não pagando, mesmo ele sendo um dos principais inadimplentes, mas se o patronato pagar direitinho, recolher a parte dos trabalhadores, e o Instituto for bem administrado, não tem problema, ele funciona.

NM - Como o IAPB encaminhava a discussão sobre a aplicação de reservas que ele tinha?

LL - Bom, o Instituto, o IAPB tinha, além das suas atribuições normais, que conceder aposentadoria, pensões, auxílio doenças. A assistência médica, nós tínhamos, por exemplo, o que nós chamávamos carteira imobiliária e carteira de empréstimo naquela época. Depois é que surgiu a Fundação da Casa Popular, mas naquela época nós tínhamos a nossa carteira hipotecária e a carteira de empréstimo. Era um investimento e dava um lucro fabuloso. Então, o Instituto financiava casas, conjuntos residenciais não só para vender, como para alugar. Era em épocas diferentes: abria para alugar e abria para quem queria adquirir a sua casa própria.

#### **Fita 4 – Lado A**

LL - Então, é importante que a gente fale aqui nos três anos do regime colegiado, que nesse particular foi rico em iniciativa. Foi um instituto que, nessa época, no ano de, 1963, 1962 dentre vários institutos, foi o que mais construiu no Brasil. Para evitar que o governo metesse a mão no dinheiro, então ele investia. Nós investíamos. Por exemplo, fizemos aqui mesmo em Niterói, um dos maiores edifícios que tem em Niterói, o Edifício São Sebastião, não sei se você já ouviu falar. Foi construído pelos bancários! No Rio de Janeiro não fizemos muita construção, mas temos o conjunto de Cavalcanti temos o conjunto de Madureira, temos o conjunto de Jacarepaguá, temos o da Rua Barão, sem falar nos que foram comprados através de financiamentos e não aparecem, porque dentro de um edifício o sujeito comprou dois, três, quatro apartamentos. Num edifício com 30 apartamentos, 50, 60 ou 20 bancários se interessaram por meia dúzia de apartamentos e

compraram lá. Então, não aparecem, mas há muitos assim. Em São Paulo, a construção foi enorme. Construí-se conjuntos residenciais enormes mesmo, nesse período. E a pretensão nossa era construir muito mais. Então, isso era um investimento, era uma forma de resguardar os recursos do Instituto; aquilo rendia, era descontado mensalmente, o sujeito pagava. A outra fórmula era o empréstimo, a carteira de empréstimo simples. Era um pequeno empréstimo, uma coisa insignificante quase, mas todo bancário fazia aquilo. E não deixava acabar, porque podia renovar. Depois de um ano pago podia renovar. Então aquilo dava um volume enorme de receita para o instituto. Essa é uma fórmula inteligente que eu tenho a impressão de que muitos outros institutos também tinham. O IAPC, o IAPM eu tenho certeza que tinham. Não sei, mas acho que todos eles tinham. Agora, como é que funcionava, eu não sei. O IAPB funcionava muito bem e dava um lucro fabuloso. Esse é um dos motivos porque o dinheiro do governo nunca nos fez falta, quer dizer, se ele estivesse em nossas mãos seria muito melhor, podia construir muito mais. Nunca nos fez falta. Quando se deu a unificação, nós tínhamos apenas a bagatela de nove bilhões de cruzeiros antigos depositados no Banco do Brasil. Naquela época, em 1966, era uma importância respeitável. Dava para pagar a dívida de todos os inadimplentes, inclusive do governo, e ainda sobrava dinheiro. Se fosse pagar aquele dinheiro hoje, e converter com juros e correção, seria uma coisa louca.

MC - O senhor disse que a política da carteira hipotecária se desenvolveu para que o governo não metesse a mão no dinheiro.

LL - É.

MC - Então o governo metia a mão no dinheiro?

LL - Sempre meteu. Sempre meteu. Não meteu nas proporções assustadoras de 20 anos de arbítrio. Mas sempre meteu. Eu posso lembrar o caso de Brasília. O Juscelino usou o dinheiro, os recursos dos institutos para construir Brasília, todo mundo sabe disso. Só que com o governo, pelo que nós estamos informados - não sei se esse fato é verdadeiro - é que hoje esses prédios, esses investimentos todos tiveram retorno. Não sei se é verdade. O dinheiro dos aluguéis, parece que era creditado aos IAPs respectivos. Isso para mim, eu não sei, aí já é fora do nosso alcance, eu não sei.

MC - O senhor não se lembra de outros exemplos, sem ser Brasília, em que o governo canalizou o dinheiro que devia ser pago aos institutos para obras?

LL - Tem. Isso o próprio Ministro Jair Soares confessou no seu relatório que apresentou ao Congresso, como falei há pouco. Foi retirado dinheiro para Itaipu, foi retirado dinheiro para a Vale do Rio Doce, foi retirado dinheiro para Brasília, foi retirado dinheiro para Transamazônica; dizem até que para a ponte Rio-Niterói! Esta última o Ministro Jair desmentiu: "Não, Não saiu nenhum tostão para a ponte Rio-Niterói". Mas dizem que saiu. Agora, aí eu não vou querer desmentir. Mas, os outros não! Volta Redonda...

MC - Volta Redonda também?

LL - É, Volta Redonda, Siderúrgica Nacional. Isso já no tempo do Getúlio, não é? Mais recentemente, nesses 20 anos, o que comeu muito dinheiro mesmo foi Itaipu, a Transamazônica, a Vale do Rio Doce e não sei se essa que parou, a Ferrovia do Aço, não sei; e falam também na ponte Rio-Niterói. Essa aí o Ministro desmentiu.

MC - Senhor Leão eu gostaria que o senhor retomasse aquela avaliação que o senhor estava fazendo sobre a direção colegiada: em que sentido a direção colegiada foi uma coisa importante para os bancários? Em que sentido o IAPB melhorou a sua organização?

LL - Bom, a experiência, como eu disse, foi válida, é pena que tenha durado muito pouco - três anos - não é? Primeiro porque ela passou a ser um regime administrativo democrático, aberto, os bancários estavam lá dentro na direção, todas as delegacias de todo o Brasil eram dirigidas por bancários, e se não era bancário, era funcionário do próprio quadro, mas de confiança dos bancários, compreendeu? Os serviços todos eram prestados com maior interesse, com maior empenho, no sentido de bem servir, de bem atender; temos, por exemplo, a assistência médica que melhorou muito. Tivemos a oportunidade de adquirir aquele Hospital dos Bancários, que hoje chamam Hospital da Lagoa, e era pretensão nossa construir outros hospitais no Sul, um em São Paulo e um no Norte, pelo menos mais uns três. Teríamos uns quatro. E assim ia se desenvolvendo o sistema no nosso caso particular dos bancários; e acredito que o mesmo estava ocorrendo em outras instituições.

MC - O senhor acredita que o que melhorou basicamente foi em termos de participação dos bancários na direção do Instituto?

LL - Melhorou! Melhorou sim!

MC - Nesse sentido?

LL - Para nós, no nosso particular, não era novidade nenhuma porque nós já estávamos lá. Se bem que o sistema era outro, o sistema presidencialista. Mas nós já tínhamos uma representação não de direito, não estabelecido por lei, mas de fato, quer dizer, nós forçamos aquela situação, conseguimos impor e o governo aceitou.

NM - Senhor Leão, existe hoje um projeto de lei do deputado João Alberto de Souza que tenta recompor a situação da LOPS.

LL - É, voltar ao sistema colegiado, eu sei. Esse deputado, inclusive, é bancário. É um companheiro nosso bancário, inclusive foi um lutador sindical aqui pelo nosso sindicato, é um ativista sindical. Quase que apanha do Lacerda na rua uma vez, numa briga aí de negócio de greve, não é? E ele era maranhense, depois ele foi para o Maranhão e lá se elegeu deputado. Inclusive ele tem muita convivência com próprio Presidente Sarney, é muito conhecido, lida muito com o Presidente Sarney, com a família. E esse companheiro, esse bancário, tudo que a gente precisa dele em Brasília ele faz. O que ele pode fazer ele faz. Então, nós conversamos com ele sobre dois assuntos importantes para nós. E ele disse: "Olha, vocês preparem um projeto que eu apresento lá, vou estudar aqui com os meus assessores e apresento". Então, nós apresentamos um projeto sobre a volta do sistema colegiado. Ele adaptou lá, de acordo, que ele tem a assessoria dele. Apresentou outro, que também é nosso pedido, que dá o direito ao aposentado concorrer às eleições, nas eleições sindicais. Não sei se vocês ignoram, mas o trabalhador sindicalizado quando se aposenta, ele não perde a qualidade de associado do seu sindicato; se ele é sindicalizado, ele não perde, ele passa a ser um sócio-remido, com todos os direitos, inclusive de votar em assembléia. Agora, o de ser votado, ele não pode. Quer dizer, é uma incoerência. Eu sou aposentado, mas se eu quiser me candidatar a deputado, a vereador, eu posso, ninguém me impede. Mas, dentro do meu sindicato, eu não posso. Então, ele

apresentou o nosso pedido, nós tivemos o cuidado de pedir a ele que na elaboração do projeto, nós não queríamos de todo jeito participar, mesmo com número reduzido, por exemplo, 1/3. Um terço a gente teria, quer dizer, a minoria. Porque achamos que nós não estamos dentro das empresas, não conhecemos mais os problemas dentro das empresas, então é preciso que a maioria seja tirada lá de dentro dessas empresas, porque estão vivendo o problema; mas a nossa experiência como dirigentes antigos é muito maior do que a deles. Então, nós achamos que devíamos conquistar esse direito de poder ser votado, mesmo como a minoria porque a nossa experiência, os nossos conselhos como dirigentes antigos deveria ser muito valiosa para esses companheiros jovens. É o que esta acontecendo hoje aqui: nós estamos numa diretoria de jovens, não tem um antigo. Tem porque temos o Pereirinha, vocês conhecem? O Pereirinha é um bancário antigo, esteve preso, foi processado. O outro é o Barata, que foi presidente e foi até licenciado, que é um companheiro sério, tem a sua ideologia lá, mas é um homem responsável. São os dois únicos. Os outros são rapazes jovens, inexperientes; eles acham que podem consertar o mundo, de uma maneira geral. E não podem não. Eles quebram a cara como estão quebrando aí todo dia. Quer dizer, está faltando alguém que fale: "Olha, não faça isso! O melhor caminho é esse. Deve fazer assim, deve fazer assado". Mesmo que a gente não seja ouvido, mas estaríamos lá para dar conselho. Então, é como disse há pouco aqui e vou repetir: eu acho que falta a esses companheiros um pouco dessa experiência que nós adquirimos no decorrer dos anos. Não é que eles não mereçam atenção, não é que eles não tenham também o ideal de defender a categoria. Isso nós reconhecemos que têm. Mas nem tudo a gente consegue com essas atitudes. Eu gostaria de citar o exemplo de 20 anos. Não foi verdade? Quanta gente boa foi sacrificada, assassinada, presa. Aqui, dentro do sindicato, nós temos o caso do Pagano, um elemento que foi assassinado em São Paulo. Nós perdemos isso aí por quê? Tudo por causa da besteira, idiotice de meia dúzia que achava que podia dominar o Brasil. Se pegar esse pessoal agora e entregar a eles o Brasil, vai ser uma desgraça! Porque querer fazer é uma coisa e poder fazer é outra. Eu todo dia ouço aí: "Não, não se pode viver com um salário mínimo de 804 cruzeiros". Todo mundo cansa de dizer isso. Dentro das circunstâncias atuais, para o sujeito viver, o trabalhador tem que ganhar, no mínimo, 2.500 cruzeiros. Agora, pegue o companheiro aí, que está me ouvindo, coloque na Presidência da República e decreto que eu quero ver. Em vez de sete milhões de desempregados, nós íamos ter vinte milhões. Algumas empresas podem arcar com isso, mas a grande maioria não pode porque o Brasil não tem condições econômicas, o sistema financeiro do país não permite que se faça isso, compreendeu? Essa é a grande verdade. A gente tem que reconhecer isso. O nosso problema não é problema de homens. Não é possível que durante a nossa existência todos os homens que ocuparam a Presidência da República tenham sido moleques, impatriotas. Eu não acredito não. Entre 20 presidentes, eu digo: dois eram safados mas, e o resto? Eu acho que não. Até mesmo os da ditadura. Até mesmo os que ocuparam a ditadura, os generais, eu acho que se eles pudessem consertar, eles consertavam. É que não tem condições, é o sistema político, o regime em que nós vivemos é que não permite.

MC - Senhor Leão, retomando essa parte da direção colegiada, quando houve a direção colegiada, banqueiros e bancários se revezavam na presidência do Instituto?

LL - É, exato, todo ano!

MC - Todo ano. Então, o representante dos banqueiros também chegaram a ser presidentes do Instituto?

LL - Foi, como no governo também.

MC - Como no governo também. Eu gostaria que o senhor colocasse um pouco essa gestão de banqueiros ou de representantes de banqueiros no IAPB.

LL - Bom, o colegiado, no caso dos bancários - porque os institutos que tinham mais de um número determinado de segurados tinham o colegiado maior, como é o caso do IAPC e do IAPI. Parece que eram cinco, eu não me lembro bem, cinco, cinco e cinco. O nosso era três, três, três. Era um do governo, um do patrão, um do trabalhador, três. Mas existiam institutos que tinham mais... Parece que a lei fala em 500 mil. Quem tinha mais de 500 mil segurados tinha o colegiado maior. Mas vamos particularmente. No nosso caso, no IAPB, eram três. Então, ficou estabelecido entre eles, que eles mudariam todo ano o presidente através de eleição interna, entre eles mesmos. "Esse ano vai ser o bancário, no outro ano será o banqueiro, no outro o governo". Havia rodízio. Era assim e funcionava bem, porque eles se davam muito bem, eles se entrosavam lá.

MC - A atuação da direção colegiada era consensual?

LL - Era, porque naquela época - justiça se faça - os sindicatos tinham muito mais força do que hoje. Os sindicatos eram muito mais respeitados. No caso dos bancários, por exemplo, eles não discutiam esse problema porque o sindicato tinha muito prestígio. Basta dizer que no caso do delegado, por exemplo, quando eu fui delegado, eu trazia problemas para cá que eram difíceis de resolver. E só pelo fato de trazer para o sindicato, para as assembleias, eram resolvidos. Você estava comentando o problema do horário dos médicos. Médico não quer cumprir horário não! Vocês podem examinar em qualquer lugar, eles não respeitam e nem querem cumprir horário. Eles estão em dois, três empregos. Não vamos discutir se eles estão com a razão ou se não estão, não vamos entrar no mérito. Mas o fato é que ele é contratado para trabalhar e para atender dentro de um horário, então ele tem que estar lá. E lá no IAPB nós conseguimos isso pela pressão do sindicato, pelo prestígio do sindicato. O sindicato dava apoio ao delegado para estabelecer nas portas das clínicas um quadrozinho com o nome do profissional, o dia e o seu horário. Agora, a gente tinha bastante cuidado de não misturar o atendimento em clínica com o atendimento em hospital, não é? Quem dá hospital não poder vir; ou dava um dia no hospital, ou dava um dia no ambulatório. Quer dizer, a coisa era estabelecida e funcionava muito bem! Havia o problema do prestígio do sindicato. O sindicato tinha força, muito mais do que tem hoje. Muito mais, na minha opinião.

MC - Pelo que o senhor está colocando, a direção colegiada obteve um saldo altamente positivo, não é?

LL - Teve sim. Sem dúvida.

MC - O senhor se lembra do processo de luta pela LOPS?

LL - Olha, começou por causa da dívida do governo. O governo não pagava, alguns institutos lutavam com dificuldades. Era o caso do IAPM, era o caso do IAPETC, que viviam sabe Deus como, com déficit etc. e tal. Então, eu participei de algumas reuniões, os trabalhadores começaram a se reunir e a discutir o problema, como hoje, que já estão começando a discutir o problema da volta da participação, não sei se vocês estão a par. Na Federação dos Urbanitários a luta começou com os aposentados, mas hoje está se



procurando sensibilizar a opinião do pessoal em atividade para esse problema da participação dos trabalhadores. Naquela época, então, foram criadas várias comissões e começou-se a estudar uma forma. Então, uma delas foi tirar o governo da jogada: "Olha, a melhor maneira que tem é a gente tirar o governo desse negócio de pagar igual ao patrão", porque quando deu-se a unificação era 8%, não é? Quer dizer, o governo era obrigado a pagar uma taxa igual à do patrão e à do trabalhador. Mas nunca pagava. Então, a melhor jogada era tirar o governo disso e ele que assumisse a responsabilidade só do pessoal dele, de pagar as despesas dele. Ele é quem nomeia; então, ele que pague! E nós vamos viver só com o nosso dinheiro: patrão e trabalhador. Esse foi um dos motivos, um dos principais motivos. O outro, o segundo grande motivo, foi a unificação dos sistemas de atendimento. O sistema de concessão de benefícios e o sistema de assistência médica. Foi então que passou a ser igual para todos os institutos.

MC - Uniformizou-se, não é?

LL - Uniformizou-se. E criou-se inclusive, na própria lei, o sistema comunitário, como foi o caso daquela história de Tremembé que eu falei: havendo necessidade, pode-se juntar todos os institutos e fazer a comunidade de serviços médicos.

MC - Que tipo de atividades, que tipos de mobilização foram feitas para a conquista da LOPS?

LL - Foram feitas várias reuniões. Então, preparou-se um projeto de lei, houve um consenso dos sindicatos para as federações, das federações para confederações, e daí, nas confederações surgiu uma comissão, já a nível nacional. Dessa comissão surgiu um projeto e esse projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional. E houve um trabalho muito grande de representação dos trabalhadores, no sentido daquele projeto ser aprovado. Foi aprovado. Não sei se sofreu emendas... O presidente era o Juscelino e houve uma pressão dos trabalhadores para que o presidente não vetasse! Ele se comprometeu e assinou sem qualquer veto. E aí transformou-se em lei. A Lei Orgânica da Previdência Social, Lei 3807, de 26 de agosto de 1960.

MC - O senhor se lembra qual era a questão que mais sensibilizava os trabalhadores em termos da LOPS? A unificação dos benefícios, a assistência, ou a direção colegiada?

LL - Três problemas eram os principais: primeiro era o trabalhador na direção, era na administração colegiada. Desde o início se debateu muito isso. Quer dizer, naquela altura, nós bancários já tínhamos dado o exemplo. Naquela altura nós já tínhamos conquistado, não por direito, mas por pressão; de fato nós tínhamos conseguido esse, digamos assim, privilégio de botar lá um bancário para presidir. Então, isso passou a interessar também aos demais trabalhadores. Estabeleceu-se na lei, no projeto, esse sistema colegiado, que aí já não era mais privilégio de ninguém, aí era já um consenso geral. O segundo ponto foi a uniformidade com relação aos benefícios, ou seja, o mesmo tipo de aposentadoria de um instituto serviria para os outros. O auxílio doença, o problema do acidente de trabalho, a pensão e, por fim, a assistência médica, que também praticamente ficou uniformizada. O que era feito num instituto, era feito no outro. Os institutos eram independentes, apenas obedeciam àquela rotina estabelecida em lei. Por exemplo, o IAPM atendia aos marítimos, o IAPC atendia aos comerciários, mas dentro daquele esquema, que era um só.

MC - O senhor se lembra quais foram as categorias que mais se mobilizaram para a aprovação da LOPS?

LL - Todas elas. Eram cinco ou seis institutos, se não me falha a memória. Eram seis.

MC - E o senhor acha que foi uma coisa que sensibilizou todas as categorias?

LL - Foi, foi.

LO - Senhor Leão, eu vou voltar um pouco no tempo: o senhor era bancário nos anos [19]40?

LL - Era. Eu entrei para o banco em abril de 1937.

LO - Então eu gostaria de saber se o senhor teve oportunidade de utilizar os serviços médico-ambulatoriais oferecidos pelo IAPB?

LL - Tive sim. Fiz uma cirurgia, quando estourou a guerra eu me internei, em 1939. Me internei numa casa de saúde de propriedade do médico do IAPB, uma casa de saúde muito boa ali em Botafogo. Eu me esqueço o nome, agora.

LO - Ela era por contrato?

LL - É, tinha convênio.

LO - O senhor fez que tipo de intervenção?

LL - Varicocele! Era um problema de varicocele que eu tinha e tal, estava começando, e eu fiz lá. Hoje é coisa que eles fazem num dia e sai no outro. Naquela época eu fiquei vários dias lá. Havia o convênio, o atendimento era ótimo. A minha senhora fez, depois disso, umas três internações para cirurgia.

LO - Sempre bem atendida?

LL - Sempre. Na Casa de Saúde São Sebastião. Eu acho que ainda existe. É quase chegando ali no Largo do Machado, não é? Naquela época era uma ótima casa de saúde, uma das melhores do Rio; hoje eu não sei.

LO - Havia facilidade burocrática para o atendimento?

LL - Não, Um dia você tinha que ir ao ambulatório, o médico lhe atendia. Se ele achasse que você tinha que se internar, ele assinava uma guia, aquilo era encaminhado ao setor competente, era datilografada a autorização e você se internava.

MC - Era fácil o processo?

LL - Era facilímo. Nem havia negócio de fila nem nada.

LO - No final dos anos [19]40 parece que houve uma ampliação da rede hospitalar própria do IAPB. O Hospital dos Tuberculosos, não é?

LL - É, o sanatório. Foi entre as décadas de [19]40 e [19]50. Como eu já falei, a doença que mais atacava os bancários era a tuberculose. Então, o instituto construiu uma rede, eram quatro sanatórios. E eram muito bons, atendiam muito bem aos bancários.

LO - Agora, parece que além da tuberculose, dentro da categoria dos bancários tinha uma outra epidemia - se a gente pode chamar assim, pois houve um médico entrevistado que chamou assim: a epidemia de loucura. Parece que há uma incidência muito grande de doenças mentais entre os bancários...

LL - Havia, mas não atingia um número assim alarmante; não chegou ao ponto de impressionar a administração. Havia convênios naquela época, compreendeu? Aqui no Rio tinha umas duas ou três casas de saúde, clínicas especializadas que mantinham convênio com o instituto e eles eram atendidos. Nós tínhamos bons médicos na área, o Doutor Taunay Guimarães era um deles. Ele é que parecia um doido (risos); acho que ele era mais doido que os pacientes dele.

NM - Foi levantada a hipótese de que essa epidemia era uma artimanha para provocar a aposentadoria. Era possível isso?

LL - Não sei. Isso já é uma coisa pouco difícil. É possível que tivesse, como ainda hoje tem, esses tipos que começam a jogar pedra numa janela, pegam uma faca e ameaçam furar todo mundo, mas não furam ninguém. Pode até ser que sim. Mas é um pouco arriscado tocar nesse assunto porque não sabemos se estamos agindo com justiça ou não. Mas que há essa possibilidade, há. Inclusive, outro dia eu li no jornal um noticiário a respeito de revisão de casos de aposentadorias deste tipo. O sujeito pressiona até o médico, conta uma história complicada, que vai se matar, que está ameaçando de perder o emprego. Então ele está forçando. "O senhor tem que fazer isso, senão eu me jogo pela janela abaixo..." Os médicos profissionais devem ter um meio de descobrir se a pessoa é débil mental mesmo ou não. Eu não sei, não entendo disso. Mas não é possível que tenha havido assim...

LO - Agora, com a experiência que o senhor tem nos meios bancários, o senhor identifica esse tipo de epidemia entre aspas? Essa incidência alta de doenças mentais entre os bancários?

LL - Esse rapaz que chegou agora aqui foi aposentado por invalidez, por problema mental. Ele esqueceu a doença dele e está aí prestativo, está sempre ajudando a gente; é aposentado por invalidez. E a doença dele era essa. É uma espécie de terapia ocupacional, e a gente tem que ter paciência com ele, sabe? Mas ele está aí trabalhando, e até agora não fez nada de mal e ajuda a gente. Mas ele é exemplo. Agora, quem é que vai dizer se ele é doido mesmo ou se não é? Eu não tenho condições.

MC - Mas o trabalho no banco, ele é tenso?

LL - Bom, naquela época - eu só posso falar pela época que eu vivi - era sim. Naquela época havia bancos onde o sujeito era pressionado para trabalhar demais. Agora não sei, o sistema mudou muito, hoje é tudo mecanizado, não é? É possível que tenha aliviado

num setor e piorado no outro. O sujeito que trabalha, por exemplo, num sistema eletrônico, como é que chama esse sistema agora?

MC - De computação...

LL - De computação. Eu não sei como é que no sistema de computação, um funcionário vive lá dentro lidando com aquelas fichas. Eu não tenho a menor idéia. Agora, no meu tempo, por exemplo, fazer um diário - que era feito à mão - o sujeito não podia errar, não podia rasurar. Quer dizer, não é fácil não! Você quer ver um exemplo? No meu tempo, caixa era só caixa. Havia o caixa pagador e o caixa recebedor. Antes de se ir ao caixa, passava-se pela seção de contas correntes para ver o saldo. "Eu quero sacar tanto". O sujeito dava uma fichinha para ele, era contabilizado e ia para o caixa, não tinha esse problema. Hoje, o caixa é um sacrificado, ele faz tudo: Ele vai conferir assinatura, vai ver o saldo, vai anotar ali para dar baixa, para diminuir do saldo. Depois vem e paga. Quer dizer, hoje é um tumulto; para esse cara aí o negócio não é mole!

LO - Piorou.

LL - Piorou, para esse piorou. Para outros pode ter melhorado. Mas, de qualquer maneira... Por exemplo, no Banco Nacional, onde eu trabalhei, eu nunca trabalhei com público, sempre trabalhei internamente, na seção de contabilidade e na fiscalização. Então, era um serviço de rotina.

NM - Nós realizamos uma entrevista com o dr. Murilo Villela Bastos, e ele relatou a versão dele sobre a compra do Hospital da Lagoa pelo IAPB. Ele disse, inclusive, que fez parte de uma comissão que emitiu um parecer contrário à compra...

LL - Esse médico era do IAPB?

NM - Ele era do IAPC, e depois do DNPS\*.

LL - Então, eu não sei. Bom, eu vou dar a nossa versão.

NM - É, como foi o senhor que sugeriu...

LL - Foi. Fui eu que sugeri, então eu vou dizer o que aconteceu dentro do IAPB, fora eu não sei. Dentro do IAPB eu era delegado, e o representante dos patrões na Junta de Julgamento e Revisão. O banqueiro era um diretor da Sul-América. Então, saiu no jornal um escândalo, uma reportagem sobre um possível escândalo que ia acontecer na venda desse hospital que a Sul-América tinha construído. Foi denunciado, parece que ia haver marmelada no meio. Nós estávamos naquela ocasião com dificuldade porque nós tínhamos convênio com os marítimos. No Hospital do Andaraí, dos marítimos, tínhamos dois andares administrados por nós; era como se fosse nosso. Como nós estávamos sendo pressionados para sair, porque os marítimos estavam precisando, nós tínhamos urgência ou de construir um ou de preferência comprar, porque era mais rápido. Então eu li aquela reportagem, aí chamei esse senhor - eu me esqueço o nome dele - que era diretor da Sul América. Naturalmente, por uma questão de ética, ele não falava no assunto lá dentro. Eles lá na Sul América não tinham condições de botar aquele hospital para funcionar,

---

\* DNPS - Departamento Nacional de Previdência Social.

entende? Construíram para resolver os problemas dos funcionários, para atender os segurados que sofressem um desastre na rua, ou qualquer coisa, mas nunca teve condições de inaugurar. Chamei esse cidadão e conversei com ele e ele negou tudo: "Isso é onda de jornal". Eu perguntei: "Então, vocês querem vender mesmo o hospital? Nós estamos interessados. "Podemos vender." Aí marcamos uma visita ao hospital, num domingo. Fomos eu, ele e mais um assessor meu que tinha feito um curso na Espanha - eu já falei aqui há pouco, o Maldonado, já é falecido. Fomos ao hospital, eu corri o hospital com ele e o meu assessor, desde o subsolo até o telheiro, até lá em cima, tudo. Ele botou para funcionar aquilo, ligou a energia elétrica com motores próprios. Visitei as 11 salas de cirurgia, todas montadas com instrumental cirúrgico, tudo. Se vocês conhecessem a subloja com a seção de hidroterapia, é qualquer coisa de espetacular. Na época não tinha igual aqui na América. Então, eu disse: "Nós estamos interessados; eu não posso dizer nada porque não tenho autoridade para comprar. Agora, eu vou fazer o expediente ao presidente do Conselho sugerindo a compra e dizendo que eu visitei etc e tal". Então, esse expediente foi encaminhado, fui entregar pessoalmente ao Conselho de Administração, conversei com eles, eles se interessaram, e aí foi nomeada uma comissão dentro do IAPB - nada de gente de fora - da qual fazia parte o dr. Viegas, que era o diretor do DAM, que foi contra; achou que era inexequível, que a diária ia ficar muito cara. Eu fiz um novo expediente provando que não; naquela época ficava em 150 cruzeiros a diária, no máximo. Fiz uma comparação com os gastos que nós tínhamos com outras, com conveniados, e ficou provado que não era caro. E eram dois doentes em cada quarto, um quarto com duas camas, com banheiro, com telefone, com ar refrigerado, com tudo direitinho. Então, depois de vai e vem para lá e para cá, foi aprovado pelo IAPB. Aí entrou-se em entendimento - naturalmente deve ter passado pelo Departamento Nacional da Previdência -mas aí eu já não sei, é possível até que esse médico tivesse participado. Eu confesso que não sei nem quem ele é, não me recordo. Bom, a Sul América queria 600 milhões de cruzeiros. Discute daqui, discute dali, acabou o Presidente da República, que era o Jânio, autorizando a compra por 500 milhões. Depois de autorizada a compra por 500 milhões, nós do IAPB conseguimos uma redução de 40 milhões. Ficou então em 460 milhões, se não me falha a memória. E o negócio foi feito. O hospital era muito bom, o regulamento do hospital foi feito por esse seu criado aqui, com a assessoria que eu tinha lá. E serviu. Não foi aprovado totalmente, mas o principal foi aprovado e o hospital foi inaugurado. Quando ele foi inaugurado eu já não era mais o delegado, eu era diretor. Então, não tive nenhuma participação mais no assunto. Essa é a história; que eu saiba é essa a história.

NM - O que representou a compra do hospital da Lagoa para o IAPB?

LL - Para mim representou uma grande aquisição. Foi o primeiro hospital clínico, não é? Nós já tínhamos experiência em sanatório, mas como hospital mesmo, como centro de cirurgia foi o primeiro!

NM - Muita gente não morreu de inveja?

LL - Ah, deve ter morrido. Mesmo porque na época - isso foi em 1962 - era o hospital mais moderno da América Latina. Era a última palavra, hoje já está superado! Naturalmente surgiu muita coisa nova. Agora, lamentavelmente, com a unificação ele ó, "fiu!" Apesar dele ainda ser um dos melhores, ele caiu pelo menos 40%, pelo menos!

NM - Senhor Leão, o período que vai de 1964 até o início de 1966 quando se dá a unificação, como é que foi esse período para o IAPB? Entre o golpe militar e a unificação?

LL - Nós não pudemos saber, porque nós fomos expulsos de lá, como dos outros institutos. Quer dizer, a ditadura expulsou toda a administração, inclusive os banqueiros também. Botou todo mundo para fora e botaram uma interventoria. Esse cidadão, que era o representante dos banqueiros, não sei se vocês recordam o nome - dr. Cristóvão de Moura, que era da Sul América, e era o representante dos banqueiros e com quem eu mantive entendimento para a compra do hospital, esse dr. Cristóvão de Moura na época não era o presidente em exercício, ele era membro do CA. Mas, na noite de 31 de março para 1º de abril, o Conselho não estava se reunindo porque o Edgar, que era o representante dos bancários e que era o presidente, não estava na administração; ele estava no hospital dos bancários na Lagoa, estava internado com uma pequena cirurgia, coisa de três ou quatro dias, sei lá. E estava faltando o representante do governo, ele tinha sido exonerado pelo Jango, o Jango tinha nomeado outro, tudo por injunção política do PTB, não é que o cara não prestasse. Então, foi exonerado um e nomeado outro, mas estávamos esperando a publicação no *Diário Oficial* para ele poder assumir. Então, só quem estava na casa era o dr. Cristóvão de Moura. Quando deu-se o golpe, na calada da noite, ele assumiu por conta própria a presidência do instituto, e à noite, no dia 2 de abril, do dia 1º para o dia 2, ele emitiu um boletim interno - todo instituto naquela época tinha um boletim interno - exonerando toda a representação classista e nomeando quem ele muito bem quisesse. Antes, teve o cuidado de consultar o DOPS, para ver se o cara não era subversivo. Quer dizer, isso foi o golpe que esse indivíduo fez. Acredito, eu não posso provar, mas fez com o intuito de agradar os que estavam assumindo o encargo. O governo revolucionário não estava nem consolidado e ele praticou essa arbitrariedade! Inclusive eu fui uma das vítimas.

#### **Fita 4 - Lado B**

LL - Bem, concluindo, você perguntou como é que aconteceu. Com relação a esse cidadão que ficou na presidência praticando essas arbitrariedades, eu, no lugar dele, tomaria essa iniciativa, mas eu me absteria de praticar qualquer ato. Tinha que ter alguém para tomar conta da casa, para gerir, administrar nas pequenas coisas. Mas se naquela altura aparecesse alguém para me vender um aparelho de raio X, mesmo se eu precisasse não iria comprar; teria que esperar, compor o negócio ou então esperar que fosse nomeado um interventor, este sim com força - força da força (riso), força do arbítrio, não é? -para poder, então, mandar.

NM - Foram feitos gastos sem autorização, nesse momento?

LL - Ele ficou lá um mês, eu não sei. Mas, deixe-me concluir. Nesse interregno, é claro que ele começou a praticar atos... Ele tinha, por exemplo, que fazer pagamento, tinha que fazer um porção de coisas. Mas, ele tinha uma delegação de poderes - o presidente tinha uma delegação de poderes - mas ele não tinha... Ele assumiu. Mas isso tudo é admissível face à situação que se criou; certos atos mais sérios, mais importantes, ele deveria se abster de praticar, e ele não se absteve.

NM - Que atos eram esses?

LL - Por exemplo: nomeação e exoneração, ele não tinha competência legal, esses atos dele são nulos de direitos. Então, em um mês, mais ou menos, depois que o governo se consolidou, ele foi tirado de lá. Mas para tirar teve que levar a força do Exército, porque ele não queria entregar, não. Não queria! O governo nomeou o interventor, o dr. Wilson Ferreira - procurador que era bem quisto lá nos meios revolucionários - porque era um cidadão de bem, diga-se de passagem, honesto; eu o conheço pessoalmente; ele assumiu a presidência na qualidade de interventor! Então, botaram ele de lá para fora a toque de caixa, com tropas do Exército. Ele não queria. O dr. Luiz também ficou pouco tempo, ficou lá só para organizar. Depois ele também não quis ficar, entregou, estava conhecendo a bomba, não é?

NM - Nesse período, 1964/1967, como ficou a situação dos trabalhadores do IAPB?

LL - Ah, não sei não, não tenho a menor idéia. Eu acho que eles não mexeram em nada, mantiveram aquilo ali como estava. Não sei se eles admitiram, se demitiram. Aí eu não tenho a menor idéia. Eu sei dizer que em seguida começaram a mexer na Previdência, estabeleceram-se as secretarias. Quando criou-se o primeiro INPS, o INPS antigo, antes de ter INAMPS, então, criou-se as secretarias: secretaria de bancário, secretaria de comerciário, secretaria não sei de que, e por aí foram. Antes de vir a unificação do INPS criaram as secretarias. Foi preâmbulo, foi o começo da unificação. Depois, aí nós não sabemos mais nada.

LO - Senhor Leão, nós vamos retornar um pouquinho ao período dos anos [19]60. Eu gostaria de saber do senhor, como é que o senhor avalia as pressões dos interesses privatistas, que queriam privatizar a Previdência? E em que medida isso refletia na administração do IAPB?

LL - Não, no IAPB não tinha, isso não representava absolutamente...

LO - O senhor falou que por muito tempo havia convênios de saúde.

LL - Mas era um número pequeno, um número reduzido e com instituições que nós mesmos selecionávamos, não é? Havia uma seleção. Basta dizer que em todas elas - ou quase todas elas - tinham médicos de nossa confiança que tinham ligações com essas instituições. Houve uma época sim que eu já falei aqui, que em algumas casas de saúde começaram a abusar, começaram a fazer o que hoje fazem a grosso modo. Isto é, o sujeito tinha que fazer um depósito etc. Por isso nós fomos cortando e acabamos fazendo um centro de cirurgia lá nos Marítimos. Nós cortamos imediatamente.

LO - Ainda uma questão sobre esse período. Qual a relação entre o DNPS e o IAPB? Ou seja, o que era o DNPS para o IAPB?

LL - Era o Departamento Nacional da Previdência Social, era o órgão que geria, fiscalizava e geria a administração em todos os atos que eram praticados! Todos os atos que eram praticados pelos IAPs eram levados ao Departamento Nacional e também havia o Conselho Superior da Previdência Social, e ainda há hoje, em moldes diferentes, cuja maioria é do governo. A maioria é do governo para os trabalhadores não terem maioria. Eles mudaram o sistema, mas existe. Agora, o DNPS não existe mais.

LO - É, o DNPS foi instituído pela LOPS, se não me engano, não foi?

LL - Foi, foi.

LO - Ele, de certa forma, geria uma administração centralizada, não é? De uma tendência, não é? Uma estação superior?

LL - É, era um órgão que ditava normas de vez em quando; exerciam, digamos assim, uma política de orientação.

LO - Como é que o senhor interpreta o esvaziamento do DNPS no pós-[19]64?

LL - O que eles fizeram aqui, eu não sei porque eles fizeram. Todo setor onde tinha representação de trabalhadores eles anularam! Deve ter sido essa uma das causas. Por exemplo, esse negócio de tirar dinheiro para Itaipu, isso tinha que, inquestionavelmente ir parar no DNPS; acho eu que tinha. Então lá o negócio ia ser brecado. A coisa chegou a um ponto tal que eles acabaram fechando os conselhos fiscais, porque acabaram com a administração colegiada. Só em 1976 e 1977 foi que o governo acabou com os conselhos fiscais. Por que? Porque, por incrível que pareça, os patrões se juntaram aos trabalhadores para fiscalizar. Estava em jogo o dinheiro deles também. Então, qualquer bandalheira, eles berravam lá, compreendeu? Naquela época não se podia berrar muito, porque havia censura, mas a coisa extravasava e vinha cá fora e, por um motivo ou outro, a gente sabia. Então, eles acabaram com o Conselho Fiscal. Nessa altura também acabaram com o DNPS, sei lá!

LO - E as relações nos anos [19]50 e [19]60 do Ministério do Trabalho com o IAPB? Como é que se dava isso?

LL - Foram sempre as melhores possíveis. Eu não tive nenhuma participação na cúpula, na época, de forma que eu honestamente não posso dizer se houve algum caso ou não. A impressão que eu tenho é que sempre foram boas as relações; mesmo no tempo do regime presidencialista, como depois no tempo do sistema colegiado, sempre foram boas. Porque nós não tínhamos medo, nós sempre administramos o instituto com absoluta honestidade, com muita calma. O nosso objetivo era cheio de ideal; era de trabalhar pela coletividade, de bem servir à classe bancária. Nós não tínhamos rabo, não é? Então essa é a questão.

MC - Senhor Leão, no início da direção colegiada, foi para a direção do DNPS o Dante Pellacani. O senhor se lembra da atuação do Dante Pellacani na gestão do DNPS?

LL - Não, não me lembro, não. Sei que é um companheiro nosso, sei que é, sempre atuou muito bem, com honestidade. Agora, detalhes eu não sei. Eu queria falar num assunto rápido, que eu acho que merece registro. Foi em decorrência do golpe militar, uns 30 dias antes do golpe militar, o Edgard, que era o presidente do instituto, me chamou - eu era diretor do Departamento de Arrecadação e Fiscalização - e disse: "Sr. Leão, nós estamos com um problema muito sério aqui. Nós descobrimos que tem um funcionário aqui no instituto que nunca trabalhou. Isso é impressionante, porque nós estamos sendo coniventes com essa bandalheira! Esse funcionário chama-se Charles Borer. E esse diabo" - a expressão dele era essa - "e esse diabo nunca trabalhou. Nós descobrimos hoje que ele só vem aqui receber o contra-cheque dele. Ele está sempre na política, ao lado do irmão dele, que é o Cecil Borer". Ele era uma espécie de - como é que chamam? - alcagüete,



não é? O senhor Charles Borer era irmão daquele diretor da Ordem Política e Social que perseguia os trabalhadores, que arrancava unha, que... sei lá! E o Edgard me disse: "Olha, o problema é o seguinte: mandei chamar você aqui porque eu quero saber se você aceita no seu departamento esse cara, porque a partir de amanhã ele vai ter que trabalhar". "Pode mandar para lá. Vou abrir o ponto dele e vou botar em cima da minha mesa, vai ter que assinar. Se ele não assinar, o azar é dele. Em trinta dias eu faço a representação, por abandono de emprego". Mas o desgraçado teve tanta sorte (risos), que ele não chegou nem a publicar em boletim coisa nenhuma. Naturalmente o, Edgard mandou colher dados, fez um levantamento da vida dele lá no Departamento Pessoal. Nesse interregno vem a Revolução e ele entrou no Instituto sim, entrou com vários policiais de metralhadora: para ocupar o Instituto, para querer ser o presidente do Instituto, denunciando e prendendo os seus próprios colegas. Essa é a história. Eu acho que vale a pena... (risos) .

LO - Faz parte da história...

LL - Eu não sei que fim essa cidadão levou, se ele é vivo ou morto, mas isso foi um fato que realmente aconteceu. Isso foi muito chato porque no Instituto, como em qualquer lugar, existem erros, não é? E esse, assim que o Edgard descobriu, tomou providência para coibir imediatamente. Infelizmente não foi possível, ele teve a felicidade de ter surgido o movimento, ele se livrou.

MC - Senhor Leão, eu queria retomar a questão da política habitacional do IAPB. O senhor disse que em São Paulo se concentrou mais a construção de conjuntos habitacionais.

LL - É.

MC - O senhor poderia me dizer por que razão isso aconteceu?

LL - Vou me referir aos últimos três anos da administração colegiada. Em São Paulo, a concentração bancária era e é muito grande. Naturalmente havia uma certa preferência, havia realmente necessidade do instituto fazer esse empreendimento lá, compreendeu? Olha, eu acho que foram mais de mil unidades residenciais para aluguel e venda em todo o estado de São Paulo.

MC - O senhor se lembra se as unidades construídas pelo IAPB eram mais para venda ou para aluguel?

LL - Eu tenho a impressão de que era meio a meio. Eu não posso afirmar assim com dados concretos porque eu não trabalhava no setor. Mas o que eu posso garantir é que, em média, estava dividido. As vendas ficavam mais difíceis de se fazer um levantamento porque elas não apareciam. Por exemplo, num edifício de 50 apartamentos, um edifício particular, tinha 3, 4, 10 apartamentos à venda. Então, os bancários se juntavam, iam lá, tinha sido beneficiado o crédito, e eles compravam. Então, num edifício de 30 andares não ia aparecer, o edifício não era só dos bancários. Agora, outra coisa que precisa ser dito aqui: não só para o financiamento da aquisição da casa própria, mas também da locação, havia uma comissão de bancários. Não era feito de qualquer jeito, havia contagem de pontos, havia um regulamento.

MC - Quais eram os critérios para que o bancário adquirisse?

LL - Havia três critérios que davam maior número de pontos. Por exemplo, os despejados...

MC - Os despejados de onde?

LL - Que tinham sido despejados de alguma casa, não tinham casa para morar. Desde que não fosse por falta de pagamento, os despejados então davam um número de pontos. O ex-pracinha, naquela época, tinha preferência. Agora eu não sei. Eles tinham contagem de ponto especial. Problemas sociais. O sujeito que morava, por exemplo, num pardieiro. Não sei se vocês já viram um pardieiro, ali perto do Catete tinha uma porção, agora eu não sei. É uma casa de família grande, que dentro é uma cozinha para dez famílias, o sujeito morava em quartos imundos, uma privada para dez famílias, uma privada toda suja, imunda, sem luz. Nesses casos também davam a preferência para contagem de pontos. Era feita a classificação por pontos, obedecendo a esses critérios, e aí começava a ser chamado.

MC - E não tinha também o critério de poder aquisitivo para pagar as parcelas?

LL - É claro que tinha. Mas eu estou falando em termos de ganhar, de ser classificado. É claro que o sujeito não ia se inscrever para comprar um imóvel que ele não pudesse pagar.

MC - Parece que, a partir dos anos [19]50, não sei em que época precisamente, os aluguéis foram congelados. E isso de certa maneira influenciou na rentabilidade dos institutos quanto ao aluguel dos imóveis. O senhor se lembra desse período?

LL - Não, não me lembro, não.

MC - De congelamento?

LL - Não, não me lembro. Os descontos da casa própria, bem como os aluguéis, eram os mais baixos possíveis. E naquela época não havia correção monetária; naquela época era a tabela *price*; vocês devem estar lembrados.

LO - Mas isso não representava um prejuízo para o instituto?

LL - Não, porque tinha um juro de 4%, se não me engano. Então o capital, a rentabilidade estava perfeitamente garantida. Agora, se o sujeito morresse, aí ficava de graça, não é? O negócio era feito direitinho, com critério. O bancário não era explorado e o Instituto também não perdia.

LO - Senhor Leão, a partir de que momento o seguro sobre acidente de trabalho é bancado pelo IAPB?

LL - Na época do colegiado havia uma diretoria que cuidava disso. Havia um seguro lá, eu desconheço como funcionava. Era até um bancário que dirigia esse... um rapaz de Pernambuco indicado pelo sindicato de lá. Agora, o acidente de trabalho ainda hoje existe, não é? Ainda hoje existe e é uma legislação toda especial; dentro da Previdência Social é uma legislação toda especial. O sujeito se aposenta integralmente...

LO - O senhor acredita que esses recursos provenientes do segurado de acidente de trabalho eram recursos significativos para o IAPB, eram recursos de monta?

LL - Olha, no IAPB isso não representava muito não, porque o IAPB praticamente não tinha problema de acidente de trabalho. Esse problema de acidente de trabalho, a presença dele, o aparecimento dele, a atuação dele, assim, estatisticamente falando, era maior na construção civil, na indústria, compreendeu? Lá sim. Mas nos bancários quase que não teve nenhum peso. Muito insignificante. Mas naturalmente a lei é também para os bancários. Ainda hoje é. Mas não tem assim peso significativo, não. Agora, sei que dá um prejuízo enorme hoje. Porque hoje tem gente aí, principalmente na área rural, que corta o dedo para poder se aposentar por invalidez. Por incrível que pareça, há muita exploração, muita corrupção nesse setor. Mas o setor onde o acidente de trabalho acontece mais é, primeiro, na área industrial e depois na área rural.

MC - Senhor Leão, quais eram no Brasil os sindicatos dos bancários mais mobilizados?

LL - Era Rio, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife. Os mais importantes, os mais atuantes eram esses, que eu saiba eram esses. Principalmente Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Depois vinha Recife. Recife também foi atuante sempre. Era mais limitado, mas sempre atuou também.

MC - Parece que a vanguarda da movimentação pela LOPS tinha muitos bancários dentro dela, não é?

LL - Tinha, tinha.

MC - O senhor se lembra das lideranças que estiveram na cabeça?

LL - Lembro de todos eles. Por exemplo, tivemos o Jorge Saltarelli, que atuou muito e hoje é falecido. O próprio Olímpio Fernandes Mello, também é falecido. Lincoln Gomes Pereira, que ainda está vivo, mora em Niterói. Eu mesmo atuei também, muito na área sindical, no sindicato. Depois aquilo foi indo para uma área mais superior, chegando a uma pequena comissão, de âmbito nacional, que elaborou o projeto.

LO - O Osmildo Staford também era líder, não é?

LL - Também. Osmildo Staford da Silva, Benício Mello, e outros em São Paulo e em outros estados que eu não me recordo. Havia atuação muito grande desses companheiros todos.

LO - Senhor Leão, voltando à administração do IAPB, nos anos [19]60, o senhor esteve mais próximo no período da administração colegiada. O que significou, quanto representava, em termos amplos, os gastos com administração e pessoal? Em que o IAPB investia mais dinheiro? Qual era a significação da rubrica administração e pessoal dentro dos gastos do IAPB?

LL - Com relação a pessoal não tenho a menor idéia, não era a minha área. Agora, eu tenho a impressão de que os gastos maiores que o Instituto fazia era com assistência médica. Esse sim, porque naquela época ainda não estava chegando a oportunidade das aposentadorias e pensões. A aposentadoria por velhice ou por tempo de serviço, só depois

de trinta anos. Como isso só começou a funcionar em 1934, só depois de 1964, praticamente, é que começaram a chover os primeiros requerimentos de aposentadoria. Mas, dois anos após veio a unificação, aí nós não temos a menor idéia.

LO - Mas uma pessoa que tivesse começado a trabalhar nos anos [19]20 e que só entrasse no IAPB nos anos [19]30, ela estava se aposentando nos anos [19]50. Mas eram poucas as pessoas, o senhor diz...

LL - Mas, pela lei, a pessoa tinha que ter um mínimo de contribuição. Se não me engano eram cinco anos. Agora, para a aposentadoria por tempo de serviço tinha que ser 30 anos, não é?

LO - No IAPB tinha que ser 30 anos?

LL - Em todos eles.

LO - O senhor se lembra que somavam, se ele trocasse de instituto somavam as datas: se ele passasse dez anos como bancário e dez anos como comerciário, ele teria 20 anos no Instituto dos Comerciários, não? Ou no IAPB, no caso?

LL - Eu acho que podia. Mas isso não estava muito bem claro. Tanto que esse foi um dos motivos da existência da LOPS, porque unificou. Hoje existe uma legislação especial que transfere, não é? Hoje há transferência até do serviço público e vice-versa. Mas eu não posso afirmar, porque não me recordo como é que isso era feito, não.

NM - Era comum o pedido de políticos no sentido de facilitar atendimentos?

LL - Atendimentos em que sentido?

NM - Pistolões pedindo empregos no IAPB?

LL - Olha, dentro do IAPB era muito difícil acontecer isso... É possível até que para outros institutos essa coisa ocorresse assim com uma percentagem maior, que existia, devia existir. Eu, por exemplo, nunca recebi pressão nenhuma, não só no cargo de delegado como no de diretor, no sentido de indicar pessoas. Agora, acredito que a superior administração, o Conselho de Administração devia receber. No IAPB essa pressão era muito insignificante, porque eles sabiam que era muito difícil o atendimento, não é? Se ocorreu foi uma coisa muito sem expressão.

MC - Senhor Leão, a Previdência Social sempre foi considerada, principalmente nos anos [19]50, até o golpe de [19]64, um dos elementos que contribuíram para a máquina política do PTB. Em que sentido o IAPB contribuiu para isso?

LL - O PTB, como partido, não contribuiu com coisa nenhuma.

MC - Em que sentido o IAPB contribuiu para o PTB?

LL - Não, nós nunca contribuimos com nada.

MC - Não havia uma influência do PTB dentro do IAPB?

LL - Não! Não! Não! Absolutamente! O PTB podia era dar apoio, e sempre deu. Nunca deixou de negar nossa reivindicação. A gente reivindicava colocar lá um presidente, um delegado, o PTB nunca disse não - se é que ele foi chamado. O fato é que a direção do IAPB era toda saída de dentro do sindicato, e dentro do sindicato nós não olhávamos essa questão, se era PTB, se era UDN, se era isso ou aquilo. Nós nunca olhamos, nós nunca olhamos. Nunca ninguém me perguntou de que partido eu era. Nunca!

MC - Senhor Leão, é conhecida a tradição de atuação do Partido Comunista dentro do sindicato dos bancários. Como é que o senhor avalia essa atuação?

LL - Dentro do sindicato dos bancários, e acredito que também nos outros sindicatos, essa atuação deve existir. Porque o Partido Comunista, os partidos socialistas, os partidos todos de esquerda, a tendência deles é, na minha opinião, conquistar os trabalhadores para as suas idéias, para defesa dos seus propósitos, não é? Agora, durante todos os anos que eu tenho vivido aqui no sindicato eu nunca ouvi um companheiro sequer levantar esse problema partidário. "Eu sou comunista! Eu quero que vocês sejam comunistas!" Eu, por exemplo, sei que o Olímpio era comunista, ele nunca negou, mas era fora do sindicato. Dentro do sindicato ele nunca levantou a voz para dizer que era comunista. O mesmo aconteceu com o Trajano.

MC - Era também comunista?

LL - Eu pessoalmente sei, mas não aqui pelo sindicato. Sei porque, por exemplo, você pega um documento de apoio ao partido e está lá assinado: Olímpio de Mello. Mas está lá como um cidadão. Agora, dentro do sindicato nunca um companheiro veio aqui e me perguntou a que partido eu pertencia, e eu pertencia ao Partido Comunista; fui no tempo que ele era legal.

MC - E no IAPB, havia atuação?

LL - Havia atuação sindical.

MC - Dentro do IAPB?

LL - Por exemplo, eu não sei, e até hoje, se você me perguntar o que o Osmildo é, eu não sei. Eu sei que ele era muito ligado ao Jango, ele dava até ordem ao Jango: "Ô Jango, você tem que fazer isso assim, assim". O Jango fazia.

MC - O Osmildo Staford?

LL - Tinha muita intimidade com ele. Isso eu sei. Então por isso eu penso que ele tivesse qualquer ligação política com o Jango. Agora, nunca perguntei. Nunca perguntei. Nunca perguntei qual era a identidade política do Benício, José Benício de Melo, que era outro também. Nunca perguntei também para outros companheiros que não estavam atuando no instituto, estava aqui no sindicato. Eu sabia que eles eram. Por exemplo, o Viegas todo mundo sabia que ele era comunista. Ele não nega. Mas aqui no sindicato eu nunca vi o Viegas dizer: "Eu sou comunista! Vem para cá colaborar comigo que eu preciso do seu apoio". Nunca, honestamente falando.

LO - Senhor Leão, o senhor poderia falar um pouco sobre o convênio da Previdência Social com o Sindicato dos Bancários?

LL - Não, não tenho a menor idéia porque são convênios é coisa da ditadura, compreendeu? Naquela época, em pleno regime ditatorial, eu acredito até que para melhorar o serviço médico, o governo criou essa lei. Lei ou decreto, eu sei lá o que é, permitindo aos sindicatos convênios em que o INPS paga uma parte, parece que a coisa é dividida em 50%. Acho que o propósito foi bom, foi no sentido de diminuir as filas. Quer dizer, fazendo no sindicato, quem vem para o sindicato deixa de ir para a fila lá no ambulatório do INAMPS. Aqui nos bancários tem esse serviço, tem uma clínica médica. Hoje funciona ali atrás do Banco Boa Vista, não sei como é o nome daquela rua. Dentista sempre teve. Desde o tempo da inauguração do sindicato que aqui dentro tem gabinete dentário. E ele foi ampliado, foi muito ampliado. Ainda não havia essa lei, depois é que veio esse ato governamental permitindo esses convênios. Hoje quase todos os sindicatos têm. Há gente que é contra. Eu não sou contra, desde que seja para melhorar. Se você for a Belo Horizonte, por exemplo, no sindicato de Belo Horizonte eles têm uma clínica médica dez vezes superior à nossa. Eles têm umas 12 ou 15 clínicas, têm um laboratório de análises, têm um pequeno aparelho de raio X - eu acho que é abreugrafia até - têm serviço de prótese. Agora, o sujeito paga! Um preço simbólico, mas paga. Por exemplo, para prótese ou para uma consulta médica; não se paga. Tem até uma pequena farmácia: Como tem também fora, num outro prédio, um ginásio para os filhos. Há quem seja contra isso.

MC - O senhor não acha que isso está dentro de uma política de transformar o sindicato em um órgão de Previdência Social? Órgão de assistência?

LL - Não sei. Eu sei que a atual diretoria do sindicato não olha com bons olhos, eles acham que o sindicato é um órgão de luta, entendeu? Eu também acho, até certo ponto eu também acho. Agora, isso não impede que o sindicato tenha uma colônia de férias, que tenha uma praça de esportes, que tenha uma barbearia. São atrativos para que o sujeito possa se juntar. Porque nem sempre o sujeito pode lutar. Nem sempre você pode brigar. A situação atual, por exemplo, que briga pode o cidadão transar aí para conseguir alguma coisa? Pode? Com esse Plano Cruzado?

LO - Eis aí uma boa pergunta. Já que o senhor é secretário de Previdência Social da diretoria do sindicato, que propostas o senhor tem?

LL - A proposta que eu tenho é a seguinte: o sindicato não deve abdicar do seu direito de reivindicar, de lutar em defesa dos interesses da coletividade. Mas essa questão de ter uma barbearia, de ter um gabinete dentário, de ter uma assistência médica, eu acho que é uma obrigação que o sindicato tem. Você vai em São Paulo, que politicamente hoje está muito mais adiantado que nós aqui, na área sindical; você vai, por exemplo, em Praia Grande, cada sindicato tem uma colônia de férias lá. E tem o pessoal do ABC lá, o pessoal que briga. Tem os metalúrgicos. Nós estivemos hospedados na colônia de férias dos metalúrgicos de São Paulo, lá em Praia Grande, próximo de Santos. Então, eu acho uma besteira dizer: "Não, o sindicato é para luta!" É para luta, eu sei, mas, nada impede que ele se organize para conquistar, para manter os seus associados. Chega uma época em que não há possibilidade de você brigar. Como é que vai fazer? Vai todo mundo embora? Você tem que manter o pessoal congregado, não é? Essa é uma opinião minha. Por exemplo, o Sindicato do Rio de Janeiro era o sindicato mais rico dos bancários. Era!

Agora está atravessando - pelo que eu escuto falar, também não sei - está atravessando uma certa dificuldade, não sei porque. Eu acho que nada impede que o sindicato tenha o seu departamento cultural. Antigamente, aqui no nosso sindicato, se dava festa de carnaval, inclusive infantil, de tarde, para os filhos dos bancários. Festas fabulosas, com distribuição de prêmios. E à noite para os adultos. Coisa muito boa, familiar. O sujeito pagava o ingresso bem mais barato que qualquer clube aí fora, mas fazia. Nós temos uma sede campestre. Vocês sabem, ou já ouviram falar? Nós temos uma sede campestre aqui em Jacarepaguá. Eu acho que ela devia ser ampliada, acho que lá deviam construir apartamentos, assim como eu vi em Praia Grande. Conjuntos com um quarto, com cama beliche de um lado e do outro e com um banheirozinho. Amanhã vem um congresso, por exemplo, de trabalhadores, de bancários mesmo, podiam dormir lá. Agora mesmo teve um pessoal que chegou do Norte, eu fui informado que dormiram aí no chão. Podia ir para lá, não é? Belo Horizonte tem um restaurante excepcional de bandeja, nós não temos. E lá o sindicato é financeiramente pelo menos 20 vezes inferior ao nosso. Tem um belíssimo restaurante no salão de assembléia. As mesas são todas desmontadas quando tem assembléia. Então, não acho nada demais ter uma assistência. Não pode é crescer demais para suplantarmos o INPS, o INAMPS. Ainda mais se o INAMPS ajuda. Se eu sou bancário, se eu estou acostumado a ter um atendimento melhor, para que é que eu vou ter que enfrentar uma fila de dois quarteirões no posto médico do INAMPS, se eu posso ter aqui, com a ajuda do próprio INAMPS? Eu venho para cá.

LO - O senhor falou em restaurante. E o SAPS\*, na Previdência Social?

LL - Foi muito bom. Infelizmente acabaram. Duas coisas que a Previdência não devia acabar: foi o SAMDU e o SAPS. O SAMDU era Serviço de Assistência Médica de Urgência; você estava passando mal, precisava de uma ambulância, a ambulância ia lá, o médico ia lá, levava até oxigênio, resolvia o seu problema. Se era caso de remoção, removiam. Hoje em dia a coisa mais difícil do mundo é você fazer uma remoção, sabia? Você quer e não vem, não tem ambulância, você chama um táxi. Se o sujeito pode pagar põe no táxi. E se o cara morre no meio da viagem, olha a encrenca! O motorista não vai nem levar por causa disso. Então, eu acho que foi gravíssimo acabar com o SAMDU, e o SAPS também. Pelo contrário, devia aumentar até! Nós tivemos ali, na Praça da Bandeira - o SAPS era ali - um restaurante formidável, que facilitava. Era uma alimentação boa, sadia.

LO - Mas o senhor não considera que o SAPS é um benefício muito grande para um pequeno número de trabalhadores?

LL - Não, era pequeno porque ele iniciou e parou.

LO - Ele não era concentrado em São Paulo?

LL - É, a obrigação era ampliar, era ter um grande em cada capital, em cada município grande, como Campinas, Sorocaba, cidade de Santos. Um, ou dois, ou três. Ele não era de graça! Agora, tem que acabar com o paternalismo. Isso eu sou contra! O sujeito pagava pouco. Se vai pagar dez cruzados, ou 12 cruzados por um prato de comida aí fora, lá pagava a metade. Então, puxa meu Deus, isso não era bom? Desde que não desse prejuízo,

---

\* SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social.

fazendo com honestidade. Não vai fazer disso um cabide de emprego, não é? Bem administrado, com economia, funcionava! Eu acho que não tinha nada de mal!

MC - O senhor está falando em cabide de emprego e paternalismo, por que? O SAPS era assim?

LO - Não! Não! Eu não sei!

MC - O senhor não se lembra se na época...

LL - Não sei, honestamente... Eu estou falando de um serviço que viesse trazer benefícios aos trabalhadores. É sob esse aspecto. Se havia corrupção, empreguismo, eu não sei, eu estou fora. Agora, eu acho que são dois serviços que deviam continuar a existir. Aliás, a primeira reunião que tiver da nossa assessoria com o Viegas, eu vou lembrar a ele: a volta do SAMDU e a volta do SAPS. Por que não? Com outro nome que queiram dar.

LL - O senhor se lembra dos serviços dos SAPS, além dos refeitórios que ele tinha?

LL - Havia cursos de culinária, eu me lembro bem. O mal é que essa coisa não se espalhou, ela se restringiu a um lugar, quando devia se espalhar por todo país. Em cada capital, em cada grande cidade devia ter um grande restaurante. Aqui no Rio de Janeiro, devia ter mais de um, até. São Paulo, por exemplo, nas zonas que concentram maior número de operários, devia ter. Hoje em dia nós sabemos que essas grandes indústrias têm restaurante. Não sei se isso aí importaria em duplicidade, não é? Desde que a coisa não viesse a ficar demasiadamente grande, onde houvesse necessidade, deveria ser implantado um restaurante desses.

MC - Senhor Leão, voltando à questão partidária, o senhor se lembra da atuação da UDN em relação à Previdência Social? Em termos da discussão do Parlamento, o senhor se lembra qual era a posição da UDN ou dos partidos em geral?

LL - Não tenho a menor idéia. Sinceramente, não tenho.

MC - Daquela mobilização pela LOPS...

LL - Bom, aí no caso da LOPS conseguiu-se um consenso de todos os partidos que integravam o Congresso. Houve um consenso, o projeto foi aprovado - até nem demorou muito tempo - e o Presidente assinou. Fora isto, eu não tenho a menor idéia da atuação. Eu acho que a UDN, no caso particular da UDN - eu acho que ela nunca ligou muito para isso, não. O problema dela era botar o governo abaixo, acabar com a ditadura. (risos)

MC - Acabar com a ditadura?

LL - É. A ditadura do Estado Novo; a briga dela se concentrava nisso. E depois tinha o Lacerda. O Lacerda era um homem muito inteligente, a gente tem que reconhecer, mas a inteligência dele era no sentido de destruir o inimigo da UDN, que ele achava que era o Getúlio Vargas com o Estado Novo. Com isso, criou-se essa situação toda que está aí até hoje. Veio o suicídio do Getúlio, aquela coisa toda. Vocês se lembram da República do Galeão, não é? Aquela história do Major Vaz teve um pouco de política aí. Eu não estou defendendo, nem estou acusando, mas tudo aquilo não passou de mera provocação. Que



tinha erro do governo tinha, mas que se apontasse aquilo com honestidade, sem problemas. Todo mundo sabia que esse Major Vaz era uma espécie de guarda-costas do Lacerda. Todo mundo sabia. Esse major e outros. Tanto que isso é verdade que quando deu aquela confusão, estabeleceram a tal República do Galeão lá, não é? Por exemplo, o Juscelino, que é um político, é bom político. Você vê que as duas tentativas de golpe que a UDN fez contra ele, ele perdoou.

MC - Senhor Leão, no final dos anos [19]50 início dos [19]60, o movimento dos trabalhadores em geral, começou a desenvolver grandes mobilizações, até dando um salto de qualidade em termos de organização - a criação da PUA, da CGT - e grandes lideranças começaram a se destacar no movimento dos trabalhadores. Eu gostaria de saber o seguinte: o senhor acha que as grandes lideranças sindicais foram sensíveis em termos da Previdência Social?

LL - Não.

MC - Por que?

LL - Vou dizer porque. Na época em que o Brasil entrou novamente no regime de democracia - antes do golpe de 1964- quando acabou a guerra e acabou o Estado Novo, nós iniciamos uma nova fase democrática de transição de uma ditadura para uma democracia. Os trabalhadores, nós trabalhadores, não soubemos aproveitar, na minha opinião. Então, começaram a meter os pés pelas mãos. Vocês se lembram, era greve todo dia, por "dá cá aquela palha" se fazia uma greve. Então, esses companheiros, eles foram apenas instrumentos de políticos safados para criar um estado de coisas prejudiciais a eles próprios. Eu vou citar um exemplo: era governador aqui do Rio, da Guanabara, o Carlos Lacerda. Então, fazia-se aquelas greves, eu vou citar uma delas: de ônibus, bonde, de lotações. Fizeram uma daquelas greves porque não chegavam a um acordo. Muito bem, os patrões faziam dissídios, iam para a Justiça do Trabalho; a Justiça de Trabalho decretava o...

## **Fita 5 – Lado A**

LL - Aumento para essa categoria. Mas como em todas elas acontece, para pagar o aumento dessa categoria - dos motoristas de ônibus, lotações e bondes - tinha que haver um aumento das tarifas, das passagens. Mas o aumento das tarifas e das passagens era problema do governo do estado; quem decretava essa tarifa era o governo do estado. Então ficava na dependência de um ato do governador para que esse aumento fosse cumprido. Mas o governo do estado. Então ficava na dependência de um ato do governador para que esse aumento fosse cumprido. Mas o Lacerda não dava, começava a amarrar, amarrava de propósito. Isso chegava ao conhecimento dos trabalhadores, e os trabalhadores acabavam indo em comissão ao governador: "Como é governador, é preciso assinar esse negócio aí, nós queremos nosso aumento que não sai, já tem um mês". "Mas está dependendo de que"? "O senhor tem que aumentar as tarifas". Era assim porque tinha que aumentar o preço das passagens para poder dar aumento a eles. Ele disse: "Olha, não

contem comigo, que eu estou aqui para defender os interesses do povo... Eu não dou aumento nenhum!" "E agora, como é que vai ser?" "Que se danem, façam greve!" Ele já fazia de propósito, estava brigando com o Jango... E os trabalhadores, mal representados - eu não estou dizendo mal representados por maldade, diabolicamente. É porque não tinha uma liderança sadia e que compreendesse o sentido do que é que estava acontecendo, que o Lacerda estava se servindo dos trabalhadores como um instrumento para política dele contra o Jango. Então eles vinham cá para fora e faziam a greve. Quando faziam a greve, o governo caía com a polícia e a pancada em cima, porque não entrava todo mundo em greve. Em uma categoria, digamos, com 20.000 pessoas, 500 entravam em greve, aí já viu que a polícia entrava de cacete, inclusive com o Lacerda na frente. Foi isso que aconteceu nos anos de 1961, 1962, 1963. Então criou-se a CGT. Houve até um caso na Central do Brasil, não sei se é verdade. Consta que um operário lá tomou um pileque no botequim, e começou a dar uns tiros. Foi preso, e no dia seguinte a Central entrou em greve por causa disso. Se foi verdade, eu acho um absurdo. Acho que a greve é um recurso legal que os trabalhadores têm, e que deve ser usado com responsabilidade, e como último recurso; não é fazer greve por querer fazer. Vou citar um exemplo recente, está se repetindo agora; o Arsenal de Marinha parece que tem cinco ou seis mil operários. Decretaram uma greve, então o que foi que aconteceu? Não chegou a mil os que entraram em greve, a maioria ficou trabalhando. Sabe o que aconteceu? Mais de 800 foram demitidos, chefes de família e tal. De quem é a culpa? A responsabilidade? Quem fomentou? Então, eu acho que a greve é uma coisa muito séria, ela é o recurso que o trabalhador tem, o recurso legal, legítimo, mas só deve ser usado quando a liderança sentir que é para valer, que vai todo mundo entrar, senão... Se for uma insignificância, o resultado é esse. Então não se vai comprometer um chefe de família, jogar um cara no desemprego, não é?...

MC - Nas greves políticas, nas greves econômicas existentes à época, a questão da Previdência Social era um ponto de destaque?

LL - Eu não me lembro, não me recordo. Eu só me recordo que se fez um movimento grevista de previdência, pelos bancários, em 1934, que eu já falei aqui.

MC - Foi o único que o senhor se lembra. O senhor se lembra depois, de mobilizações...

LL - Que eu me lembre não. Depois disso, que eu me lembre, veio a LOPS, mas não houve greve. Não houve greve.

LO - Não houve uma ameaça de greve pela aprovação da LOPS?

LL - Não que eu me lembre.

LO - Não se ameaçou, os trabalhadores não ameaçaram?

LL - Não, que eu me recorde não, sinceramente. Houve sim, pressão, pressão da cúpula, das confederações, federações, que foram procurar os parlamentares, fizeram pressão daqui, dali, para voltar, para passar logo. Isso tudo houve, inclusive junto ao Presidente Juscelino, no sentido de votar sem veto, e que foi conseguido. Mas, cogitação de greve, eu não me recordo que tivesse havido.

MC - Senhor Leão, alguns líderes sindicais dizem que quem conhecia a Previdência Social eram os pelegos. O senhor concorda com essa colocação?

LL - Não, não. Eu não concordo, não. Em matéria de Previdência Social, sem que eles sejam os donos do negócio, houve e há participação de trabalhadores. Vocês peguem todos os jornais do sindicato, ou jornal oficial, em todos eles você vê que tem assunto de Previdência.

LO - O senhor teve a oportunidade de fazer um depoimento frente à CPI da Previdência?

LL - Tive, no Senado Federal.

LO - Isso foi em que ano?

LL - Acho que foi em 1982.

LO - O senhor podia narrar mais ou menos para gente qual foi o conteúdo desse depoimento?

LL - Posso. O problema é o seguinte: desde 1981 ou melhor, desde 1979, 1980, a situação da Previdência Social começou a se agravar e se tornara pública, ser vazada para a imprensa, as dificuldades, a redução de benefícios. De forma que desde aquela época que nós vínhamos atuando, eu estava em Belo Horizonte, não estava aqui, e lá já através do sindicato, eu prestava também uma colaboração com relação a esse assunto. Vim para cá em 1978, 1979. Em 1980, 1980 e poucos, começou. O departamento já existia no estatuto, mas na prática não funcionava.

LO - Departamento de Previdência Social?

LL - Não, Departamento de Aposentados. Então o Departamento de Aposentados passou a funcionar. Foi eleita a primeira executiva, desde aquela época eu faço parte. Então, nós começamos a atuar junto às autoridades, junto à categoria, levantando os problemas. Então a coisa foi se alastrando. Desde aquela época, nós começamos a denunciar, fizemos carta ao Ministro, levamos para os jornais... Eu me lembro bem que eu, pessoalmente fui levar uma carta, a cópia da carta ao *Jornal do Brasil*, e o *Jornal do Brasil* não publicou. Um mês depois levei ao Ministro, Ministro Jair Soares, uma carta levantando esse problema e pedindo que ele cumprisse com o dever dele, com a missão dele de denunciar aquilo, para gente consertar. Trinta dias depois eu voltei ao *Jornal do Brasil*, procurei saber porque, então me levaram à presença do redator-chefe e o redator-chefe mandou ver no arquivo, a carta estava lá. "Olha, o senhor está com toda a razão, mas a carta não foi publicada não por nossa vontade, mas por determinação da direção do jornal. Inclusive, aqui muito particularmente, o jornal também está comprometido, o jornal deve à Previdência; então, a ordem foi botar na gaveta". Então você vê a situação da gente! Você denuncia, mas nem a imprensa pública... Não é que o redator não queria, o redator autoriza, mas a direção tem os seus interesses políticos, está pendurada no Banco do Brasil, não pode atacar o governo (risos). Então, aconteceu o seguinte: nós pedimos ao governo que fosse feita uma auditoria. Nós sugerimos ao governo que fizesse uma auditoria. Como naquela época tudo o que a gente fazia aqui era endossado pela diretoria do sindicato, então foi entregue um trabalho nosso, mas quem assumiu a responsabilidade era a diretoria. Pedimos a auditoria. Bom, fomos mais uma vez à Brasília, conversamos

com autoridades, com parlamentares, e por fim conseguimos que, ao invés de uma auditoria, surgisse essa Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado. Nós estivemos lá, imediatamente assim que foi constituída, nós batemos lá. Aí dissemos ao presidente - que é o Senador Jailson Barreto, e o secretário era o Chiarelli - que nós fazíamos questão de prestar o nosso depoimento, e ele nos tranquilizou. Disse: "Não, eu tive ocasião de prestar um depoimento em nome do sindicato dos bancários".

NM - Qual foi a tese que o senhor levou em nome do sindicato?

LL - A tese foi fazer um histórico da Previdência, denunciando todas as irregularidades, citando números, dados, documentação. Nós fizemos uma coleta na imprensa de todo o país, de tudo que saía a respeito das imoralidades, inclusive a denúncia contra o filho do General Golbery do Couto, o filho do Amaury Kruel, envolvido numa bandalheira de bilhões e bilhões de cruzeiros contra não só a Previdência, mas contra o próprio Tesouro Nacional. Tudo nós denunciávamos. Eu tenho aí a cópia. Prestamos esse depoimento de mais ou menos uma hora e juntamos uma pasta com documentação. Pedimos que aqueles depoimentos fizessem parte integrante da CPI, e isso prosseguiu três anos. Acontece que essa comissão nunca concluiu!

NM - Por que é que ela não concluiu?

LL - Não sei. Agora, recentemente, um dos últimos a prestar depoimento foi o Delegado Romeu Tuma. E levantou aquele problema de São Paulo, do INAMPS, da assistência médica, fraudes em que o instituto foi lesado em bilhões e bilhões de cruzeiros. Vocês devem ter lido nos jornais, inclusive nós temos um depoimento do Delegado Tuma, nós pedimos, e como nós participamos, nós temos o direito. A gente escreve para lá, eles mandam uma cópia. Agora, toda vez que há uma assembléia, a gente apresenta uma moção pedindo, por exemplo, que a comissão conclua os seus trabalhos o mais cedo possível e indique à nação os responsáveis pela crise, pelo caos existente na Previdência, para que eles sejam convenientemente punidos. Isso a gente sempre passa por telegrama...

NM - Paralelo a isso foi criada uma Federação de Aposentados?

LL - Não, a Federação já existia. Foi criada a Confederação.

NM - Já existia. E qual tem sido o trabalho da Confederação no sentido de viabilizar uma resposta mais imediata?

LL - A Confederação foi criada o ano passado, em outubro, não tem ainda um ano. Então a atuação dela virou-se inicialmente para dois problemas; aliás, três problemas importantes: a administração colegiada, o fim do parágrafo segundo do Decreto 1910, que é o desconto do INAMPS e a reposição salarial dos aposentados. E tudo caminha. Por exemplo, o 1910 já foi eliminado. Discute-se atualmente a participação dos trabalhadores através de uma comissão paritária, que está funcionando.

MC - Onde?

LL - Funciona ora em Brasília, ora aqui.

MC - Não, no Ministério da Previdência Social. O presidente é representante do Ministro da Previdência. É um grupo formado por 19 pessoas, tem seis trabalhadores já, inclusive dois aposentados, que é o Obed, que é o presidente da Confederação, e o Viegas, que é vice-presidente.

NM - Em 1983 o senhor Roberto Campos lançou um projeto de lei, o 136.

LL - É, o 136-83...

NM - É, que tende a privatizar a Previdência Social. Qual é a posição do Sindicato dos Bancários e a sua posição em relação a esse projeto?

LL - Totalmente contrário, não só nós, mas todos os trabalhadores são contra, porque se por infelicidade nossa esse projeto for transformado em lei, é o fim da Previdência Social no Brasil. É aquele sistema que foi implantado no Chile, que eles querem fazer aqui. A Previdência passa a ser toda privatizada, porque se permite o decreto. Inclusive ele nem consulta sindicato nem coisa nenhuma. Dentro das próprias empresas o patrão reúne os empregados como se fosse um sindicato, junta numa assembléia e: "Olha, vamos fazer isso assim, porque é melhor, por isso e por aquilo, e tal, que a lei permite". Ninguém vai ser contra, porque é o patrão que está fazendo mesmo. Ele faz uma certa coaçãozinha lá dentro, então pega e desliga. De acordo com esse projeto, o sujeito sai da Previdência, e vai para uma instituição privada, passa a contribuir. Então o que vai acontecer é o seguinte: milhões e milhões, milhares e milhares de empresas vão fazer isso. Então, isso é dinheiro que deixa de entrar. Então esculhamba com a vida da Previdência Social. É para proteção das multinacionais, das Golden Cross, das Blue Cross, das Unimed, e não sei o que; enfim, tudo isso que anda por aí. Não só com relação à assistência médica, mas à assistência pecuniária, porque tem a Previdência privada pecuniária, que é a CAPEMI, por exemplo, o Montepio da Família Militar, que foi à falência recentemente. Dezenas e dezenas de outras estão aparecendo aí. Existe as que se dedicam especificamente à Previdência médica e existe as que se dedicam à Previdência fechada, à Previdência privada. A fechada nós não somos contra. Agora, a aberta nós somos contra, porque a aberta vai fazer concorrência. Por exemplo, vou citar o Banco do Brasil: eles têm uma caixa lá deles. É uma previdência privada. O pessoal do porto tem a PORTOBRÁS, parece que tem. Então, eles contribuem, eles complementam o instituto. Você ganha, por exemplo, 6 milhões, o Instituto só dá três, e eles complementam com os outros três. Mas é fechada, interna, a empresa mantém aquilo. Tudo bem. Nós não somos contra não. Agora, aberta nós somos contra, não porque ela vai liquidar com a Previdência Social, porque aí entram as multinacionais. Eu vou citar um exemplo: uma grande empresa, vamos dizer, a Volkswagen é uma grande empresa. Então ela chega lá (TI) se desliga, faz um ofício baseado na lei, se desliga do INPS e faz a sua instituição própria. Não só de assistência médica, como financeira; dá aposentadoria e pensões. Então, com relação à assistência médica, não tem problema; tem problema, mas não muitos, mas a financeira tem. Eu vou citar um exemplo: você é da Volkswagen, a Volkswagen se desligou, não paga mais para lá, paga cá. Aí você trabalha 25 anos. Bom, se nesse interregno você morreu, deixa pensão para família, ou se ficou inválido, se aposenta por invalidez. Mas se você chegou aos 25 anos de trabalho, a empresa por qualquer motivo mandou você embora, aí você vai trabalhar nas Casas Pernambucanas, por exemplo, que não tem instituição privada, eles continuam filiados. Aí como é que fica a história? Transfere as contribuições daqui para lá? Não! A lei não prevê. Então você vai começar tudo de novo lá na Casa Pernambucana (risos). Você está entendendo? E no caso da assistência médica?

Vou citar um outro caso: a lei que está em vigor, não só a LOPS como a que está em vigor, a CLPS\*, diz assim: "O trabalhador que pagou a Previdência durante um ano e foi despedido, tem um ano de graça". Vocês sabem disso? Tem um ano de graça, todos os direitos. Se ele tem mais de dez anos e for despedido, ele tem dois anos de graça. Então sabe o que acontece com uma empresa que tem um convênio com assistência médica? Ele não tem direito à assistência médica do INAMPS, porque a firma preferiu pagar uma particular - e a lei permite isso - e a primeira coisa que a empresa faz quando demite é tomar a carteirinha da Unimed, da Bradesco, não sei o que, essas organizações que tem aí. Toma! Então, aí o trabalhador, ou dependente, a esposa ou sei lá, precisa de assistência médica...

LO - Tem que entrar na justiça...

LL - Não, aí ele vai lá, vai na empresa, ele diz: "Não, aqui o senhor não tem mais direito, foi despedido". Tomam a carteira. Aí vai no INAMPS, chega lá o INAMPS pede a carteira. "Você está trabalhando"? Não! "Cadê a carteira?" Se está lá contribuindo para Unimed ou outro nome qualquer: "Aqui também não pode, o senhor contribuiu para cá". Então o cara fica a ver navios. Nós já fizemos um expediente ao ministro, desde o tempo do Jarbas Passarinho, e até hoje não recebemos resposta nenhuma. Já escrevemos para o Waldir Pires, já escrevemos para esse atual e até hoje não chegou resposta nenhuma. Então, é uma situação de fato que existe. Agora, imagine se essa lei, se esse projeto passar. Então nós somos totalmente contra, e toda vez que a gente tem oportunidade em qualquer assembléia, a gente procura logo apresentar uma moção no sentido do repúdio, do nosso protesto, repúdio total com relação ao projeto de autoria do Senador Roberto Campos. E é aprovado, e vai. Agora, nós esperamos que o Senado não aprove esse troço.

NM - O senhor participou da VIII Conferência Nacional de Saúde?

LL - Participei.

NM - Como representante delegado...

LL - Do sindicato.

NM - Do Sindicato dos Bancários?

LL - Participei.

NM - E lá o senhor levou um trabalho, não é?

LL - Não!

NM - Um projeto?

LL - Não, não levei trabalho, eu fiz algumas anotações. O que eu levei de concreto foi uma cópia da carta que mandamos ao Ministro Waldir Pires, contra a transferência do INAMPS, que era quase certo que esse assunto fosse discutido.

---

\* CLPS - Consolidação da Legislação da Previdência Social.

NM - Contra a transferência do INAMPS?

LL - Contra a transferência do INAMPS para o Ministério da Saúde. E levei, fiz anotações; e levei porque a gente era contra. Não basta dizer que é contra, tem que dizer porque, tem que esclarecer. Então, a reunião foi muito boa, teve perto de 4 mil delegados e participantes, inclusive eu, como delegado, participei de uma comissão lá, nem me lembro o número.

NM - Vigésima sétima?

LL - É! Mas como sempre acontece nesses congressos, constituída a mesa, tudo cheio de muita gente, todo mundo falou na mesa o tempo que quis. Agora, cá no plenário, instalaram nove microfones para os debates, mas o cara do plenário que quisesse intervir, fazer perguntas ou sugestões, tinha direito a três minutos. O que é que se pode dizer em três minutos? Eu me inscrevi imediatamente, eu queria dar o meu palpite lá, mas quando chegou a minha vez, o presidente da mesa disse assim: "Olha, dado o adiantado da hora!" Aquela conversa de sempre, "eu pergunto ao plenário se posso reduzir para dois minutos". Quer dizer, aí foi aprovado dois minutos, então eu comecei a ler, aí um cara disse: "Olha, o senhor só tem cinco segundos". "Então eu vou parar aqui, e vou encaminhar à mesa as minhas sugestões, as minhas ponderações, para ver se é possível a mesa acatá-las, para levar em consideração. E eu lanço aqui, agora, o meu veemente protesto, porque a gente vem de longe para debater assunto importante, chega aqui não tem vez". Tinham vários ministros, várias autoridades. Falou o Ministro da Saúde, deu lá os palpites dele. Depois que o ministro falou, falou o consultor jurídico do Ministro da Saúde durante uma hora. Quer dizer, não cabia mais ele falar porcaria nenhuma, porque o ministro já tinha falado. O cara ficou uma hora dizendo a mesma coisa, repetindo, repetindo, repetindo.

LO - Que posições o senhor tinha contrárias à incorporação da Previdência Social ao Ministério da Saúde?

LL - Eu vou falar, então eu protestei na ocasião pelo fato de não darem oportunidade ao maior interessado, que é a platéia, os delegados, os quatro mil que compareceram... É claro que os quatro mil não iam falar, mas pelo menos cada grupo deveria ter um destacado lá para falar. Dois minutos, o que se pode dizer em dois minutos? Um troço de tamanha importância. Então me reservei o direito de, lá na comissão, falar. Então além de estar por escrito, não sei se a mesa levou em consideração, mas na comissão levantei o problema, protestei novamente e disse qual era nossa posição. A nossa posição era de que realmente o problema da saúde deveria ser discutido de uma maneira mais ampla, mais abrangente, e dei as razões. Que o Estado tinha que assumir esse negócio, que não era possível o Ministério da Saúde com uma verba de um trilhão seiscentos e setenta e poucos bilhões - foi essa a verba do ano passado - para atender o Ministério da Saúde, pudesse fazer alguma coisa. Então, como os ministros da Saúde estão amarrados de pés e mãos, vem o problema da transferência do INAMPS para o Ministério da Saúde. Mas isso não é novidade, existe uma lei que manda transferir. A lei que criou o SINPAS, que é o Sistema Nacional de Previdência permite, determina lá a transferência do INAMPS e da CEME\* para o Ministério da Saúde. Não transferiram por causa das pressões que estão sendo feitas até hoje. Além do SINPAS, permite também a cobrança dos serviços médicos dos segurados e dependentes, o que é um absurdo. Quer dizer, você paga e vai ter que pagar. Você paga todo mês para ter direito. Só não foi implantado ainda porque eles não têm condições de cobrar: para cobrar vai ter que botar guichê, botar funcionários, encher

papel, entendeu? Por isso é que eles não cobram, mas a lei manda. Então nós somos contra. A CEME já levaram, mas como a CEME não é coisa que interessa muito à Previdência, é negócio de remédio, fazer remédio, então o papel dela mesmo é lá, e como não leva recursos da Previdência - sai se não me engano do FINSOCIAL\*, então tudo bem. Agora explico porque nós somos contra a transferência do INAMPS. Primeiro de tudo, a assistência médica foi criada no âmbito da Previdência social não foi por acaso não. Desde que se começou a criar as primeiras caixas é que tinha serviço médico. Uns menos, outros mais, mas quando criou-se o IAP, veio a assistência médica. Para quê? A assistência médica foi criada na Previdência para evitar as aposentadorias por invalidez e as pensões por morte. Não foi para fazer favor ao trabalhador não, foi para evitar despesas. Tendo assistência médica cuidando do segurado e dos seus familiares, com isso prevenia uma possível morte, uma possível invalidez, uma doença, uma tuberculose.

NM - O INAMPS hoje consegue atender esse...

LL - Em parte consegue. Existe um ditado que diz assim: "ruim com ele, pior sem ele". Porque o INAMPS a gente pode consertar e o Ministério da Saúde não, porque foge à nossa atuação, nós não pagamos nada para o Ministério da Saúde, a não ser pelos impostos que todo brasileiro paga, mas nós particularmente trabalhadores, nós somos segurados da Previdência, nós pagamos a uma instituição que foi criada para nos atender. Então você paga, você desconta tanto por mês para ter direito à aposentadoria, pensão e assistência médica, mas eu vou dizer porque. Um dos motivos é esse, foi para prevenir. Outro argumento: o serviço médico do Instituto tem um imenso patrimônio, que custou dinheiro do trabalhador. Esses ambulatórios, esses hospitais, que estão espalhados pelo Brasil - que são poucos, mas que foi feito com o dinheiro do trabalhador e não do governo... Como é? O material cirúrgico, o instrumental todo, os aparelhos caros que existem aí, isso tudo vai de mão beijada para o Ministério da Saúde? Por que? Cabe ao Estado dar saúde à população através dos impostos, através do seu orçamento, e não tirar dinheiro do trabalhador, compreendeu? Onde é que fica esse patrimônio todo? Vai de mão beijada? Nós somente concordávamos - dizia eu lá no Congresso - com essa transferência se o dinheiro que é gasto no INAMPS ficasse na Previdência, e levasse tudo para lá: os médicos, os enfermeiros, os funcionários burocratas, levasse os hospitais, tudo. Tudo bem. E aumentasse a verba para sustentar aquilo tudo - que é obrigação do Estado - mas que o dinheiro do INAMPS ficasse aqui, para reduzir a nossa contribuição e aumentar o valor das aposentadorias e pensões. Aí sim, fora disso não. Agora, quem quiser conhecer o que é o Ministério da Saúde, que vá conhecer Curicica, por exemplo, que vá conhecer o Pedro II, que vá conhecer em São Paulo; para conhecer em São Paulo tem um outro muito célebre, conhecido quando o cidadão é tratado pior do que indigente, o Juquery, sei lá, é um nome assim! Existe hospital bom do Ministério da Saúde, existe. Existe aqui o do Câncer, na Praça da Cruz Vermelha, mas é uma fundação, recebe dinheiro até do estrangeiro. Então funciona, mais de uma maneira geral é uma porcaria. O Ministério da Saúde não funciona. Onde é que estão - eu perguntei lá - aqueles empregados do Ministério da Saúde que combatiam o mosquito? Engraçado que naquela época não tinha os mosquitos ainda, sabe? Os africanos, onde é que estão? O Serviço de Febre Amarela, aqueles caras que todo mês iam nas nossas casas, com aquela lanterna para ver a água, para ver se tinha larva... Cadê? Nem isso existe! Eu não estou culpando propriamente o Ministério da Saúde, eu estou culpando os homens, o governo, porque para que o Ministério da Saúde possa funcionar, é preciso que tenha dinheiro. Agora, não de trabalhador, pelo amor de Deus! Que tire dos impostos e ponha lá. Que faça o Ministério da Saúde funcionar, mas não com o nosso dinheiro. Esse é o nosso ponto de vista. Então,



sugeri lá na reunião a possibilidade de se aumentar essa verba, propor ao governo que essa verba, esse um trilhão e seiscentos mil da época, pulasse para dez vezes mais! Aí sim, aí o Ministério da Saúde podia fazer alguma coisa.

NM - O senhor considera que a Nova República criou fatos novos na área da Previdência Social?

LL - Olha, na minha opinião, até agora não criou coisa nenhuma. Ela criou, face aos nossos insistentes apelos e reivindicações ao Ministério da área, nós temos hoje - aliás, recebemos com bom grado, um decreto do Presidente da República criando um grupo de trabalho que vai repensar a Previdência Social. Já é tempo. Então, foi nomeada uma comissão de 19 pessoas, dentre elas nós temos seis representantes dos trabalhadores, inclusive dois aposentados. Como vocês sabem, fazem parte dela o presidente da confederação nossa, o Obed, e o Viegas que é o vice. Essa comissão está trabalhando. Aqui no sindicato existe um grupo que assessora o companheiro Viegas. Tudo que se passa lá, ele trás para cá para gente examinar e dar o nosso palpite, a nossa opinião, e ele pode seguir uma orientação não só dele, mas de uma maneira geral. Bom, isto é um fato concreto, e acredito que se o governo levar a sério, ela vai ser boa, vai servir. Temos um projeto nosso para a nova lei orgânica, que nós juntamos a essa comissão, entregamos para servir de modelo; não digo em sua totalidade, mas eles podem aproveitar muita coisa que está lá, porque os tempos são outros. Agora, através de outro decreto, criou um Conselho Superior da Previdência Social, em que cada estado vai ter um representante dos trabalhadores. Também é um lado bom, resta saber como é que vai se processar a indicação desses conselheiros. Criou também, por outro decreto, a figura do ouvidor, e em outro decreto, os tais conselhos comunitários. A figura do ouvidor, em cada estado tem um, então a função dele é receber as queixas, reclamações e sugestões, e ele encaminha; nos conselhos comunitários também a mesma coisa, só que o conselho comunitário é bem maior. Em qualquer lugar pode-se organizar um. Agora, na minha opinião, tanto o ouvidor como os conselhos comunitários para nós não representa absolutamente nada. Numa escada de 200 degraus, talvez represente um degrau que nós conseguimos pisar. Não só o ouvidor, como esse conselho, eles não têm poder de decisão nenhum. É como essas regiões administrativas que tem aí, vocês conhecem. São meros passadores de papel, e isso nós já estamos fazendo. Os sindicatos fazem, as associações de moradores fazem, a imprensa faz. Mas a gente pode tirar vantagem, pode procurar se servir muito bem desse degrau. Mas, na nossa opinião, ele não tem nenhum significado... Isso foi feito pelos tecnocratas da Previdência, que não querem o trabalhador lá. Essa é que é a verdade. Quer dizer, apesar de toda a boa vontade do Presidente Sarney e do próprio Ministro Rafael de Almeida Magalhães, esse trabalho, esse direito foi manipulado lá dentro por grupo de tecnocratas que não quer de jeito nenhum o trabalhador lá dentro; não querem abrir mão de seus cargos, de suas funções lá.

NM - Qual a origem desses tecnocratas?

LL - A origem deles, você quer saber com seriedade, é fazer confusão, mais nada. Burocracia é confusão. O tecnocrata só presta, só serve, com o cidadão, com o povo do lado, porque ele dá o palpite, o cidadão aceita ou não. Ele vai convencer ou não o cidadão. Eu, por exemplo, quando ocupava o cargo de diretor e delegado, lá existiam os tecnocratas, só que eles não me controlavam, eu é que controlava eles. A função do tecnocrata é apenas de orientar quando a gente solicita.

NM - E porque eles passaram a ter muito poder na Previdência Social? Ou quando eles passaram a ter?

LL - Bom, durante esses 20 anos eles passaram a ter muita autoridade. Hoje os tecnocratas dominam.

NM - E eles vieram de onde?

LL - (Risos) Ah, de onde eles vieram eu não sei! Você quer ver um exemplo: o caso do cruzado, aí, compreendeu? Então não são tecnocratas esses economistas? Aprenderam lá na universidade, mas o que é que o povo representa para eles? Experiência, mais nada. É aquilo que, com relação aos médicos, a gente chama de, como é, meu Deus?

MC - Cobaia.

LL - É, cobaia! "Vamos fazer assim?" "Vamos!" O Delfim achou que devia fazer assim, não deu certo. Aí veio o Celso Furtado: "Olha, é melhor fazer assim". Faz, não deu certo. Chamam outro, o outro muda tudo. Esses agora mudaram completamente a história. Deu certo que o plano do governo foi muito bom, congelando os preços. Agora, ele tem condições de manter essa situação? Não sei.

MC - Senhor Leão, eu queria retomar um pouco quando houve a unificação, o pessoal do IAPI parece que tomou a direção...

LL - Eles dominaram, dominaram.

MC - A que o senhor atribui isso?

LL - Em parte porque o IAPI, se não me engano, foi um dos últimos institutos a serem criados. Eu já disse isso aqui. Então, quando ele foi criado, na época, segundo consta, foi feito, houve um critério muito sério com relação à seleção do pessoal que foi para o IAPI. Então, foi gente da melhor qualidade em competência, compreendeu? Então eles se constituíram num grupo. O erro! O erro dessa gente foi que eles não têm o espírito, a compreensão, nem o idealismo dos trabalhadores. Eles se esqueceram de que aquilo não foi feito para eles, foi feito pelos contribuintes, para os trabalhadores. Mas eles se constituíram numa casta. Se organizaram, e transformaram o IAPI num órgão de defesa dos interesses deles, e não da massa de trabalhadores, que são as pessoas que mantêm aquele troço, está entendendo? Que eles são uns caras competentes, são mas o erro deles foi esse. Os santos erram, por que eles não iam errar! Então eles se constituíram num centro e organizaram o instituto para eles, tudo para eles, a ponto deles criarem a patronal. Eu acho o seguinte: ou a gente subia até eles ou eles desciam até nós. Agora, criar dentro da própria instituição diferença de tratamento entre segurados. Eles também são segurados, eles também pagam, contribuem. Então porque criou a patronal para eles e o outro não tem porcaria nenhuma? Enquanto o sujeito é tratado aqui como um indigente, eles lá têm a patronal. Sabe como é a patronal? Vai no departamento pessoal, lá eles têm convênio com tudo que é consultório médico importante, bom, eles têm. O sujeito chega lá e diz: "Olha, minha mulher tem uns problemas de varizes". "Está aqui a relação. Que tal esse aqui? Está bom?" Dá autorização, vai lá, a mulher é tratada muito bem, recebida numa salinha com jarrinho de flores, uma revistazinha para esperar.

LO - O senhor como delegado do diretor do IAPB tinha direito à patronal, não?

LL - Não.

LO - No IAPB não tinha?

LL - Não, no IAPB não tinha patronal.

LL - Então o que aconteceu? Isso foi um empréstimo para eles, internamente. Existiam essas coisas essas facilidades, compreendeu? Não sou contra, não, nunca fui contra, apenas eu acho que é uma discriminação com relação aos outros. Então que se estendesse aos outros. Mas, quando veio a unificação, podiam acabar, mas não acabaram, porque quem foi chamado para cuidar da unificação foi justamente aquele grupo, que é gente competente.

MC - E por que foi chamado esse grupo?

LL - Porque são competentes, eram na época, agora não sei como é que está aquilo. Eu não falei que era gente muito selecionada?

LO - Eles foram porque eram competentes. Então, como é que o senhor explica as denúncias de fraudes, de corrupção, de maus serviços, de filas, ocorridas na Previdência Social depois da unificação?

LL - Eu estou falando de competente, competente internamente, dentro do sistema administrativo. No sistema de fazer um balancete, de sistema de codificar verbas, não no sistema de resolver problemas para o povo, que é diferente. Uma coisa é você pegar um papel e botar lá: "Dr. Abóbora, seu horário de trabalho é de tanto a tanto". Isso ele não faz, porque vai proteger a própria gente deles lá. É isso que eu estou dizendo.

LO - E como é que o senhor explica essas denúncias de fraude? Por que ocorreu isso? Por que a corrupção dentro da Previdência Social chegou ao ponto em que chegou?

LL - Primeiro de tudo, aí não é só o IAPI, o ex-IAPI. Aí envolveu muito mais que o IAPI. Se bem que o IAPI, podemos dizer, que talvez fosse o segundo instituto em número de segurados. Porque eu acho que o comércio não seria maior, não.

MC - 50% dos segurados era do IAPI.

LL - É, se você somar portuário, marítimo, comerciário, bancário, estivador e motorista, não ultrapassa o grupo do IAPI? Então pronto! Então eles têm gente suficiente para controlar e comandar as outras ramificações todas, não têm? A primeira coisa que eles fizeram quando se deu a unificação, eles justamente despacharam por esse Brasil afora funcionários com delegação de poderes para levantar recursos que estavam depositados na conta dos bancários - eles sabiam que o IAPB tinha dinheiro em caixa, e muito dinheiro, e eles levantaram todo esse dinheiro. Eram uns, bilhões de cruzeiros. Isso é que foi feito. Tem até uma história engraçada que se comentava lá em Brasília, que o índio foi falar com o Presidente da República, e o presidente perguntou o que ele queria, se ele queria apito, ele disse que não: "Eu quero ser fiscal do IAPI". Compreendeu? (Risos). Então é isso que aconteceu. E depois tem um detalhe: para esse grupo que não tem, não

tinha - pode ser até que hoje tenha, sei lá, mas na época não tinha - uma certa afinidade com os trabalhadores, de defender os interesses dos trabalhadores, ele não se preocupa, porque chegando o fim do mês, o pagamento deles, as vantagens estão lá para eles; que se danem os outros. "Ah, para mim pode fechar, falir essa porcaria aí, o meu não fica, eu sou protegido pela Lei no 1.711, a mim eles têm que pagar; se fecha essa porcaria eles me mandam para outro Ministério".

MC - Que lei é essa 1.711?

LL - É a lei do estatuto público, do funcionário público. Está protegido por ela, não pode ser demitido. Chega o fim do mês o governo vai ter que pagar o dinheiro dele de qualquer maneira, tanto faz ele trabalhar como não. Então não havia essa certa afinidade. Eu não estou absolutamente condenando o, funcionário do IAPI, eu estou condenando esse grupelho. É um grupo pequeno que existia, ainda existe! É um grupo de tecnocratas, e eles hoje praticamente estão superados, hoje eles são minoria, devem ser minoria, mas naquela época não eram, não. Quando fizeram a unificação eles unificaram padronizando por baixo. O maior erro que se podia cometer na história da Previdência Social, era unificar padronizando por baixo. E o IAPTEC? Então vai ser todo mundo igual ao IAPTEC. Puxa, isso não é justiça social; foi isso que eles fizeram.

MC - Existem hoje algumas colocações que dizem que o Instituto dos Bancários era muito elitista.

LL - Era muito o quê?

MC - Elitista, quer dizer, não gostavam de ver trabalhadores de pés descalços nos seus hospitais.

LL - Não, nunca existiu isso. O que existe é o seguinte: não adianta vir com demagogia, eu sou contra a demagogia, acho que cada macaco deve viver no seu galho. Todos nós somos irmãos, mas você que foi criado dentro de uma concepção, você não pode se misturar com outras. Se você foi criado para dormir num quarto com uma cama bonita, confortável, com ar refrigerado, e de repente levam você para dormir num barraco lá do morro do Querosene, você ia estranhar, não vai querer. Quer dizer, isso é da natureza humana. Então, enquanto não se conseguir modificar esse estado de coisas, na minha opinião tem que se respeitar essas situações. Eu, por exemplo, não tolero ver uma pessoa fumando dentro de um ônibus. Não tolero. Então, se é proibido fumar, porque ele não tem educação; se fosse um cara educado ele não ia fumar. Você já pensou, você entra no ônibus, com a sua esposa, sua noiva, bem vestida, senta no carro, e vem um moleque nu da cintura para cima, só de bermuda, suando por todos os poros, senta ao lado e começa a se esfregar e a sujar a roupa, você acha bonito isso? Não, honestamente, sem demagogia. Então, tem certas coisas que a gente não pode tolerar. Por exemplo, um ambulatório. Nosso ambulatório aqui da 13 de Maio, que era o ambulatório central, era um ambulatório limpo, você botava o rosto, via a sua cara no chão. Tudo enceradinho, bonitinho, pintadinho. A sala de espera para as clínicas, por exemplo, clínica de Geriatria, clínica de Psiquiatria, clínica médica etc; está lá o quadrozinho, você entra, salinha com cadeira ali, uma mesinha no meio com uma flor, uma revista, um balcão com a atendente de branco ali, atendendo, mandando entrar, perguntando o nome, escrevendo numa folha de papel, você senta ali. Agora, chega um cara lá, que veio lá de Queimados, um cara criado na lavoura, descalço, com um pé que você não vê nem a unha, escarrando lá no chão. Você

acha que se pode conciliar essas coisas no mesmo lugar? Se você, a partir de hoje adotar um critério de educação - não pode entrar aqui se não estiver calçado - para isso primeiro vai ter que criar as condições do cara botar um sapato! Aí, é uma transformação social, que não vem da noite para o dia. Outras categorias profissionais, categorias de posição social diferentes, não tinham instituto, então vinham de longe para serem atendidos aqui. Então, chegavam lá, começavam a riscar a parede, a arrebentar os bancos. Acabou-se com as salas de espera, colocaram bancos imundos, os corredores infectos, com escarradeiras no chão, o chão com sangue de escarro de tuberculosos, compreendeu, e tantas outras coisas. A privada você não pode entrar, o sujeito entra - eu vou ter que falar umas certas coisas aqui, desagradáveis - não tem papel para se limpar, limpa com o dedo, depois esfrega na parede. São essas coisas. Você convive com a posição de uns caras que foram criados diferente. Então, eu acho que devia haver uma certa diferenciação dentro de cada categoria social, até que um dia mude. Agora, paralelamente ao que está acontecendo hoje, de cada macaco no seu galho, então a partir de hoje tem que seguir uma nova orientação político-social para mudar essa situação.

MC - Qual é a origem social, no seu modo de entender, do bancário? Bancário é o que? É de classe média?

LL - O que é que você considera classe média?

MC - Bom, eu estou perguntando como é que o senhor qualifica o bancário.

LL - Não, eu sei, mas é para ter uma idéia. O que é que eu considero classe pobre? Por exemplo, o sujeito descalço e morando em morro? Não, eu acho que não é só isso. O sujeito pode ser pobre e pode morar na cidade, numa vila, num apartamento modesto do BNH. Ou você considera pobre o cara que mora embaixo da ponte, no morro, num barraco? Eu me considero classe média, quer dizer, sou bancário, aposentado, desfruto de uma certa posição, tenho automóvel, tenho geladeira em minha casa, tenho ventilador. Então, não sou rico, eu me considero da classe média.

MC - E os bancários em geral, como o senhor considera?

LL - Eles ficam, eu acho, na classe média, e também entre o que seria uma classe entre a pobre e entre a média, que não existe. Talvez fosse isso, uma classe que está se formando, uma classe média. Não sei se a resposta seria esta. Mas você entendeu a minha posição com relação às categorias? Não é nenhum desdouro, nem uma posição assim do branco para o preto. Não se trata de racismo, nada disso, eu acho apenas que nós vivemos um momento social em que existem essas diferenciações. É claro que o nosso desejo honesto é que no futuro isso seja superado. Todos nós somos irmãos, somos filhos de Deus, então devemos ter direitos iguais. Mas até a gente atingir uma posição, para atingir esse objetivo, há uma distância muito grande que a gente ainda tem que caminhar. Enquanto não se chega lá, não se pode misturar, não é?

LO - Eu tenho uma curiosidade ainda. Como é que o senhor foi preso em 1964? Como é que se deu a prisão?

LL - Bom, eu fui exonerado do instituto e a seguir vieram uns quatro feriados. Mas no dia seguinte eu me apresentei no banco. Vim aqui ao sindicato, eu era um delegado do sindicato, representava o sindicato lá no instituto, então eu vim aqui no sindicato, apanhei

uma declaração dizendo que naquela oportunidade tinha terminado a minha atuação, face à exoneração. Então eu voltei ao banco, me apresentei, e passei a trabalhar normalmente. Trabalhei um dia só, porque no dia seguinte, véspera dos feriados - se não me falha a memória havia quatro feriados bancários, que o governo decretou - quando eu vinha para o trabalho, eu fui abordado por dois policiais, eu não sabia que eram policiais. "Nós somos da polícia, o senhor, por gentileza, está convidado a comparecer ao DOPS para prestar declaração". "Pois não". Chamei um colega, eu tinha até comprado umas coisas para levar para casa, dei para ele e falei: "Daqui a pouco eu volto". E me levaram e não me soltaram mais. Foram 71 dias.

LO - O senhor ficou preso onde?

LL - Eu fiquei a primeira noite no DOPS, no mesmo quarto onde estavam aqueles sete chineses.

LO - A comissão chinesa.

LL - É, havia não sei se eram seis ou sete chineses que vieram aqui numa comissão comercial para negociar com o Brasil, o Jango tinha ido à China a mando do Jânio, e os caras aqui, os revolucionários, acharam que eles eram subversivos, estavam vindo aqui para fazer revolução bolchevista. Não era nada disso, tanto que depois voltaram aqui no governo Figueiredo.

LO - Depois o senhor foi aonde?

LL - Eu fiquei uma noite. Depois me levaram para a Frei Caneca, onde eu fiquei mais tempo. Já no final, quando faltava assim um mês, 20 dias para ser solto, me mandaram de volta para o DOPS, novamente para ser ouvido.

LO - E o que eles queriam saber?

LL - Eu estava indiciado como subversivo e corrupto. Então, na última vez foi um major que era o presidente do inquérito. Até me esqueço o nome dele agora. Ele ouviu e disse: "Por que o senhor está aqui"? Eu disse: "O senhor pergunta para mim? Eu é que pergunto para o senhor! Me chamaram aqui para depor, para prestar depoimento. E eu estou aqui, está fazendo 71 dias hoje". "Não, vou mandar soltar o senhor, o senhor não tem nada que ficar aqui". Quer dizer, conversa fiada, não é?

LO - O senhor foi submetido à violência?

LL - Não, não. Violência física não, mas a moral sim, porque dormir no chão com percevejo, carrapato, numa sala, talvez dessa porta cá assim, quadrada, com 24 presos, já viu. Eu estive preso junto com Mário Lago, ele era um dos que estavam presos lá também.

LO - Nós estamos encerrando, queríamos agradecer ao senhor, e ao mesmo tempo deixar o microfone aberto para que o senhor coloque ou complete alguma questão que o senhor achar necessário para encerrar o depoimento.

LL - Bom, eu queria aproveitar essa oportunidade, para dizer a quem vier tomar conhecimento dessa reportagem - vamos dizer assim - que a Previdência Social é

perfeitamente viável, desde que ela seja administrada com honestidade, com competência, e que todos aqueles que estão envolvidos em obrigações financeiras para com a mesma, que cumpram com as suas obrigações. O próprio governo, que hoje mesmo, agora com a Nova República, está cometendo os mesmos erros do passado, ou seja, continua a não fazer os repasses com regularidade para a Previdência. Então é preciso que o governo pague religiosamente, rigorosamente em dia, a sua parte. Os trabalhadores não, porque são descontados compulsoriamente; mas as empresas que assumem esse papel de responsabilidade, que cumpram também a sua parte e entreguem à Previdência para que ela possa cumprir o seu papel altamente social, que é proteger, justamente, as viúvas, os velhos aposentados, dar uma assistência médica condigna aos trabalhadores. Eu acho que essas são as últimas palavras, e mais ainda, uma das coisas que eu gostaria de dizer, é que existe uma CPI no Senado. Que essa CPI conclua os seus trabalhos; está funcionando há três anos, será que ainda não foi tempo suficiente para apurar os responsáveis pela causa da crise da Previdência? E que venha dizer à nação toda o que foi que ela apurou, quem são os culpados, porque o povo quer saber quem é. Se o governo não tem autoridade para botar na cadeia, nós temos, porque os sindicatos têm o direito de defender os seus segurados. Então nós podemos mover uma ação contra essa gente que está dilapidando a Previdência, não é verdade? Punir esse pessoal, compreendeu? E por fim, acho que deve ser registrado, agora que nós vamos partir para uma nova Constituição, que fique registrado nessa Constituição o direito do trabalhador dirigir, administrar a sua Previdência Social, participando dela ativamente, não só na administração, como também num conselho fiscal, o mais amplo possível, que possa fiscalizar os atos dessa administração. Estas são as minhas palavras.

LO - O senhor libera este depoimento para consulta?

LL - Libero. Pode usar à vontade, e qualquer outro esclarecimento que vocês queiram...Eu queria ainda, já que vocês estão me dando mais essa oportunidade, eu queria dizer ainda que cerca de 270 mil empresas públicas e privadas devem à Previdência Social quase 20 trilhões de cruzeiros antigos, e esse dinheiro está fazendo falta para melhorar as aposentadorias, as pensões. Agora mesmo, por exemplo, com esse último reajustamento que os trabalhadores tiveram, quando todo mundo teve, no mínimo 33%, os aposentados tiveram 26%.